



# República Federativa do Brasil

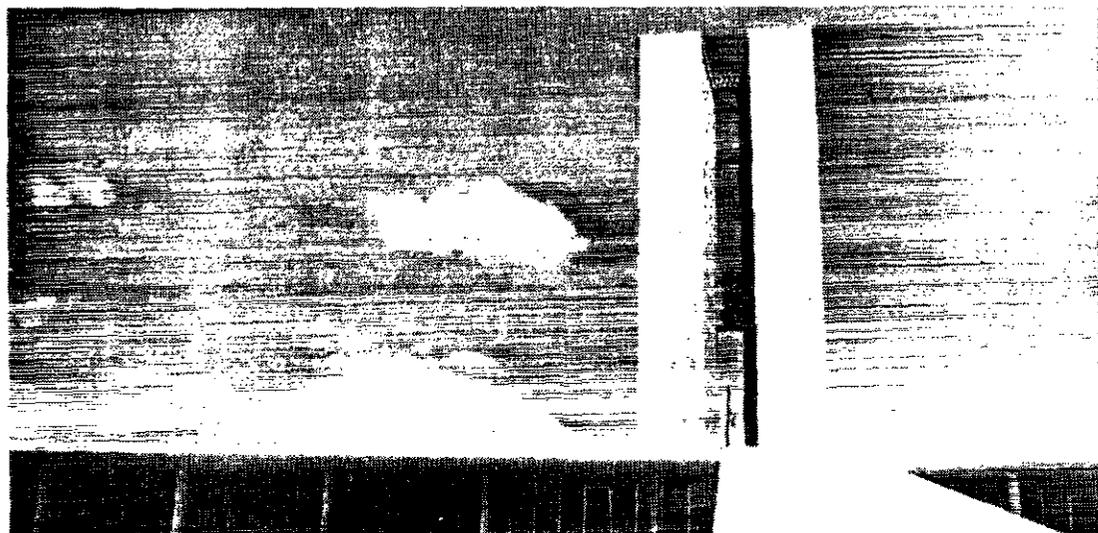
## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 117

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 17 DE SETEMBRO DE 1983



## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 154ª SESSÃO, EM 16 DE SETEMBRO DE 1983

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Ofício do Secretário de Agricultura do Estado da Bahia

— Nº 768/83, encaminhando os documentos solicitados pela Comissão de Constituição e Justiça para exame do Ofício S/6/80, em que o Governador do Estado da Bahia solicita autorização do Senado Federal para alienar terras públicas daquele Estado à sociedade "Fazendas Reunidas Santa Maria Ltda".

##### 1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 235/83, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre

retribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos, nos casos de remarcação ilegal.

##### 1.2.3 — Discursos do Expediente

**SENADOR GALVÃO MODESTO** — Necessidade da participação de todos os segmentos da sociedade em prol do engrandecimento da Nação brasileira. Propósitos que animam S. Exª no desempenho do mandato de Senador da República, conferido pelo povo do Estado de Rondônia.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Decisão do Sr. Ministro do Trabalho em anular o concurso realizado para Fiscal do Trabalho. Apelo ao Governo Federal em favor da majoração dos vencimentos dos integrantes do Ministério Público do País.

**SENADOR ALBERTO SILVA** — Considerações sobre a problemática nordestina.

##### 1.2.4 — Requerimento

Nº 781/83, do Senador Virgílio Távora, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 54/83.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/81 (nº 3.247/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 51/83 (nº 88/79, na Casa de origem), que revigora, com nova re-

### Ata da 154ª Sessão, em 16 de setembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária,  
da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla  
e Lenoir Vargas

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Benedito Ferreira — José Fragelli — Marcelo Miranda — Afonso Camargo — Álvaro Dias — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO

Do Secretário de Agricultura do  
Estado da Bahia

Nº 768/83, de 31 de agosto último, encaminhando os documentos solicitados pela Comissão de Constituição e Justiça para exame do Ofício S/6/80, em que o Governador do Estado da Bahia solicita autorização do Senado Federal para alienar terras públicas daquele Estado à sociedade "Fazendas reunidas Santa Maria Ltda".

(À Comissão de Constituição e Justiça)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	.....	Cr\$ 3.000,00
Ano	.....	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

dação, o art. 278 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a jornada de trabalho dos estivadores. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 150/82 (nº 3.826/80, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 36/81 (nº 99/81, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ 70.000.000,00, na forma da legislação em vigor. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 152/82 — Complementar, de autoria do Senador Itamar Franco, que veda a instituição ou majorada de tributo por Decreto-lei, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 203/82, de autoria do Senador Nelson Carneiro, revogando dispositivos da Lei nº 7.016, de 23 de agosto de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo o território

nacional. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica. **Discussão sobrestada por falta de quorum, para votação do Requerimento nº 775/83.**

## 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Sugestão com vistas a propiciar aos Srs. Parlamentares, meios necessários para o cumprimento de dispositivo Constitucional, que dispõe sobre a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

**SENADOR ÁLVARO DIAS** — Irregularidades que estariam ocorrendo na liberação de recursos do PROVÁRZEAS, em detrimento dos agricultores do País.

**SENADOR ITAMAR FRANCO** — Decreto baixado pelo Senhor Presidente da República, fixando a produtividade zero para efeito de negociações salariais. Assinatura pelo Brasil da terceira carta de intenções, como parte do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional.

**SENADOR PASSOS PORTO** — Apelo ao Sr. Ministro dos Transportes no sentido da retomada da construção do Porto de Sergipe, pelos fatos que menciona.

**SENADOR BENEDITO FERREIRA** — Distorções da política governamental desenvolvida nas últimas décadas, com relação ao setor agropecuário do País.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Atuação desenvolvida pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves, quando no exercício da Presidência da República.

**SENADOR HELVÍDIO NUNES** — Discurso proferido pelo Governador Hugo Napoleão no plenário da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

**SENADOR MOACYR DALLA** — Atentados à bomba ao "Jornal da Cidade" de Vitória e no Município de Cariacica no Estado do Espírito Santo.

## 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

## 2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. Dinarte Mariz, pronunciado na sessão de 13-9-83.

Do Sr. Humberto Lucena, pronunciado na sessão de 15-9-83.

Do Sr. José Lins, pronunciado na sessão de 15-9-83.

Do Sr. Marco Maciel, pronunciado na sessão de 15-9-83

## 3 — MESA DIRETORA

## 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

## 5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

É lido o seguinte

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 1983

Dispõe sobre a retribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos, nos casos de remarcação ilegal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Sem prejuízo das sanções em vigor, toda vez que a fiscalização competente constatar remarcação ilegal nos preços dos medicamentos e outros produtos vendidos em farmácias e estabelecimentos similares, fará imediata e circunstanciada comunicação ao fisco para que esse imponha tributo sobre as diferenças apuradas.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de sessenta (60) dias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

## Justificação

Acolho, com a apresentação deste projeto de lei à consideração da Casa, sugestão do Sr. Kurt Budberg, residente em Mata de São João, Estado da Bahia, para quem o Ministério e as Secretarias de Fazenda dos Estados estão sendo lesados, diariamente, em milhões e milhões de cruzeiros pela prática da remarcação em remédios e demais produtos vendidos em farmácias e estabelecimentos comerciais similares.

Com efeito, os medicamentos e demais produtos farmacêuticos têm, ao serem adquiridos pela farmácia, fixados os seus preços "de fabricação" e de "venda ao consumidor". Os tributos (IPI; ICM, particularmente) são, evidentemente, impostos com base em tais preços que, uma vez remarcados ilegalmente, apenas fazem aumentar o lucro do comércio farmacêutico, sem que o fisco participe da elevação do respectivo valor.

O projeto visa ser uma solução prática para o problema apontado.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 1983. — Nelson Carneiro.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Galvão Modesto.

**O SR. GALVÃO MODESTO (PDS — RO.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Meu ingresso nesta Casa, eterna guardiã dos predicados democráticos e da estabilidade política de nossa Pátria, se de um lado guarda a humildade própria dos que iniciam uma nova jornada em sua vida pública, do outro reveste-se da autoridade legítima dos votos recebidos, que representam a confiança em mim depositada pela gente de minha Terra e me compele ao elevado propósito e à grande responsabilidade de bem servir ao meu Estado e à minha Pátria.

É com respeito, apreço e admiração que, neste momento histórico de minha vida, dirijo-me pela primeira vez, a Vossas Excelências.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Vejo com certa angústia, a aspereza do momento nacional.

A difícil situação da economia sugere dificuldades de toda ordem para os brasileiros. Nesta hora impõe-se a união de toda a sociedade na busca de soluções que melhor interessem à Pátria.

Acredito que não sairemos da crise senão pelo comprometimento integral de nossas vontades, do nosso poder de barganha, de nossa inteligência e capacidade de trabalho.

Não faz muito, o Presidente João Figueiredo conclamou a Nação para uma trégua. A trégua recomenda reflexões e impõe entendimentos. Não pode ser unilateral orque depende de diálogo. E o diálogo, embora admita posições divergentes, deve buscar a convergência dos desígnios maiores de nossa Pátria.

A trégua deve ser entendida, tanto no campo político, como no campo econômico.

No campo político, urge buscar a convergência estabilizadora das ações e palavras que visem a consolidação do processo de recuperação democrática do nosso País.

Hoje, mais do ontem, a equidistância dos extremos é recomendada para a indispensável maturação do projeto de abertura. A negociação é um imperativo social e político. O caminho do entendimento é sempre o melhor, embora muitas vezes o mais árduo. Há de se ter paciência, inclusive, com os mais exaltados, relevando eventuais extremismos, porque a importância e a grandeza do momento político que estamos vivendo e o nosso compromisso com o futuro a isso tudo supera e subjuga.

Iniciei minha carreira política numa época de transcendental significação histórica. O País atinge sua normalidade política e, gradativamente, vai-se completando o arcabouço indispensável à sua plenitude democrática.

Mérito do eminente Presidente João Figueiredo que, respaldado nos legítimos anseios e reclamos da sociedade brasileira, está cumprindo com tenacidade e perseverança o projeto de abertura, que outro título não poderia ter que não fosse o de "hei de fazer deste País uma Democracia".

Acredito ter o Presidente assentado as bases para o diálogo, para a convivência política, para o entendimento e para a negociação.

Cumpra a todos estes mesmos propósitos, que transcendem à vontade e ao peculiar interesse individual, porquanto dignificam o momento atual e representam a única maneira de legarmos aos nossos filhos um país em que a prática democrática seja, ao mesmo tempo, meio e fim, através da qual um povo cresce e se desenvolve livre e soberano.

Sabemos todos que o processo democrático não está esgotado e nem se esgota, porque perene. Evolui sempre no sentido dos anseios sociais e das aspirações políticas de nossa gente.

Não tenho dúvidas de que estamos no caminho certo e dele não nos afastaremos, porque essa é a vontade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No campo econômico é hora de abrir espaços para a discussão dos relevantes problemas nacionais em busca das soluções que mais aproveitem ao Brasil, uma nação jovem, que por ser jovem é uma nação impaciente.

É num momento de crise que um povo mostra seu talento e o seu valor. Há um projeto nacional a reclamar a presença de todos nós.

Um projeto que interessa a 130 milhões de pessoas e que em seu nome deve ser pensado, discutido e transformado em ações concretas de segurança e de justiça social.

Vem a propósito a leitura do manifesto do nosso Partido, por ocasião de sua fundação, do qual dois itens tomo a liberdade de transcrever:

"Nossa época exige corretivos estratégicos e táticos para atender ao desejo de reformas que firmem as instituições republicanas e federativas, promovam o desenvolvimento sem desfigurar o perfil histórico da Nação, garantam as liberdades civis, os direitos humanos e a harmonia dos diversos setores da população.

Reformas que enfrentarão de modo corajoso e realista os graves problemas do uso da terra, do êxodo rural da convivência urbana, da segurança pública, da habitação popular, da educação, da saúde, da previdência, das minorias sociais, da distribuição de renda, da defesa do consumidor, da preservação da natureza, da qualidade da vida, da pesquisa e criação da tecnologia nacional, da exploração de recursos minerais, da democratização dos bens culturais".

Esses, os pressupostos do grande projeto nacional que devem orientar nossas discussões em proveito do Brasil e dos brasileiros.

Há de se retomar o caminho das propostas contidas no Manifesto de 1.980, por capazes de atender ao reclamo maior de nossa sociedade.

Não obstante seja absolutamente indispensável o equilíbrio e o ajustamento do setor externo da economia nacional, o equilíbrio e o ajustamento do setor interno é decisivo para o bem-estar e para a segurança dos brasileiros. Um não pode e não deve prescindir do outro, porquanto estão extremamente vinculados.

O Brasil apostou no seu projeto de desenvolvimento. Não fora os traumas havidos, decerto a situação atual seria bem diferente.

Mas vieram as crises ou choques, seja qual for a opção semântica que se prefira, e o projeto Brasil foi seriamente avariado e desviado do seu curso original. É este o fato concreto, é este o problema que está a reclamar a participação de todos os segmentos representativos da sociedade brasileira.

Discutir a crise, antes de ser um privilégio, é uma obrigação de todos que temos responsabilidades neste país. Mas discutir sem pré-condições ou preconceitos, com espíritos desarmados e prontos a contribuir, sem a preocupação de achar erros ou apontar culpados, mas com o grande propósito de prestar um elevado serviço à Nação.

Porque da solução deste problema depende o emprego, o alimento, a saúde, a educação, a habitação e a segurança de milhões de brasileiros e, o que é mais importante, depende a própria estabilidade política e social do Brasil.

É sensato refletir sobre o que representam 130 milhões de pessoas, pressionando o mercado em todos os sentidos e direções. Ai, no meu entendimento, a grande prioridade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o 6 de agosto último inseriu-se, para sempre, nas páginas da história de Rondônia e será, sempre, uma de suas datas mais significativas.

Ao promulgar a Constituição do Estado de Rondônia, a Assembleia Constituinte, imediatamente Legislativa, complementou o processo de institucionalização do Es-

tado, alinhando ao lado dos Poderes Executivo e Judiciário, o Poder Legislativo.

Naquele instante memorável, Rondônia assumiu de forma plena sua condição de Estado.

Os vinte e quatro valorosos constituintes que, não medindo esforços e nem sacrifícios, tiveram a histórica e única oportunidade de fazer uma Constituição, terão seus nomes indelevelmente inscritos no presente e no futuro da nossa terra. Sempre que rebuscarmos a História do Estado, lá encontraremos o Bianco, o Zuca, o Aragão, o Piana, o Ângelo Angelin, o Walderedo, o Badocha, o Amizael, o Jacob Atalla, o Tomás Correia, o Amir Lando, o Arnaldo Martins, o Sérgio Carminatto, o Cloter, o Francisco Nogueira, o Genivaldo, o Heitor Costa, o João Dias, o José do Prado, o Jô Sato, o Manoel Mesias, o Márvel Falcão, o Sadraque Muniz e o Silvernani, esses valorosos arautos da democracia e de uma nova ordem política em meu Estado.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GALVÃO MODESTO — Pois não, ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Galvão Modesto, no instante em que V. Exª estréia na tribuna do Senado, depois do sufrágio recebido do mais novo Estado da Federação, gostaria de inserir no seu discurso a minha saudação, saudação de um seu colega e amigo que conheceu o seu esforço em favor do novo Estado de Rondônia. Servidor do INCRA dos mais capazes, a sua obra, naquele Estado, lhe mereceu, por certo, o reconhecimento do povo de Rondônia no instante da sua emancipação. Portanto, V. Exª, que é um jovem Senador e que vem do mais jovem Estado da Federação, cheio da confiança de quem sendo autor e testemunha deste instante de transição da vida política brasileira, ninguém mais do que V. Exª encarna as esperanças da nossa Pátria. Portanto, receba a minha saudação e os meus votos para que continue, ao longo do seu mandato, representando, como tem feito, os melhores interesses do novo Estado de Rondônia.

O SR. GALVÃO MODESTO — Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Passos Pôrto. O seu aparte enriquece o nosso pronunciamento e agradecemos os elogios feitos à nossa pessoa. Realmente, nós não o merecemos, mas servidor público que fomos, há 15 anos, dedicamos todo o nosso trabalho ao setor agrícola, principalmente em áreas de colonização; nessas áreas pioneiras do nosso imenso Brasil. Muito obrigado pelo seu aparte.

O Sr. Marcelo Miranda — V. Exª me concede um aparte?

O SR. GALVÃO MODESTO — Pois não, nobre Senador Marcelo Miranda.

O Sr. Marcelo Miranda — Nobre Senador Galvão Modesto, quando V. Exª ocupa a Tribuna desta Casa, em nome de seu Estado, Rondônia, eu retornaria ao princípio de nosso conhecimento, quando V. Exª, à frente do INCRA, iniciou, no Sul do nosso Estado de Mato Grosso do Sul, uma colonização que é uma das mais promissoras que o INCRA pôde realizar por esse Brasil afora. Hoje conheço muito do seu Estado de Rondônia, poderia dizer que o conheço de Sul a Norte, de Leste a Oeste. E, como em Mato Grosso do Sul, também em Rondônia nós podemos verificar a eficiência da sua gestão frente ao INCRA naquele Estado. E uma prova contundente foi a expressiva vitória que V. Exª teve em Rondônia, reconhecimento do povo daquela terra pelos serviços prestados a este Estado, que nasceu no dia 6 de agosto, com a Constituição. V. Exª diz muito bem daqueles que lutam e trabalham, brasileiros como nós, e

que para lá emigraram, como também em outros Estados e em outras épocas, e ainda hoje emigram para poder, juntamente com aqueles que lá iniciaram um trabalho, executar o desenvolvimento do Estado de Rondônia. Rondônia é um Estado rico, Rondônia é um Estado que precisa do apoio do Governo brasileiro. Poderá ser um Estado, no futuro, a dar ao Brasil um potencial financeiro enorme, devido ao seu setor econômico, de culturas perenes, como os casos do café, do cacau e da seringa. São riquezas que nenhum outro Estado brasileiro tem. Esses três produtos juntos, tenho certeza, darão a Rondônia a pujança e o desenvolvimento que todos que lá habitam desejam. V. Ex<sup>a</sup>, ao lado da Bancada de Rondônia, tem nesta Casa um dever, além da defesa do seu Estado, de mostrar ao povo brasileiro o que o Estado de Rondônia representa para o desenvolvimento do nosso querido País. Muito obrigado.

**O SR. GALVÃO MODESTO** — Muito obrigado pelo aparte, nobre Senador Marcelo Miranda. Nós que já o conhecíamos do nosso Estado de origem, Mato Grosso do Sul, sabemos do seu valor como homem de realizações, de luta pela normalização do processo democrático do nosso País. Nós estamos convivendo num novo Estado, levando todo o nosso esforço em busca de dias melhores para aquela região. Na seqüência do nosso pronunciamento vamos concretizar aquilo que V. Ex<sup>a</sup> expôs no seu aparte, como uma prova de que toda a classe política de Rondônia está apreensiva com o destino desse Estado, de uma potencialidade imensa, mas que necessita com urgência de uma definição em sua estrutura e nas suas diretrizes para que ele possa coroar esse processo de ocupação iniciado em 1970.

Rondônia é um Estado novo e nova é a sua classe política. Uma classe que quer, deseja e precisa de espaço para crescer e frutificar.

Essa nova classe, desse novo Estado, deseja e quer participar. Participar porque, responsável, não se exclui da responsabilidade de gerir e de interferir nos destinos do Estado que viu nascer e contribuiu e contribui para que Rondônia esteja à altura dos reclamos e anseios de sua gente.

Nós, que representamos o povo e o Estado, viemos para ficar. Somos portadores de um crédito de confiança que nos confere enorme, responsabilidade de fazer, de não se omitir e de, efetivamente, pugnar pelo engrandecimento do Estado e pelo bem estar de nossa gente.

Permita-me o ilustre Presidente Sarney, para regionalizar uma de suas exportações, na réplica a Ulysses:

“Façamos política, porque fora dela o Estado não encontrará os caminhos de sua grandeza.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sim, o que estamos querendo fazer, o que desejamos fazer, em Rondônia, a exemplo do que acontece nos demais Estados da Federação, é política, na melhor acepção da palavra, sem mediocridade ou subserviência, mas com grandeza, altruísmo e dignidade.

Lamentavelmente, este desejo de participar, esta necessidade de ficar; e esta vontade de realizar não tem sido suficientemente compreendida provocando sérias divergências entre a classe política e o executivo estadual.

Taxam-nos, sem razão, de ingratos; prejudicando sem que motivos existam ou tenham existido, disseminando a intriga, com o único escopo de indispor e de provocar um malestar que não serve nem ao meu Estado e, muito menos, ao meu País.

Cometeu-se o extremo de tentar indispor a maioria dos parlamentares de Rondônia, no Congresso Nacional, contra o ilustre e estimado Ministro Andreazza, a quem muito deve nosso Estado e nossa gente e por quem temos creditado nossa estima, admiração e confiança.

Não seremos nós, que tivemos a honra de acompanhar o Ministro desde que Rondônia, ainda Território, so-

nhava em ser Estado e que testemunhamos o esforço e o empenho do Sr. Mário David Andreazza para que o sonho se tornasse realidade, que iríamos agora, ignorar este feito e desconsiderar um de seus principais autores.

Tenho certeza que a grandeza de espírito do Ministro Andreazza, prontamente rechaçou aquela indesejável iniciativa.

Chega-se ao absurdo de tentar colocar a opinião pública contra a classe política, usando-se a mesma técnica de “vítima e ingratos”, procurando difundir a idéia de que tudo seria melhor se esta não existisse.

**O Sr. Odacir Soares** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Galvão Modesto?

**O SR. GALVÃO MODESTO** — Pois não, nobre Senador Odacir Soares.

**O Sr. Odacir Soares** — Senador Galvão Modesto, queríamos associar-nos a V. Ex<sup>a</sup> nesta tarde, e antes de tudo, saudar a presença de V. Ex<sup>a</sup> na tribuna do Senado Federal como um dos mais legítimos e autênticos representantes do povo de Rondônia nesta Casa, e lamentar, como V. Ex<sup>a</sup> está lamentando, que o Governador do Estado de Rondônia ainda não tenha compreendido que o Brasil vive novos tempos, que o Governador não tenha compreendido que Rondônia deixou de ser um Território Federal para ser um Estado autônomo da Federação brasileira, integrado por três Poderes que são o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Lamentar, porque as mesmas responsabilidades do Poder Executivo são também as nossas responsabilidades como legisladores. Se ganhamos as eleições em Rondônia, e particularmente se o nosso Partido ganhou as eleições em Rondônia, esse fato se deve à participação integral da classe política no processo eleitoral. A vitória pertenceu a todos nós e também ao Presidente Figueiredo, responsável maior pela criação do nosso Estado. Mas nós queríamos lamentar, como V. Ex<sup>a</sup> está lamentando, que o Governador nomeado do Estado de Rondônia Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, não tenha se apercebido de que vivemos no País novos tempos e em Rondônia também se vive novos tempos, que são os tempos da convivência harmônica da sociedade rondoniense com as suas elites dirigentes. Queríamos cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, para dizer que nós estamos solidários com V. Ex<sup>a</sup> nessa luta para democratizar o Estado de Rondônia e permitir que o seu povo possa beneficiar-se dos novos tempos representados pela nossa autonomia política. Ontem, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, estivemos com o Presidente João Figueiredo; na segunda-feira desta semana estivemos com o Ministro Mário Andreazza, para reclamar exatamente e para exigir das autoridades superiores do País que o Governador do Estado de Rondônia trate de forma cordial e cavalheiresca a classe política. Porque o que está virificando em nosso Estado, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, é uma agressão continuada e permanente do Governador nomeado, contra a classe política do Estado de Rondônia, do Vereador aos Senadores. Por isso eu queria congratular-me com V. Ex<sup>a</sup>, pela atualidade de seu discurso e pela coragem com que V. Ex<sup>a</sup> está trazendo ao conhecimento do Congresso Nacional, do Senado Federal e de todo o País estas anormalidades que, ao contrário do que ocorre no resto do País e ao contrário do que quer o Presidente da República, se repete no dia-dia do nosso Estado e se repete lamentavelmente. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. GALVÃO MODESTO** — Obrigado, nobre Senador Odacir Soares, companheiro de luta de nosso Estado. Seu aparte realmente enriqueceu o nosso discurso, aliás complementa, em certo sentido, algumas colocações que não estão até muito bem claras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não basta vir e dizer que o que foi feito não é reconhecido e que se está sendo vítima, como se a criatura estivesse voltada contra o cria-

dor. Não existem criaturas e nem existe criador. O resultado de 15 de novembro não foi mérito exclusivamente individual. Foi o resultado de uma mobilização geral, de uma enorme força de vontade; de uma garra e de uma grande vontade de vencer.

E nisto todos fomos importantes. Todos fomos responsáveis. O partido saiu unido e venceu unido, com as suas propostas e suas mensagens. O povo entendeu, compreendeu, aceitou e espera...

Dai a nossa grande responsabilidade.

Unidos, nós do Partido Democrático Social, vencemos a campanha eleitoral de 31 de agosto elegendo, por grande margem de votos, os Prefeitos de Guarajá-Mirim, Costa Marques e Colorado D'Oeste, confirmando a opção popular de 15 de novembro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretende-se indispor a classe política de Rondônia. Semeia-se a discórdia, num momento em que todos, neste País, buscam o diálogo e o entendimento, como a única opção para resolver as nossas presentes dificuldades.

Sem diálogo e sem entendimento não chegamos a lugar nenhum, ou melhor, chegaremos ao caos.

Somos responsáveis. Nosso compromisso, que fizemos de Rondônia, mais que uma missão, uma opção de vida é de contribuirmos, é de realizarmos a grandeza do nosso Estado e da nossa gente.

Admitir que a simples organização administrativa, ou que o cumprimento de metas institucionais, seja condição necessária e suficiente para a consolidação de um Estado é desconhecer a natureza, a realidade e, principalmente, as necessidades e os reclamos de um milhão de habitantes, que buscou numa nova fronteira, as condições de viver e de ser feliz.

Rondônia precisa muito mais do que isto. O povo de Rondônia deseja e quer muito mais do que isto.

Nosso Estado é potencialmente forte. Nada obstante esta potencialidade, por si só, não basta para sua auto-sustentação.

Fizemos muitas obras públicas indispensáveis. Obras administrativas. E a nossa economia? Vai Bem? Vai mal? Sendo um Estado eminentemente agrícola, como vai a nossa agricultura?

Mantenho, por profissão e por vocação, minha atenção voltada para o carro-chefe da economia de Rondônia a agricultura, consciente das plenas potencialidades do setor para possibilitar o efetivo desenvolvimento de nossa Região, se combinadas de forma eficiente as diferentes variáveis do modelo agrícola que adotamos.

Entretanto, é motivo de preocupação as consequências de uma disfunção de modelo, resultante da combinação inadequada, insuficiente ou desajustada de suas variáveis.

O modelo agrícola de Rondônia, com elevado grau de indução governamental congrega, principalmente, as variáveis terra, mão-de-obra, insumos (notadamente sementes), assistência técnica, escoamento, crédito rural, armazenamento e preços.

Não obstante o esperado ajustamento e eficiência do modelo, a prática tem evidenciado inconsistências que estão comprometendo o seu desempenho. Uma prova cabal é que apesar de se estar incorporando, ano a ano, à fronteira agrícola, novas áreas de produção, esta vem decrescendo de forma apreensiva, fato admitido até em estatísticas oficiais, se feita uma análise relativa do volume produzido em função da área cultivada.

Que motivos estariam influenciando esta situação? Quais os pontos de estrangulamentos da nossa agricultura?

Na visão do produtor, o seu desestímulo — cuja impressão gravíssima, é que se tende a plantar somente o indispensável para a sua manutenção — decorre da insuficiência dos meios de escoamento, do elevado custo de afretamentos, do crédito insuficiente ou inoportuno e dos ínfimos preços obtidos pelo produto.

O produtor está sentido-se de encontro a um sistema, do qual deveria ser o componente e beneficiário principal, mas que, por condicionantes que não consegue compreender, excluiu-o e não o beneficia.

A única forma de resistência é não plantar ou plantar pouco. Como a prática agrícola não lhe tem permitido o excedente que possibilite o acesso a bens complementares, indispensáveis para sua subsistência, a alternativa encontrada para que este excedente seja possível, é a venda de sua força de trabalho para vizinhos mais afortunados ou, mesmo, o abandono ou a venda (por preços irrisórios) de seu lote de terra e a busca de oportunidades nos centros urbanos mais próximos.

O elevado grau de indução governamental do modelo, como foi acontecer em regiões pioneiras, estimulou uma expectativa tutelar do Estado, que tudo pode e tudo resolve, impondo-lhe, por consequência, a responsabilidade maior pelas dificuldades e insucessos. Não se espera, por outro lado, uma reversão desta expectativa, a curto prazo, pelas próprias condições de desenvolvimento do Estado, ainda não suficientemente sustentado.

É do domínio geral que o produto entende como prioritário: ter a terra; dispor de um estrada; e obter um bom preço pelo seu produto. Os demais fatores, embora essenciais, não guardam a mesma proporção de prioridades. É que este entendimento, evidentemente imediatista, submete-se à razão primária da sua subsistência.

Analisando estes três fatores, pode-se constatar que a terra tem sido proporcionada com razoável eficiência; a estrada, o Governo não tem poupado esforços para minimizar o problema, muito embora as necessidades extrapolem a capacidade de realização e a disponibilidade dos recursos governamentais, apesar de serem comuns argumentos de que os municípios devem ser melhor aparelhados, para auxiliar o Estado nesta função. O fato concreto é que a estrada tem sido agravante no processo produtivo, responsável pela perda de grande volume de grãos que perecem nos locais de produção, por falta de condições de escoamento.

Mas o principal "bode expiatório" do sistema agrícola rondoniense é, sem qualquer contestação, o preço. É este o principal fator de desestímulo e de desamor do nosso produtor, que tem o seu produto valorado em condições incompatíveis com o esforço e com os insumos utilizados, obtendo resultados incensuráveis para a continuidade de sua atividade.

É premente a busca de mecanismos capazes de produzirem um melhor ajustamento na estrutura de preços praticados na nossa região, como condição indispensável para que a agricultura de Rondônia não sofra desajustes mais sérios a ponto de comprometer o próprio processo de desenvolvimento estadual.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta rápida abordagem é mais um brado de alerta e consubstancia, mais do que tudo, e acima de tudo, a nossa enorme responsabilidade com Rondônia.

De esta responsabilidade não abrimos mão porque assim fomos comprometido pelo voto e pela escolha popular.

As aleivosas, as maledicências não fazem claro em minha vida. Não aceito e repudio aqueles que, escondendo interesses subalternos, vangloriam-se e se apresentam como arautos de uma verdade que, na verdade, subordina escusos interesses, que compromete as mais puras intenções e aspirações.

**O Sr. Virgílio Távora** — Eminentíssimo Senador, antes que termine sua oração, desejávamos, em nome da Liderança, do Partido, saudar a V. Ex<sup>a</sup>, no instante em que estreja na tribuna desta Casa. E para nós é particularmente grato fazê-lo, já que num passado que já está distante — durante a guerra que chamaram de Segunda Grande que de 39 a 45 assolou o mundo — nós, apanhados em flagrante delito de conspiração, fomos, à época, desterrados para o então Guaporé, época do interventor que, depois, foi nosso colega de Câmara, o Coronel Aloísio Ferreira. Lembramo-nos do nascer da sua terra, lembramo-nos ainda daquilo que era uma promessa e que hoje, mercê do trabalho de todos que para lá se transportaram, hoje está-se afirmando com uma esplêndida realidade dentro das unidades federativas do Brasil. Fazemos votos para que seus filhos, aqui representados por V. Ex<sup>a</sup>, por Odacir Soares, por seu colega que não está presente, Sr. Claudionor Roriz, todos de mãos dadas, esquecendo quaisquer ressentimentos tenham realmente toda a chance de proporcionar o progresso, o desenvolvimento a instalar-se naquele pequeno Eldorado que há tantos anos conhecemos. Parabéns pela sua estreja na tribuna deste Senado.

**O SR. GALVÃO MODESTO** — Muito obrigado, Senador Virgílio Távora. Com sua experiência de vida, neste momento em que a Liderança se manifesta através de V. Ex<sup>a</sup>, é realmente um grande estímulo para quem está iniciando a sua vida pública. E, com orgulho, nós, de Rondônia, Creditamos aos nordestinos, também, a bravura e a coragem de terem conquistado aquela imensidão da Região Amazônica, já que em 1930 Rondônia tinha apenas cerca de 30 mil almas, e com a guerra e a seca, de 1945 a 1953, nós tivemos um reforço dos nordestinos, principalmente cearenses, subimos a nossa população para cerca de 60 mil habitantes. Daí para cá, é que se iniciou, efetivamente com esses bravos brasileiros, a colonização não só de Rondônia, como também de toda a região Amazônica, Acre, o Amazonas. Muito obrigado, Senador Virgílio Távora.

Éra o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder do PTB.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder,** pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há dias de criticar e há dias de aplaudir.

Hoje, cumpre-me aplaudir dois atos do Ministro do Trabalho, o Sr. Murillo Macêdo.

Em face do noticiário amplo da imprensa que dava conta de excessos praticados e de irregularidades havidos no concurso de fiscais de trabalho, com o aproveitamento de pessoas ligadas a funcionários graduados daquele Ministério, o Ministro Murillo Macêdo entendeu de anular o concurso para que outro se fizesse, reconhecendo, assim, a existência das irregularidades.

Este é um fato quase que inédito na administração pública deste País. E também não só isso Sr. Presidente. S. Ex<sup>a</sup> achou que era excessivo o preço de jardinagem do imóvel que ocupa como Ministro de Estado e tornou nulo o vultoso contrato então existente.

Mas, Sr. Presidente, se são horas de aplaudir, são também horas de pedir.

Quero pedir a atenção do Governo para a grave situação, a desumana situação em que se encontram os membros do Ministério Público do País. Parece surpreendente que um Procurador junto à Justiça do Trabalho, ou junto à Justiça Militar, por exemplo, tenha como ordenado básico Cr\$ 228.000,00 nesses tempos de crise em que vivemos. E, depois de vinte e cinco anos, com todos os quinquênios apurados, essa importância soma apenas Cr\$ 380.000,00.

Ora, Sr. Presidente, isso não está compatível com as responsabilidades atribuídas aos membros do Ministério Público espalhados por todo o território nacional. Recentemente, graças à intervenção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi possível que os juízes federais recebessem uma justa remuneração. Mas os juízes federais estavam acima dos Procuradores numa determinada proporção. Era natural também que essa vantagem fosse estendida proporcionalmente aos membros do Ministério Público Federal. No entanto, pelo que se sabe, o Sr. Ministro da Justiça, e agora louvo a sua atitude, já teria encaminhado ao Presidente da República mensagem neste sentido. Minha presença na Tribuna traduzindo as esperanças de todos os que integram o Ministério Público Federal neste País, é no sentido de que o Senhor Presidente da República não se retarde e envie ao Congresso Nacional a mensagem, para que se faça justiça aos que procuram servir ao interesse público.

Para mostrar a V. Ex<sup>as</sup> a injustiça dessa minguada remuneração, basta dizer que no Movimento dos Feitos Judiciais e Arrecadação da Dívida Ativa da União, a cargo dos Procuradores da República nos Estados e no Distrito Federal, no exercício de 1982, foi possível arrecadar para o Tesouro Nacional Cr\$ 6.777.366.541,76. Parece Sr. Presidente mentira. São tantos números pelos dados que aqui tenho, que, para ilustrar esta modesta exposição, vou anexar à oração que estou proferindo para fazer chegar ao Senhor Presidente da República a ânsia dos procuradores tão mal remunerados e que já sensibilizaram com a sua desventura o Sr. Ministro da Justiça.

Como disse, há horas de criticar e há horas de aplaudir. Está é uma hora de aplaudir e, ao mesmo tempo, de pedir.

Éra o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.  
NELSON CARNEIRO EM SEU DISCURSO:

## ANEXO II

Movimento dos Feitos Judiciais e Arrecção da Dívida Ativa da União, a cargo das Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal, no exercício de 1982.

Estado	Feitos Judiciais	Dívida Ativa da União
Acre	396	7.672.600,00
Alagoas	108	24.135.464,17
Amazonas	2.364	64.171.739,75
Bahia	5.002	260.503.687,82
Ceará	1.709	36.648.925,59
Distrito Federal	2.309	154.979.293,63
Espírito Santo	3.829	9.165.936,76
Goiás	876	365.759.241,15
Maranhão	391	139.475.679,84
Mato Grosso	93	69.631.698,59
Mato Grosso do Sul	3.305	9.870.875,41
Minas Gerais	13.483	975.971.224,50
Pará	619	20.202.813,24
Paraíba	1.162	45.621.131,10
Paraná	10.576	680.477.784,17
Pernambuco	802	448.114.188,73
Piauí	1.096	52.139.031,92
Rio de Janeiro	30.336	2.174.504.883,09
Rio Grande do Norte	521	53.769.210,50
Rio Grande do Sul	6.902	69.086.813,07
Santa Catarina	2.767	322.002.304,91
São Paulo	48.053	768.471.099,48
Sergipe	135	24.991.014,34
Totais	136.204	6.777.366.541,76

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senador Virgílio Távora tem pregado nesta Casa a necessidade de se trazer ao debate neste Plenário temas de interesse nacional, por ser aqui exatamente o mais importante fórum de debates do País.

Creio que nada mais importante a ser tratado e debatido no Senado Federal, pelos nobres representantes do povo brasileiro com assento nesta Casa, do que os problemas que angustiam toda a sociedade.

Um deles é, sem dúvida, o drama nordestino, agora objeto de intensa propaganda em todos os jornais, rádios, e vai ser objeto de programas especiais da TV Globo.

Vamos assistir, seguramente, mais cenas de fome, de miséria; mas também vamos verificar que há desorganização, falta de unidade de comando, quando vemos na televisão depoimentos de irmãos nossos do Nordeste declarando que há trinta dias estão trabalhando nas frentes de emergência e até o momento alguns não receberam os minguados Cr\$ 15.000,00 mensais.

Vamos começar a desenvolver um exercício de raciocínio para que o nobre Senador Virgílio Távora, que por duas vezes foi Governador do seu Estado e que tendo proposto que se debatam aqui os grandes temas nacionais, entre nesta luta que, esperamos, comece aqui e agora, em favor dos legítimos interesses do Nordeste de que somos legítimos representantes nesta Casa.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, estamos dizendo a V. Ex.<sup>a</sup> "presente".

O SR. ALBERTO SILVA — Pois não.

Começemos pelas frentes de emergência — solução encontrada pelo Governo para atender, como o próprio nome indica, a emergência; só que a emergência já dura cinco anos.

Em que consiste mesmo uma frente de emergência? Resumindo: alistam-se para trabalhar numa determinada área de determinada região, pessoas que, em virtude da seca, perderam tudo o que plantaram e, não tendo água para continuarem residindo onde residiam, tornaram-se o que se convencionou chamar de flagelados.

Os flagelados, homens, mulheres e até crianças, saem de suas casas ao amanhecer, andam vários quilômetros e, debaixo do rigor do sol inclimente, passam o dia todo com enxada ou pás nas mãos cavando a terra seca para construir uma pseudobarragem ou um barreiro.

As obras realmente não têm nenhuma consistência na primeira enxurrada as águas levarão o fruto do trabalho dos pobres e miseráveis flagelados.

Dir-se-á que o trabalho é para justificar os Cr\$ 15.000,00 mensais e evitar que os flagelados recebam esta ajuda da União sem nada fazerem. Esta foi uma decisão das autoridades governamentais da área nordestina para enfrentar a emergência e minorar o sofrimento que ali perdura há cinco anos.

Paralelamente, mais de três mil carros-pipa, alugados a peso de ouro, levam água às populações, percorrendo estradas, caminhos e veredas, água nem sempre adequada ao uso humano porque muitas vezes apanhada no fundo de açudes, lagoas ou de barreiros quase secos e onde a água já é quase lama.

A televisão tem mostrado as frentes de emergência e focalizado exatamente dois pontos que revelam, em toda sua crueza, o sofrimento da gente nordestina.

Primeiro, o flagelado ao sair de casa para o trabalho não comeu nada e nem deixou nada para a esquelética família que ficou porque, diz ele que faz um mês que não recebe dinheiro e o fornecedor da quitanda na pequena cidade, também não tendo dinheiro, não pôde fornecer aquele mínimo necessário à sobrevivência da família.

Um dia destes a televisão mostrou em toda sua crueza uma pobre mulher, destas que ficam em casa na pequena cidade ou povoado enquanto o marido vai para a frente de emergência. E a resposta que ela deu à pergunta do repórter: "O que a senhora comeu hoje com estas crianças?" E aí a televisão mostrou as crianças, pálidas, esqueléticas, assustadas.

A resposta foi: se não fosse uma manchinha de feijão que a minha vizinha me deu, nós não tínhamos comido nada hoje.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as frentes de emergência já estão atendendo a mais de um milhão de pessoas e não é possível admitir-se tanta falta de sensibilidade para o problema, e diria mesmo falta de competência, no trato de problema de tamanha magnitude.

Um milhão de flagelados trabalhando em frentes de emergência e mais de cinco milhões na retaguarda, membros de suas famílias, famintos também, esperando que cheguem os Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) mensais, é algo inaceitável para quem tem um mínimo de bom senso.

Seis milhões de pessoas, talvez dez milhões, já estão sofrendo o drama das secas, e fala-se agora em mandar cestas de alimentação para minorar o sofrimento daquela pobre gente.

Será que o Ministro Andreazza, que percorre o Nordeste semanalmente, distribuindo um bilhão aqui e outro ali com larga publicidade em torno disto, não percebeu que a calamidade está a exigir uma verdadeira operação de guerra, ele que é militar, provavelmente com curso de Estado-Maior?

Sim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a economia do Nordeste está liquidada depois de cinco anos de seca. Nenhum pequeno comerciante do interior tem capital para fornecer alimentação às famílias dos flagelados que estão nas frentes de emergência.

Isto é uma verdadeira guerra que está se travando contra a fome e a miséria, onde estão envolvidas quase dez milhões de pessoas, e não há de ser com cestas ou cestos, quase uma caridade pública, e que diante da magnitude do problema nada, ou quase nada, representam.

Se o Governo está pagando 15 mil cruzeiros por mês a cada flagelado, é claro que existe poder de compra, mínimo, mas existe, mas para comprar o quê lá no interior? É o que mostra a televisão em toda sua crueza, e ninguém se mexe, e fica tudo como está, com o agravamento à vista de que, dentro de mais um ou dois meses, vários dos açudes onde os carros pipas estão apanhando água estarão secos. E aí, onde irão buscar água?

Se isto é uma guerra onde um milhão de homens e mulheres lutam nas frentes de emergência, onde está o comando desta gigantesca operação, que não organiza a retaguarda?

A esta altura, gêneros de primeira necessidade deveriam estar estocados no Nordeste, à disposição dos pequenos comerciantes, com um crédito aberto a eles, enquanto esperam o pagamento dos minguados 15 mil cruzeiros mensais dos flagelados.

A SUDENE, um órgão de planejamento, esvaziada durante tantos anos, se vê de repente encarregada de resolver tudo, sem para isso ter o mínimo indispensável de elementos de comando em seus quadros de pessoal.

Antigamente, quando só existia o DNOCS, em casos de calamidade como esta, era mobilizada toda sua estrutura de engenharia rural, sólida e eficiente, e imediatamente gêneros de primeira necessidade era estocados para que não houvesse colapso no abastecimento, e

obras públicas de grande significado eram imediatamente iniciadas como o Araras, o Banabuiu e o Orós.

Hoje o que vemos? O DNOCS praticamente parado, diria até de mãos amarradas, com uma bonita sede em Fortaleza, mais um gigante de pés de barro.

Se o problema já vem durando há cinco anos, e se houvesse realmente um comandante a quem SUDENE, DNOCS, Banco do Nordeste etc. estão vinculados, teria organizado as coisas de tal maneira que, hoje, o DNOCS estaria executando todas as tarefas de campo, inclusive assentando milhares de famílias na periferia dos perímetros molhados dos açudes públicos do Nordeste, para produzirem ali o alimento indispensável àquela sofrida gente nordestina.

Se tivesse havido realmente um comandante lúcido, com o descortino claro e a visão do que estava acontecendo no Nordeste desde 1959, fato largamente anunciado pelo CTA, teria tomado uma decisão política de alto sentido para o Nordeste e para o País.

Em lugar de uma tímida ação da SUDENE, fornecendo pequenos recursos ao CTA para prosseguir seus estudos do Centro de Petrolina, teria determinado ao DNOCS que se organizasse para comandar no Nordeste, devidamente assessorado pela equipe técnica do CTA, uma vasta operação de nucleação artificial de nuvens.

O projeto do CTA, neste sentido, inclui 11 bases de operação com 24 aviões do tipo Bandeirante, devidamente equipados.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estas bases distribuídas em pontos estratégicos no Nordeste, o DNOCS já as possui, desde a Bahia até o Piauí.

Os aviões, a EMBRAER teria fabricado e entregue equipados em menos de um ano. Os pilotos para comandá-los, é o que não falta no Nordeste, e teriam sido treinados especialmente para isto e para operações noturnas, quando existe maior contingente de nuvens disponíveis.

Isto tudo, se tivesse sido determinado em 1980, segundo ano da seca, teria custado 15 bilhões de cruzeiros, e o Governo, de lá para cá, já gastou 560 bilhões.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, está aqui o primeiro grande tema proposto pelo Senador Virgílio Távora, para debate e solução.

Proponho, em vista da gravidade da situação no Nordeste, em que dentro de mais um ou dois meses vários açudes públicos estarão secos e os carros-pipas da SUDENE não vão ter onde apanhar água, que se convide o CTA, devidamente autorizado pelo Senhor Ministro da Aeronáutica, para a organização, já, imediatamente, juntamente com o DNOCS e a SUDENE, DA OPERAÇÃO — água para salvar o Nordeste, a partir de nuvens.

Quem levantar a questão que isto é utopia, que prove porque é utopia e aponte uma solução para fazer água nos rios, açudes e riachos do Nordeste, dentro dos próximos três meses.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Alberto Silva?

O SR. ALBERTO SILVA — Com o maior prazer.

O Sr. Virgílio Távora — Vamos, com calma, dissecar a sua oração que ouvimos, até agora, com o respeito que V. Ex<sup>a</sup> merece, com a sua capacidade técnica que, aliás, os próprios adversários não podem negar.

O SR. ALBERTO SILVA — Muito obrigado.

O Sr. Virgílio Távora — Começamos pelo fim, porque justamente foi o tema lançado aqui a debate. Eminentemente Senador, sempre dissemos que nós precisávamos conscientizar a sociedade brasileira para que houvesse investimentos proporcionais à população nos anos de bonança, isto é, paulatinamente chegássemos aos investi-

mentos do País na região e a um teto de 30/33% daqueles do conjunto da Nação. Para isso, dizíamos que essa conscientização se tornava imperiosa e necessária. Não adiantaria Ministro, Presidente da República manifestar-se vontadoso de tal proceder, porque o vulto dos recursos era tão grande que a oposição, que de início e com o tempo se avolumaria, que teria este homem de enfrentar, para a transposição desses recursos, desses investimentos, de uma região para outra, seria praticamente insuperável. Mas não é só a conscientização da gravidade do problema, de que o Nordeste é realmente um dos grandes desafios, um dos grandes problemas que tem hoje o País a se defrontar; até a conscientização, entre nossos próprios dirigentes nordestinos, de que o problema não comportaria mais dilatação, se faria mister. Um exemplo típico é este apresentado por V. Ex<sup>a</sup>. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que o CTA tem dois programas: o MOCLIMA e o MODART — o MOCLIMA para a formação de nuvens, queima de carvão microgranulado a 200, 300 milhas da costa, 300, 480 km do litoral do Nordeste; e o MODART — o bombardeio das nuvens formadas pelo MOCLIMA ou daquelas existentes. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que o CTA — e o Ceará disso se orgulha, de ter sido ainda pioneiro antes do CTA quanto ao MODARTE,...

O SR. ALBERTO SILVA — Reconheço.

O Sr. Virgílio Távora — ... pela experiência de João Ramos, adaptação do projeto Cirrus, projeto americano, que lidava com cúmulos-nimbos frios, e os nossos cúmulos-nimbos são quentes, em relação àqueles outros; sabe V. Ex<sup>a</sup> que o MODART teve algum apoio dos governos do Nordeste.

O SR. ALBERTO SILVA — Alguns.

O Sr. Virgílio Távora — Óbvio que o do Ceará se manifestou imediatamente a favor já que o FUCEME, a nossa fundação de meteorologia, para chuvas artificiais, essa Fundação já existia há muitíssimo tempo, existe praticamente há dez ou doze anos na nossa terra, mas o MOCLIMA só teve um Estado que com ele concordou.

O SR. ALBERTO SILVA — Foi o de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Virgílio Távora — Foi o Estado governado pelo seu apartante de agora. Os demais governadores temerão que essas nuvens fossem para regiões em que causassem inundações, e não fossem para o semi-árido, máximo aqueles Estados que tinham litoral atlântico leste. Então, vê V. Ex<sup>a</sup> que até entre os dirigentes nordestinos não houve unanimidade. Depois, subindo um degrau, no plano nacional, de um lado o CNPq e de outro lado o CTA iniciaram uma verdadeira batalha campal. Aqui, não estamos querendo desculpar autoridade nenhuma, mas V. Ex<sup>a</sup> deve ter na sua própria bagagem científica — que não é das menores — toda a documentação de um seminário internacional para nossa desgraça realizado no Brasil — em que ficou provado no papel, e desmentido na prática, que não poderia haver previsões de estiagem, com mais de 6 meses de antecedência. Vê V. Ex<sup>a</sup> como o problema é complexo. Agora, vamos-lhe dar razão num ponto. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que fomos e continuamos a ser um dos críticos muito severos do novil DNOCS comprado ao antigo DNOCS. Mas da mesma maneira que somos críticos dessa política, muitos técnicos hoje em dia acham que nós é que estamos errados e eles é que estão certos. E não são só os técnicos do DNOCS. Então, dizemos a V. Ex<sup>a</sup> como é difícil um problema da magnitude deste do Nordeste ser enfrentado pelo Governo. Nem Presidente da República nem Ministro do Interior têm a obrigação de ser técnico no assunto. E eles se defrontam, máxime na questão versada por V. Ex<sup>a</sup>, com opiniões absolutamente contraditórias. No caso vertente, nossa opinião coincide com a de V. Ex<sup>a</sup>. Mas quem nos diz que a nossa opinião é a que está certa? Dizemos isto com o co-

ração aberto. Achamos, com toda a franqueza, que a sugestão de V. Ex<sup>a</sup> deveria ser encampada por todas as duas bancadas aqui, nesta Casa, neste Plenário, e que nos dirigíssemos a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, ao Ministro do Interior, para que esta sua idéia fosse levada avante. É o depoimento que damos a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. ALBERTO SILVA — Nobre Senador Virgílio Távora, esperava justamente de V. Ex<sup>a</sup> este final, pois colocou a questão como realmente ela existe neste País. Às vezes técnicos de vários órgãos entram em discussão acadêmica. Costumo dizer: entre as pequenas coisas que não queremos fazer, que a nossa vaidade não nos deixa fazer, e as grandes coisas que não podemos fazer existe o perigo de não se fazer nada.

Como governador, V. Ex<sup>a</sup> tomou uma iniciativa e deu uma decisão política: comprou o avião, porque o anterior era pequeno, não estava suficiente bem equipado; reforçou a empresa cearense: equipou o avião com todos os mecanismos necessários. Então, nesta hora...

O Sr. Virgílio Távora — Eminentemente Senador, os outros governadores não eram obrigados a achar que nós estávamos certos e eles errados. Não.

O SR. ALBERTO SILVA — Apenas complemento, e não vai nenhuma crítica às dificuldades que V. Ex<sup>a</sup> deve ter encontrado nesse campo, e lhe faço justiça, e não faço nenhum favor, nos seus governos, o primeiro e o segundo, foram altamente construtivos para aquela Região e para o seu Estado, haja vista a quantidade de quilômetros de estrada concluídos, acabando com o desligamento, mais de 4 mil quilômetros...

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex<sup>a</sup> é suspeito, porque foi nosso auxiliar no primeiro governo de 1963 a 1966.

O SR. ALBERTO SILVA — Com relação à nucleação, é evidente que um pouco mais de esforço, talvez um segundo avião, e talvez recursos substanciais tivessem o Ceará no laboratório de demonstração de que o CNPq estava errado e o CTA estava certo, porque nuvens sobre o Estado de V. Ex<sup>a</sup> existem, e sou testemunha, conheço o Ceará a palmo. Nas madrugadas e ao anoitecer há nuvens espalhadas no semi-árido todo. Os aviões é que não voam de noite, porque a estrutura burocrática não deixa. Às 17 horas todo o mundo se despede e vai para casa. Apenas um comentário.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Não desejo entrar neste diálogo de ordem técnica específico que V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Virgílio Távora estão travando neste instante, porque são conhecedores profundos da matéria, e sou praticamente um dilettante, um curioso sobre o assunto. Ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, do Senador Virgílio Távora e do Senador Almir Pinto, e lá na nossa CPI o pronunciamento do CTA, chamo a atenção para o fato de que os recursos necessários para aplicação desse plano são muito inferiores de um tipo, por exemplo, de injeção de 30 bilhões de cruzeiros em uma empresa falida. Gastaríamos um bilhão e pouco num ano, ou 2 bilhões no outro, e mais 1 bilhão e tanto no terceiro ano. Mesmo que seja uma experiência, que não haja ainda uma conclusão científica a respeito da matéria, se é válido jogarmos para o Nordeste esses recursos que poderiam beneficiar aquela Região e trazer no futuro, sendo desnecessário aplicar mais recursos em frentes de emergências, como estamos jogando a cada instante. Até faço uma ironia nesta hora, quando vejo que só o Governador

Virgílio Távora teve o conhecimento e a predisposição de apoiar esse programa de bombardeamento de nuvens. Talvez os governadores não tenham aceito porque não se pode botar uma placa nas nuvens dizendo: "obra do governo tal..." Vamos adivinhar uma maneira de colocar alguma coisa escrita no céu, que, talvez fazendo propaganda, os demais governadores aceitem a idéia.

**O SR. ALBERTO SILVA** — Nobre Senador Jutahy Magalhães, agradeço o aparte, pela sua justeza porque V. Ex<sup>a</sup> botou o dedo exatamente em cima da questão: o que custa destacar alguns bilhões — um bilhão num ano, dois no seguinte, e três no outro — para testar o MOCLIMA. O MOCLIMA, conforme o Senador Virgílio Távora acabou de dizer visa à geração de nuvens a 300 km metros do litoral nordestino, aguardando-se que os ventos alísios — aqui, vamos dizer aos pernambucanos, que tinham medo de inundações, que os alísios sopram...

**O Sr. Virgílio Távora** — Não eram só os pernambucanos, vamos fazer justiça. Não citei Estado, mas não eram só eles, não.

**O SR. ALBERTO SILVA** — ... os alísios sopram na direção leste/oeste; jamais levariam nuvens em direção ao sul. Se essa experiência fosse feita, por exemplo, nas costas do Ceará ou do Piauí, essas nuvens cairiam seguramente nos nossos Estados. O CTA tem sido muito bem mapeado. O volume de água que ele ia fazer evaporar a mais é perfeitamente conhecido; são equações matemáticas: mais calor, mais água evaporada. E, em consequência, ter-se-iam alguns bilhões de metros cúbicos de água. E se sabe calcular quantos bilhões tem numa nuvem, não haveria de acarretar calamidade nenhuma, porque não estamos no Golfo do México para criar monções e furacões desse tipo.

É, na verdade, a velha história brasileira: um diz uma coisa, outro diz outra. Aproveito a oportunidade do aparte no nobre Senador pela Bahia, para dizer que numa conversa que tive há um mês ou dois com o governador do Estado de V. Ex<sup>a</sup> eu disse a ele: olha, o Senador Virgílio deixou um avião montado aqui, arranja um pouco de dinheiro, convida o Brigadeiro Piva lá do CTA e aproveita essas nuvens que estão aqui em cima de Fortaleza; talvez chovendo encha o reservatório que ele fez e vocês terão água em Fortaleza. Ele juntou todos os técnicos entendidos em água, e fez uma pergunta: vocês acham que dá certo? Isto gerou uma discussão de duas horas; alguns disseram que ia haver inundação, outros que não adiantava, e, entre o fazer e o não fazer, ainda está chovendo de madrugada em Fortaleza, e nenhuma nuvem foi bombardeada.

Talvez V. Ex<sup>a</sup> pudesse induzi-lo, sem os tais técnicos que discutem e nada fazem, para que mande bombardear as nuvens que, tenho certeza, devidamente apoiado pela equipe do CTA, encheriam o açude que V. Ex<sup>a</sup> fez com tanto cuidado, para abastecer a cidade de Fortaleza.

Quero agradecer...

**O Sr. Virgílio Távora** — Veja V. Ex<sup>a</sup> se no microcosmo cearense há uma discussão dessa ante a sua proposta, já imaginou no macrocosmo brasileiro a dificuldade de se colocar em pauta essa idéia? Eminentíssimo Senador, iniciávamos a nossa vida pública como deputado, em 1951...

**O SR. ALBERTO SILVA** — Foi quando eu o conheci.

**O Sr. Virgílio Távora** — E o projeto número 50, desse ano, era nosso, objetivando uma pequena verba de 40 mil contos — naquele tempo era contos de réis — destinada ao Ministério da Agricultura, para prossecução dessa experiência, que estava sendo iniciada por João Ramos, no Ceará. O quê esse cientista, hoje falecido, pretendia, era transpor, com as devidas adaptações, o

projeto cirrus, há pouco aludido, da Norte América, para as nossas condições tropicais. Voto unânime de todos os técnicos ouvidos, foi que era jogar dinheiro fora — o projeto foi rejeitado. Consulte V. Ex<sup>a</sup> os Anais da Câmara. De maneira que aqui não estamos defendendo A, nem B, nem C. Estamos mostrando a V. Ex<sup>a</sup> as dificuldades a transpor. É com pena, é com tristeza que justamente intervimos neste brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>, porque somos voto vencido nisso. Acreditamos no MODART, no MOCLIMA. Creemos que se eles custassem dez vezes mais do que as previsões orçamentárias, que fazem tanta gente tremer, ainda assim, deviam ser experimentados. Mas, Excelência, no dia de hoje, fora o CTA e alguns convertidos do CNPq e do INPE, não se encontram meteorologistas no Brasil que estejam ao lado da tese que aquele centro espacial, V. Ex<sup>a</sup>, nós e alguns técnicos cearenses defendemos. Isso é que é verdade. Não vamos nos iludir.

**O SR. ALBERTO SILVA** — Muito bem. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, o que adianta é trazeremos o tema à discussão e ao debate. V. Ex<sup>a</sup> sabe que a minha formação, como a de V. Ex<sup>a</sup>, é a de quem não mistura problemas. Não misturo problemas. Não vamos imaginar que porque meia dúzia de técnicos e meteorologistas do País não aceitam, que vamos parar.

**O Sr. Virgílio Távora** — Estava explicando a V. Ex<sup>a</sup> o que aconteceu e que não há discussão a respeito.

**O SR. ALBERTO SILVA** — Mas, agora, o fórum de debate é outro, é político. Por felicidade nossa, vários engenheiros, como V. Ex<sup>a</sup>, eu e outros colegas nossos, temos bagagem profissional e experiência administrativa, como governadores que fomos, para dizer o que pretendemos e o que desejamos fazer. A nossa palavra, como Poder da República, aqui neste plenário, há de fazer sensibilizar o Sr. Ministro que, aliás, diga-se de passagem, é um homem sensível aos grandes vãos e aos grandes empreendimentos. O Ministro Andreazza, por exemplo, aceitou de V. Ex<sup>a</sup> aquela discutida tarefa, que todo mundo dizia que não era possível, de se eliminar um quisto que havia dentro de Fortaleza, que era o lagamar; e resolveu. V. Ex<sup>a</sup> propõe que as duas Bancadas, aqui reunidas, levem o problema ao Presidente da República. Vamos levar, primeiro, ao Ministro Andreazza, do qual V. Ex<sup>a</sup> é um bom amigo. Eu também, me sinto capaz de fazer isso, porque ele foi também Ministro quando fui Governador. Vamos colocar o problema sem os tecnocratas. São os políticos, são os senadores, um Poder da República, homens experimentados que vão propor, não o programa todo, mas parte dele, com os seis aviões que estão lá. Que façam o programa sob um comando único porque a SUDENE não tem estrutura para comandar; o CTA, muito menos; é um órgão de assessoramento. O Governo do Estado de V. Ex<sup>a</sup> não vai encampar um programa do Nordeste. O DNOCS, que é um órgão regional, tem engenheiros, tem aviões, tem campos de apoio. Que o programa comece com a estrutura que tem, com o avião do Estado de V. Ex<sup>a</sup> o da Paraíba, o de Petrolina, ou de outros Estados que tenham. Que fique sob o comando do DNOCS, devidamente assessorado pelo CTA, e escolham as áreas. Por exemplo, Fortaleza (para encher o Açude do Gavião); Recife (para encher o Itapacurá) — onde já estão racionando água. Deve-se começar por aí. Depois, vão a outras regiões onde os açudes estão quase secando.

Há nuvens, Excelência; em cima do semi-árido há nuvens. Visitei recentemente o Piauí e pude verificar que de Corrente a Teresina é uma camada só de nuvens. Só que não chove. Se os aviões bombardeassem essas nuvens, no Piauí não haveria seca, como também no Estado de V. Ex<sup>a</sup> em várias regiões.

Então, a proposta que fica é: V. Ex<sup>a</sup> concorda que nós façamos aqui uma comissão interpartidária e levemos essa proposta ao Ministro Mário Andreazza?

**O Sr. Virgílio Távora** — Sim!

**O SR. ALBERTO SILVA** — Muito bem. É um sim de militar. Verifico que é pronto e, ao descer desta tribuna, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e dizer que alguma coisa os Senadores vão fazer em benefício de uma solução para o problema do Nordeste.

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Já existem no Nordeste, pelo menos, seis aviões disponíveis e equipamentos para nucleação artificial de nuvens.

Proponho, dentro da exigüidade de tempo:

a) que o Ministro Andreazza determine à SUDENE e ao DNOCS que este último assumo o comando das operações e receba as dotações necessárias para contratar pilotos e prover de combustível e demais necessidades os aviões a serem empregados.

b) que o CTA assumo a supervisão técnica das operações.

c) que se escolham as áreas mais carentes de água, como o reservatório de Itapacurá, em Pernambuco, e do Gavião, no Ceará, para que um colapso de abastecimento d'água não venha abalar estes dois grandes centros populacionais do Nordeste.

d) que se reservem os recursos necessários para atender não só à emergência em matéria de nucleação, mas para montar no Nordeste, com a supervisão do CTA, as 11 bases de operação previstas e os vinte e quatro aviões equipados, para que, permanentemente, o Nordeste tenha a água necessária a seus rios, seus açudes, sua gente, a partir das nuvens que o Criador, com sua infinita bondade, coloca nas madrugadas e no anoitecer sobre todo o semi-árido nordestino, à espera da ação do homem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Eunice Michiles — Hélio Gueiros — José Sarney — Marcondes Gadelha — Nelson Carneiro — Henrique Santillo — Jorge Bornhausen.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 781, DE 1983

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1983.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 1983. — Virgílio Távora, Vice-Líder do PDS no exercício da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O requerimento lido será publicado e incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência, as matérias da pauta de hoje, Projetos de Lei da Câmara nºs 79/81, 51/83 e 150/82, Projeto de Decreto Legislativo nº 36/81, Projetos de Lei do Senado nºs 158/82-Complementar, 203/82, 280/80 e 21/83, constantes dos itens 1 a 8, dependentes de vo-

tação, deixam de ser submetidos a votos, ficando sua apreciação para a sessão ordinária da próxima segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Constituição da República Federativa do Brasil confere aos membros do Senado Federal uma extensa gama de competências, ora de natureza exclusiva, ora de exercício concorrente com os representantes da Câmara dos Deputados, que também compõe o Congresso Nacional.

Não é meu intento relembrar todas as facetas desta atividade polivalente, detalhada no texto constitucional e conhecida com o nome solene de prerrogativas do Poder Legislativo, que, afinal, podem ser reduzidas a duas atitudes fundamentais, a saber, legislar e controlar.

O clima de abertura em que tem vivido o nosso País nos últimos anos tem colaborado para que os parlamentares reiviniquem os direitos que lhe são inerentes e lancem idéias e projetos tendentes a alargar, um pouco mais, a área do Poder Legislativo, a exemplo do que acontece nos países politicamente mais estáveis e de mais consolidada tradição democrática. É que estamos assistindo a um esvaziamento das funções legislativas dos parlamentares que, a cada dia, mais se vai canalizando para o domínio sempre crescente e abrangente do Poder Executivo.

Entre os motivos que consolidam esta prática desapropriatória estão aquelas mesmas razões que, em outros Estados modernos e democráticos, determinaram o aparecimento da lei delegada, isto é, o fato de que as necessidades dos tempos atuais exigiriam leis rápidas, corretas, altamente técnicas e sofisticadas que só o Poder Executivo, subdividido em inúmeros Ministérios e Departamentos seria capaz de produzir.

Apregoa-se que a lei do welfare state não pode mais depender das práticas obstrutivas dos Parlamentos, da falta de cultura especializada e da lentidão natural do processo legislativo.

E se justifica, deste modo, que a burocracia dos Ministérios, porque supostamente mais competente, especializada e ágil, detenha o poder de esboçar as normas, de idealizar os projetos e emendas que, mais tarde, se transformarão em lei no sentido formal, através da aprovação nas Casas legislativas.

Tal modo de se usurpar prerrogativas parlamentares, por existir não apenas entre nós, mas em muitos outros países de regime de governo presidencialista ou parlamentar, vem sendo dado como inelutável e como consequência inarredável da evolução do moderno regime representativo.

No caso do Brasil, surge mesmo o argumento de que o nosso Legislativo aquiesceu tão facilmente às transformações que não lhe resta senão a luta difícil pela "reconquista" de suas prerrogativas, já que é fácil ver que o Poder Executivo não mais lhe fará retornar gratuitamente as conquistas que fez, sem dúvida com o dinamismo e o apetite que lhe tem caracterizado, mas também um pouco por causa da própria docilidade parlamentar, que não defendeu, como devia, a sua posição de poder competente para a iniciativa das leis e não de mero agente de ratificação dos projetos originários dos mais variados Ministérios que compõe o Poder Executivo.

Para os Senadores, que convivem com o atual estado de coisas e com a interferência ostensiva e institucionalizada do Poder Executivo no processo de elaboração legislativa, resta uma segunda opção: a de exercer o seu mandato público, e os deveres a ele inerentes, através de uma atitude de controle e de fiscalização da administração, vez que já não têm para si, com exclusividade, a tarefa específica de legislar, em nome da União.

É notório que a Constituição também lhes outorga esses poderes em variadas formas.

Assim é que os parlamentares podem exercer um certo controle sobre a administração quando aprovam os rejeitam projetos de lei e resoluções que envolvam matéria administrativa.

Exercem um controle evidente e eficaz quando, através do Tribunal de Contas da União, fazem o acompanhamento da execução do orçamento e dos atos relativos à administração financeira e patrimonial para verificar se foram observadas as normas respectivas ou para apurar os resultados da gestão.

Além disso, complementam esse controle através de comissões parlamentares de inquérito, dos pedidos de informação às autoridades, da convocação de Ministros de Estado e outros altos funcionários para prestar-lhes esclarecimentos, e, ainda, quando da tribuna, criticam e censuram atos dos Poderes públicos.

Têm-se dito que essas formas de controle parlamentar têm um cunho eminentemente político e visam fundamentalmente a manter a legalidade, a moralidade, a regularidade e a eficácia da Administração Pública.

Contudo, não se pode esquecer que o bom exercício dessa atividade política requer específicos conhecimentos de ordem técnica.

Quando parlamentares investigam e apuram fatos determinados, podem ouvir quaisquer pessoas e têm acesso a todos os dados e documentos pertinentes ao caso terão por missão subsequente a de bem analisá-los, classificá-los e interpretá-los.

O mesmo acontecerá quando acaso solicitarem às autoridades competentes pedidos de informação visando a obter conhecimento de fato relacionado com matéria legislativa em tramitação no Congresso Nacional ou sujeito à fiscalização parlamentar.

Isto quer dizer que a atividade de mero controle e fiscalização, tal como a de legislação para o mundo de hoje, só se exercitará de maneira correta e eficaz se o parlamentar que a tem a seu cargo ostentar conhecimentos técnicos e especializados, juízo crítico, capacidade de análise e sensibilidade para os problemas em jogo.

E são tantos e tão variados os assuntos que demandam normatividade própria ou esclarecimento e análise que não se pode pretender encontrar num só homem, por mais competente e enciclopédico que seja, os dotes necessários para dominá-los em todos os seus pormenores.

Multiplicaram-se os ramos científicos, expandiu-se a inteligência humana em inúmeras e novas tecnologias, especializaram-se os profissionais para adquirir maior competência, mas nada disso diminuiu a abrangência e a polivalência da tarefa parlamentar que é a de legislar sobre todos fatos e relações hodiernos e a de fiscalizar os atos da administração pública num mundo em que o cidadão se faz cada vez mais exigente e reivindicativo.

Srs. Senadores,

Não poderemos lutar pela reconquista de nossa função como legisladores em toda a sua plenitude, nem seremos capazes de atuar eficazmente como órgão de controle externo da administração, sem uma assessoria parlamentar de alto nível e de comprovada qualificação.

Em todos os países onde a atividade parlamentar se exercita a contento há uma equipe de especialistas e técnicos coadjuvando senadores e deputados.

É notório que o grande poder exercido pelo Senado na sociedade norte-americana muito deve à excelência dos estudos técnicos elaborados pelos profissionais que prestam assistência parlamentar.

Eis por que desejaria discutir com os ilustres Senadores sobre as possibilidades de mudança do órgão equivalente de que dispomos nesta Casa.

E penso que, em nosso caso, uma mudança se faz necessária para que possamos caminhar de uma total centralização para uma indispensável e mais eficaz descentralização.

Não é desejável que a nossa Assessoria Parlamentar se mantenha centralizada em local único, e só nos preste auxílio se acaso solicitamos os seus serviços.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Pois não, com muito prazer.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Apesar de V. Exª ainda estar discorrendo sobre a tese, eu, angustiado, pedi o aparte porque, realmente, V. Exª aborda talvez um dos temas mais sérios que deveriam estar em debate, diuturnamente, nesta Casa. Eu gostaria de trazer à colação, e colocar dentro das preocupações de V. Exª algo que, aliás, eu acredito já esteja. Mas, veja V. Exª, nós, que geralmente reclamamos muito que tiraram muitas das nossas prerrogativas, acho o capítulo maior, mais importante, que daria real substância, até por que não dizer — maior razão de ser neste País, que já tem uma coletânea de legislação e de letras-mortas que entulham as bibliotecas, como é o nosso caso, aquilo que realmente daria substância ao Congresso Nacional é algo em que todos nós temos ido descuidados, no que diz respeito à essência da coisa — a regulamentação do capítulo da fiscalização financeira. A Constituição aí está a dizer, como V. Exª ainda há pouco lembrava, que o órgão auxiliar do Congresso Nacional, isso para efeito, eu diria, quase que para o público externo, seria o Tribunal de Contas da União. No entanto, nós andamos a reboque daquele que, constitucionalmente, seria o coadjuvante, o órgão auxiliar do Poder Legislativo, porque, se há alguma fiscalização, ela existe exclusivamente naquela esfera, já que, de nossa parte, nós sequer tivemos condições e meios para regulamentar o capítulo constitucional que nos confere a fiscalização financeira. Estou de pleno acordo com V. Exª; realmente, nós carecemos de uma assessoria. De minha parte, por exemplo, devo confessar que, apesar de eu ser um homem resistente, às vezes tentei ser ajudado pela chamada assessoria, aqui do Senado, mas estou invicto nestes 13 anos de Casa. Estou invicto, não devo ainda um trabalho, não consegui sequer uma satisfação do porque não fizeram, não atenderam uma encomenda minha. E tenho ainda resistência física suficiente para me permitir vazar noite a dentro, e, dentro das minhas parquíssimas e modestíssimas limitações, produzir alguma coisa que tenho trazido a esta Casa. Mas nada devo, estou invicto nesses 13 anos, de qualquer ajuda, menor que seja, da chamada Assessoria Parlamentar do Senado. Logo, tenho que aplaudir a iniciativa de V. Exª, que é um dos colegas que sempre primou pela seriedade, sempre levou as coisas a sério, seja como membro da Mesa, seja como Vice-Líder, seja como Coordenador de Bancada. V. Exª tem sido realmente um exemplo edificante nesta Casa, e é muito bom que um homem da sua estatura moral aborde esse tema e que ele passe a ser, de agora em diante, uma constante entre as nossas preocupações. Muito obrigado a V. Exª, por me permitir essa intervenção.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Quanto aos elogios, meu caro colega, eu os tributo à sua condição de velho udenista. Vem do sangue esta parte dos elogios, mas eu queria dizer a V. Exª que, realmente, nós temos responsabilidade. Nós, como disse já no início do meu pronunciamento, pecamos por omissão. Nós tivemos, aqui, no Senado mesmo, e em discussão no Congresso Nacional, uma emenda constitucional do Senador Mauro Benedito. Nós do Congresso não soubemos dar o apoio necessário para que ela se tornasse realidade.

Mas, para podermos exercer esse poder de fiscalização, nós temos, em primeiro lugar, que nos capacitarmos de um assessoramento completo, hábil e à altura das necessidades dos Srs. parlamentares, porque, só assim, nós teremos condições de debater esses problemas, de

discutir esses altos assuntos de ordem técnica, para que em, termos de igualdade, nós possamos debater com o Executivo e conseguirmos, assim, modificar muita coisa que para cá vem.

Por isto, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o apoio que dá ao meu pronunciamento e pode V. Ex<sup>a</sup> ter certeza de que, com a sua ajuda, nós chegaremos até lá.

**O Sr. Passos Pôrto** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com todo prazer, nobre Senador Passos Pôrto.

**O Sr. Passos Pôrto** — Senador Jutahy Magalhães, ouvi com muita atenção o aparte do nobre Senador Benedito Ferreira e gostaria de, em tempo, defender a Assessoria Técnica do Senado, Primeiro porque, se nesses treze anos não lhe foi possível contar com aquela Assessoria, eu devo declarar que, toda vez que a solicitei, fui prontamente atendido. Ela é dirigida por um homem eminente, um homem culto, o Dr. Pedro Cavalcante e tem figuras participando do seu quadro, capazes de dar assessoria ao Senador. V. Ex<sup>a</sup>, que foi meu companheiro na Mesa anterior, sabe que foi preocupação daquela Mesa Diretora. E nós personalizamos a assessoria técnica, concedendo a cada Senador um assessor especial, requisitado, escolhido pelo Senador dentre os técnicos que possam existir, que possam prestar a assistência cultural, técnica e legislativa. Cada Senador tem direito a escolha de um assessor, personalizado. "O gabinete do Senador, no Brasil, é um dos melhores em capacidade de recursos humanos, porque nós temos um grupo, dentro do gabinete, que nenhum Senado do mundo dá. Lembro-me bem que estive aqui com a representação do Senado italiano e os Senadores, na Itália, não têm assessoria personalizada; eles têm apenas um secretário que acompanha o Senador. Aqui, no Senado, nós temos aqui um grupo imenso de chefe de gabinete, subchefe de gabinete, secretários...

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Mas, Ex<sup>a</sup>, esta é a parte administrativa, não é a parte técnica. É a parte administrativa.

**O Sr. Passos Pôrto** — Na parte técnica, nós temos um assessor indicado pelo Senador, dentro de uma qualificação exigida pelo Senado. Eu acho que nós devemos procurar a raiz do problema e a raiz do problema é a seguinte: o próprio Congresso não regulamentou o dispositivo constitucional que lhe dá autorização para a fiscalização do Poder Executivo. Há um projeto de iniciativa do nobre Senador Humberto Lucena, como houve uma Emenda Constitucional do nobre Senador Mauro Benedito. O fato é que, até, hoje, não se transformou em lei a maior prerrogativa do Poder Legislativo, que é a fiscalização dos atos do Executivo, o que, na sua complexidade, realmente precisa de uma assessoria. O Senado Federal tem cerca de quatro mil funcionários, pode reciclar esse pessoal, que tem condição de nos dar assessoria. Nós temos de procurar outros caminhos de reconquista dessas prerrogativas, e procurar também, através de um trabalho do próprio Congresso, regulamentar o dispositivo constitucional que até hoje não foi regulamentado.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Eu agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, e digo que não posso aqui falar da Assessoria. Eu acho que nós temos assessores competentes, mas o ponto de vista que eu desejo abordar e as proposições que eu pretendo fazer, no decorrer do meu pronunciamento, são no sentido de que a Assessoria aqui é muito impessoal, porque é muito centralizada. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem os assessores que são competentes e vizam enciclopédicos, porque, muitas vezes, um assessor tem maior especialização em assuntos financeiros e é jogado para a área da legislação federal. Então, ele vai para a parte le-

gal e não fica na parte financeira. Recebe muitas vezes do Senador uma opinião ou um pedido para um parecer, baseado assim e assim, mas ele não conhece o pensamento do Senador. Quando vem o parecer, muitas vezes é o contrário daquilo que foi pedido. Nós temos de fazer diretamente, pessoalmente e ajudá-lo quando for o caso. Eu tive aqui, durante algum tempo, um auxiliar do Senado no meu gabinete, da maior importância para minha ação política, para minha ação parlamentar. Ele não estava no gabinete sem trabalhar, estava lá exercendo o papel dele de assessor de um Senador. Infelizmente, por uma determinação geral da Mesa, foi preciso que ele voltasse para a assessoria e eu fiquei sem uma perna e sem um braço. Isto é uma questão pessoal, mas que me fez levantar este problema de caráter geral e apresentar aqui algumas sugestões que eu espero que os Srs. Senadores examinem. E espero vir a contar também com o apoio do Senador Passos Pôrto. Eu acredito que S. Ex<sup>a</sup>, ao escutar o que eu pretendo dizer neste instante, verá que eu não estou querendo fazer nenhuma crítica de ordem técnica aos nossos assessores. Acho que temos aqui assessores competentes, a organização do serviço é que, no meu entendimento, não está certa.

**O Sr. Passos Pôrto** — Ai eu estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> Eu reclamo, constantemente, que as comissões permanentes, as comissões técnicas da Casa não têm nenhuma ajuda ou assistência por parte da Mesa Diretora. Quem preside uma comissão técnica nesta Casa encontra dificuldades. Por exemplo, a minha Comissão de Municípios tem o mesmo secretário da Comissão de Minas e Energia. Um servidor só para duas comissões.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Um secretário de ordem administrativa e não assessoria.

**O Sr. Passos Pôrto** — Pois é, nas comissões técnicas eu estou de acordo que nós precisamos reestruturá-las pois, elas não estão em condições de funcionar.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com prazer.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Já ouvi em discussões aqui no Senado, e eu não gostaria sequer de repetir, mas me sinto cominado agora repetir aquilo que, realmente, me desagradou, quando eu ouvi de alguns colegas aqui, a colocação de que haveria Senador de 1<sup>a</sup> classe, 2<sup>a</sup> classe e 3<sup>a</sup> classe. E agora começa a me assaltar o receio e o fundamento receio de que eu seja Senador de 2<sup>a</sup> ou 3<sup>a</sup> classe. Porque verifico que o Senador Passos Pôrto, merecedor do apreço de todos nós, quanto mais de funcionários regularmente remunerados da nossa Assessoria, sem dúvida nenhuma merece todo o apreço e todo o acatamento, como de resto eu acho que até eu mereço — me perdoem a modestia — em querer me colocar no nível do Senador Passos Pôrto.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — V. Ex<sup>a</sup> tem todos os méritos do Senador Passos Pôrto e de qualquer colega.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Mas a verdade é essa, eu estou invicto nesses 13 anos e continuo invicto de um atendimento da Assessoria tão bem dirigida, como há pouco salientado pelo Senador Passos Pôrto.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Mas, continuando, Sr. Presidente, no meu entender, uma boa organização de nosso assessoramento se faria se houvesse, bem delimitados, uma série de quatro núcleos principais, a saber: 1) assessoria administrativa; 2) assessoria operacional; 3) assessoria institucional; 4) assessoria técnica.

Vejamos que atribuições teriam cada um desses setores:

A assessoria administrativa seria composta de um número restrito de assessores e teria, como a atual assessoria parlamentar, uma certa centralização, vez que teria uma função de coordenação geral. Para ela não vejo grandes alterações a fazer.

Contudo, aquilo que eu chamaria de assessoria operacional seria uma grande novidade a preencher uma séria lacuna de nossa Casa, onde não há assessores especificamente destinados ao trabalho das comissões técnicas e especializadas. E eu penso que esta criação é urgente, sobretudo porque algumas comissões são dela altamente dependentes. Refiro-me, principalmente, às Comissões de Constituição e Justiça, Economia, Finanças, Legislação Social e Relações Exteriores.

Estas cinco comissões, ao contrário das outras, têm um maior acúmulo de trabalho e uma atuação quase permanente e não podem dispensar a ajuda de profissionais especializados e competentes, em cada um dos setores mencionados.

Embora as demais também necessitem de assessoramento especializado, limitei-me a citar apenas aquelas que mais projetos recebem para examinar.

As comissões técnicas se formam normalmente de acordo com as especialidades dos Senadores, mas nunca seria demais a presença nelas de especialistas de alto nível para fins de assessoramento senatorial.

Mas, como o trabalho parlamentar não é apenas de elaboração e análise de projetos de lei, mas também de estudo e de prospecção, entendo que é de vital importância a criação de uma assessoria que eu chamaria de institucional. Seria ela, fundamentalmente, um núcleo específico e permanente de estudos e pesquisas, em quatro áreas principais, a saber: a) estudos econômicos e financeiros; b) estudos sociais; c) direito comparado; d) estatística e atuária.

É, sobretudo, neste tipo de pesquisa que uma assessoria parlamentar pode parecer útil e gratificante.

Os países que a têm mostram a superioridade de seus textos legislados e oferecem às mentes curiosas e meditativas a oportunidade de efetuarem pesquisas de alto cunho científico, ao mesmo tempo que suscetíveis de aplicação prática, vez que se transformam em inúmeras sugestões de mudanças do direito positivo.

Finalmente, julgo oportuno a manutenção da assessoria técnica, assim entendida como aquela que se presta através de profissional contratado sob o regime da CLT para servir, individualmente, aos senadores, durante os respectivos mandatos e enquanto gozarem de sua confiança.

Reivindico, porém, sua ampliação, pois o assessoramento direto deveria ser prestado, no mínimo, em duas áreas: econômica e legal.

Considero, ainda, que profissionais deste tipo poderiam ser, eventualmente, contratados pelo Senado, para missões de menor duração, sempre que um assunto, por sua importância, novidade ou raridade, exigisse a presença momentânea, na Casa, de um profissional com ele familiarizado.

**O Sr. Itamar Franco** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com todo o prazer, Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco** — Senador Jutahy Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> propõe uma nova organização para a nossa Assessoria e, evidentemente, o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, as suas ponderações deverão ser analisadas pelo Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup> tem razão em alguns conceitos expendidos.

Ainda há pouco o próprio Senador Passos Pôrto, que não concordou em tópico com V. Ex<sup>a</sup>, lembrava os problemas das comissões. Veja que nós já teremos um caso, agora, relativamente à Comissão de Finanças, a

qual tenho a honra de presidir. O Senador Severo Gomes foi nomeado relator para dar Parecer sobre as contas do Senhor Presidente da República. Veja V. Ex<sup>a</sup> a seriedade deste Relatório, a importância de que será revestida a missão do Senador Severo Gomes. S. Ex<sup>a</sup> que é um Senador que chega agora à Casa imediatamente fez um ofício à Presidência solicitando uma Assessoria especial para que pudesse com ele colaborar e pudesse com ele prestar o devido assessoramento. Nós não temos na Comissão de Finanças um homem especializado para proceder a esta análise, profunda, como a quer e como a deseja e como é preciso que o Parlamento a faça, no exame das contas do Senhor Presidente da República. É claro que se nós formos olhar o Regulamento Administrativo do Senado, nós vamos deparar no seu artigo, se não me engano 510, que permite a contratação esporádica desse ou daquele profissional, em função desta ou daquela necessidade. Mas é verdade: V. Ex<sup>a</sup> toca num ponto forte na primeira parte do seu pronunciamento. Primeiro, quando fala nas prerrogativas do Congresso Nacional. E veja, Senador Juthay Magalhães, o aspecto sério, por exemplo, uma das missões principais, eu já não diria a missão primeira do parlamento que foi aquela exatamente a de não permitir a taxação sem que se ouvisse a representação parlamentar o que hoje é tão comum no Brasil. Mas a segunda prerrogativa que é a da fiscalização. V. Ex<sup>a</sup> falou na CPI, o que aconteceu ontem na Câmara dos Deputados, o que aconteceu no Senado da República com a CPI Nuclear. É que o Congresso Nacional se enfraqueceu e V. Ex<sup>a</sup> o diz muito bem: se enfraqueceu porque o Executivo chamou a si quase todas as responsabilidades do Legislativo. Nós, hoje, somos um poder sem força, nós somos um poder que praticamente homologamos aqui os pedidos do Executivo. Portanto, se houvesse um Parlamento forte, um homem que é convocado para depor uma Comissão Parlamentar de Inquérito ele iria lá para realmente expor, porque para o Parlamento não pode haver segredos, não pode haver documento confidencial, secreto! Nada disso pode haver para o Parlamento. O grande testemunho que foi dado na própria CPI Nuclear se deu — V. Ex<sup>a</sup> me desculpe assim alongar o aparte, porque o assunto é de maior seriedade — ...

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com muito prazer, nobre Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco** — ...sem essa assessoria. A assessoria da Casa é boa, é competente, presta serviços a nós; pode não ter prestado ao Senador Benedito Ferreira, mas presta a muitos parlamentares. Mas a verdade é que nós precisamos reforçar a Assessoria. Agora, nobre Senador Juthay Magalhães, nós vamos examinar o Orçamento da República. Esse orçamento é um orçamento simples, um orçamento fiscal que não vale nada. A verdade é essa! Não vale nada, porque o orçamento do Conselho Monetário Nacional que é o importante, tem o orçamento das empresas estatais que não vem ao Congresso Nacional; tem o Orçamento da Previdência Social. Veja, irei examinar o Orçamento do Ministério da Previdência Social. Vou examinar o quê? Quanto vai pagar de empréstimo, vai pagar aos funcionários, mas o Orçamento em si da Previdência não vem ao Congresso Nacional. Esta é a verdade. Enquanto isso o Poder Executivo prepara a sua mensagem orçamentária, gastando mais de mil funcionários, para mandar este Orçamento que pouco corresponde aos anseios do Congresso Nacional, nós aqui temos que ter meia dúzia de assessores nos ajudando nesta análise.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — V. Ex<sup>a</sup> disse que temos meia dúzia de assessores, quando temos de 30 a 40 relatores. Estes relatórios são enciclopédicos. Eles fazem uma leitura dinâmica de todos os documentos, depois vêm nos assessorar.

**O Sr. Itamar Franco** — Foi por isso que V. Ex<sup>a</sup> falou na Assessoria operacional. Acho que essa análise que V. Ex<sup>a</sup> faz hoje é fundamental. Se outras prerrogativas não podem ter o Congresso Nacional, que ele tenha pelo menos esta: a de poder fiscalizar. Mas, ele deve saber fiscalizar tendo uma assessoria, tendo um corpo técnico, porque senão, nobre Senador Juthay Magalhães, vamos continuar aqui assim. Desculpe-me V. Ex<sup>a</sup>, quando se referiu ao art. 45 da Constituição Federal, ele só não foi regulamentado: é a verdade que precisa ser dita aqui, porque a Bancada do Governo — parece que a opinião de V. Ex<sup>a</sup> não seria — nesta Casa e na outra Casa não permitiu que numa emenda constitucional se regulamentasse um artigo que está há mais de doze anos na Constituição Federal. O Congresso Nacional é tão fraco, tão fraco, que ele mesmo não quer fiscalizar o Poder Executivo. Não sei se por medo ou temor. Meus parabéns ao pensamento de V. Ex<sup>a</sup> Quem sabe, nobre Senador Juthay Magalhães, o Congresso Nacional, antes da greve preconizada pelo nobre Senador José Fragelli, se ponha de pé.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com muito prazer, meu Líder eminente Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** — A respigar alguns pequenos tópicos do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que é muito oportuno. Coincidência, coube a nós, quando pela primeira vez passamos neste Senado, relatar as contas da Presidência da República durante alguns anos. E vamos nos referir aquela que foi a mais polêmica de todas, objeto do exame — coincidência — de um ex-Presidente do Partido que a apoiava a revolução e o Presidente, o Ministro Baptista Ramos. Não pode V. Ex<sup>a</sup> calcular a dificuldade, — somos engenheiro, portanto lidamos com número, digamos, com um pouco mais de facilidade que a maioria das pessoas que não são do ramo, — assessorarmos-nos de dois ou três economistas. Fizemos apelo a uma instituição que aqui o Senado dela pouco se utiliza, mas que a Câmara o faz com grande profusão, com grande frequência, que é o IPEAC. Aqui, vários dos senhores achamos que nem sabem nem que existe o IPEAC...

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Eu me utilizo dele, às vezes.

**O Sr. Virgílio Távora** — ...mas várias das melhores produções, lá na Câmara dos Deputados são frutos de trabalho do IPEAC, discursos que os senhores do Senado ouvem, não há desdouro nenhum, lá na outra Câmara, são frutos desse trabalho. Pois bem, caro colega, não queira imaginar o drama de consciência que teve seu colega para no fim apresentar o parecer, — não por incapacidade, modéstia à parte tínhamos capacidade para realmente fazer. Mas, como apoiado por duas pessoas e pela boa vontade e o órgão que fazia isso, digamos assim, graças ao prestígio do então Presidente do mesmo, que era nosso amigo, para que fizéssemos uma apreciação exata das contas presidenciais que estavam sendo realmente, desde o relatório Batista Ramos — tratava-se do Batista Ramos, o Ministro citado — era pela imprensa comentado. Realmente, se nós não no dia de hoje, essa é que é a verdade tivéssemos, num passe de mágica, regulamentado o art. 45 da Constituição íamos verificar a absoluta impossibilidade que este Senado tem, com sua organização atual...

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Veja Ex<sup>a</sup> que nós temos primeiro que nos preparar com uma assessoria para podermos fiscalizar.

**O Sr. Virgílio Távora** — Exato — como estamos dizendo a V. Ex<sup>a</sup>, desde o início — veja bem V. Ex<sup>a</sup>, nessa questão do 45: nós não podíamos nem deslanchar. Somos, então, e V. Ex<sup>a</sup> vai satisfazer aí, através do seu dis-

curso, a curiosidade do Senador Itamar Franco, somos a favor de que se fiscalizem os atos, as contas do Presidente da República e de toda a administração direta e indireta, mas não de boca e, sim, eficientemente. E com que tristeza, terminando o nosso aparte, compare o efetivo do Senado, quando pela primeira vez aqui estivemos, com o efetivo da assessoria de então, o efetivo que hoje existe de funcionários do Senado com o efetivo da assessoria, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> está falando. Realmente, nós não cuidamos de nos assessorar. Essa é que a grande verdade.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Itamar Franco pela colaboração que deram ao meu pronunciamento e na certeza de que nós todos almejamos chegar a que o Congresso tenha a possibilidade de fiscalização. E não vamos cair no círculo vicioso de dizer que não fazemos fiscalização porque não temos assessoria e não temos assessoria porque não temos como fiscalizar. Então, vamos nos preparar com um bom assessoramento e também, ao mesmo tempo, procurar recuperar esse poder de fiscalização que não temos. Acho que, das prerrogativas do Congresso Nacional, talvez essa seja a principal, a de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

**O Sr. Nelson Carneiro** — V. Ex<sup>a</sup> dá licença por um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com muito prazer para mim, Senador Nelson Carneiro.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Quando tive a honra de visitar os Legislativos dos países democráticos da Europa e da América, em companhia do sempre lembrado Senador Milton Campos, apresentamos um trabalho ao Congresso Nacional, em que concluíamos que, enquanto o Executivo invadia as funções legislativas dos parlamentos, os parlamentos buscavam na fiscalização do revide a essa intromissão. E aqui, sendo Presidente desta Casa o nosso saudoso companheiro, Senador Petrônio Portella, logo no ano de 1971 foi criada uma Comissão Especial de quatro integrantes da ARENA e um do MDB de então, que era eu, Líder da modestíssima Bancada daquele tempo. Foi um largo debate, em que se acentuou e se esclareceu que a Carta Constitucional de 1969 ampliara o poder de fiscalização das Cartas anteriores e, no entanto, quando esse poder era maior, nós começamos a restringir o nosso próprio poder, e desde então todas as iniciativas para regulamentar o art. 45 resultaram inúteis. Não há, a meu ver, necessidade de emenda constitucional. A Constituição já diz que basta à lei ordinária regulamentar o dispositivo constitucional. De modo que esses anos todos foram perdidos na busca da regulamentação desse dispositivo, e porque nunca se regulamentou esse dispositivo é que hoje estamos aqui discutindo um assunto que já devia estar transposto, porque não tem mais que emendar Constituição nenhuma, já está na Constituição, cumpre-nos apenas regulamentar esse dispositivo.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Uma lei complementar bastaria.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Uma lei complementar bastaria para regulamentar esse dispositivo. Mas, não quero deixar de acentuar que eu estava aqui, e é apenas à parte, olhando o Senador Passos Pôrto e via nele um Conselheiro do Império. Assim, a figura me lembrava a figura de um Conselheiro de Império e, por isso, ouvi com muita atenção a sua palavra, porque ele deveria estar falando em nome daqueles que nos antecederam nesta Casa e que tinham o privilégio de serem vitalícios, coisa que nenhum de nós ainda conseguiu ser.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Nelson Carneiro, porque V. Ex<sup>a</sup>, com a experiência que tem está mostrando mesmo que já

estudou com profundidade esse assunto, em companhia do saudoso e sempre lembrado Senador Milton Campos e V. Ex<sup>a</sup> já teve oportunidade de apresentar sugestões ao Congresso. Infelizmente, com muitas outras das boas idéias, ficam nas gavetas do Senado ou da Câmara.

Mas, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sou um Senador que se socorre muito da Assessoria Parlamentar. Não me considero enciclopédico, não entendo dos diversos setores da administração e a Assessoria tem prestado um grande serviço, muitas vezes. Mas, muitas vezes sinto aquela falta do conhecimento pessoal e da individualização dessa assessoria. Por isso é que esse problema já foi levantado, como já disse, na hora em que perdi um assessor da área econômica que muito me ajudava. Então, estou pleiteando ao Senado e aos Srs. Senadores, não com a idéia de empregar ninguém, porque até a minha Assessora Parlamentar, quando a escolhi, não sabia nem quem era — era uma Professora da Universidade de Brasília que eu não conhecia, que me foi apresentada por outras pessoas, que eu poderia confiar no julgamento delas, e graças a Deus tem me servido bem. Por isso, não é intenção de empreguismo. E assim concluo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, exatamente nesse sentido:

Penso ser inútil insistir no fato evidente de que, para participar de qualquer dos quatro núcleos de assessoramento mencionado, o profissional deveria preencher requisitos de competência, de titulação acadêmica e de idoneidade moral.

Os critérios de seleção deveriam pois ser altamente rigorosos e capazes de banir tanto o nepotismo quanto a endogamia, pois, quando se trata de um concurso para servir à República, deve sempre vencer o mais capaz e o mais probo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Nobre Senador Jutahy Magalhães, esta Presidência levará as considerações de V. Ex<sup>a</sup> ao conhecimento da Mesa Diretora.

Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias, como Líder do PMDB.

**O SR. ÁLVARO DIAS** (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Compareço a esta tribuna, em nome da Liderança do PMDB, para trazer denúncia de mais uma lamentável prática de corrupção neste País.

Já afirmamos, anteriormente, que de nada adiantam debulçamentos moralistas, acerca da corruptibilidade desta ou daquela pessoa ocupante de cargos públicos, ou gestora de negócios privados. Porém, escandaliza o País e acabrunha o cidadão verificar que práticas imorais, injurídicas e debochadas quase passam a ser o procedimento corrente de funcionamento das instituições públicas.

Dissemos, em outra oportunidade, que isto se deve à própria natureza da crise por que atravessamos, ao implantar a incerteza e a inconfiabilidade nas normas de Direito Público, nas regras da boa economia, resvalando para o "salve-se quem puder"... e como puder! Afrouxam-se os padrões de conduta, campeia a única certeza: de que a impunidade é a regra máxima.

Vejam os senhores que, em nome de uma suspeita racionalidade econômica, se pedem sacrifícios à Nação. Verbera-se que tais sacrifícios serão equanimemente distribuídos, até com um escabroso Decreto nº 2.045; e que a ele se seguiria o tabelamento dos juros, a redução das taxas de juros, a queda da inflação e por aí afora. E se diz que os subsídios à agricultura não podem ser mantidos, para evitar o crescimento do déficit público, incompetentemente desgovernado.

Todos os países de maior importância no mercado mundial de primários subsidia suas estruturas agropecuárias. E de modo firme, generoso, substancial. Por isso, garantem suas posições ou as aumentam nestes com-

plexos mercados. Mas, fundamentalmente criaram todo um aparato de controle público e técnico, séria fiscalização; e, o que é mais importante de tudo, assumiram os agropecuaristas uma mentalidade responsável, uma consciência de que, ao receberem benefícios e salvaguardas contra os riscos naturais e as oscilações de mercado, assumem também um compromisso em produzir bem, em investir com seriedade, em dar o melhor uso aos recursos que lhes são postos à disposição.

Nós, no Brasil, armamos um extenso sistema financeiro de apoio à agricultura, com o Banco do Brasil, o BNCC, as carteiras dos bancos estaduais e privados. Investimos bilhões de cruzeiros (e de dólares) para formar excelentes pesquisadores agrícolas, montar uma sofisticada rede de pesquisas, levar a inovação apropriada a milhões de produtores através da extensão.

— E o que resulta de tudo isso? Os preços de produtos alimentares, desde o início desta modernização, tendem a subir mais rapidamente do que os índices gerais de preços. Em não poucas ocasiões, manifestam-se crises de abastecimento, desatam-se movimentos especulativos. Onde os resultados de todo este esforço para melhorar o que há de potencial maior neste País?

Como fazer do Brasil, efetivamente, um dos grandes celeiros mundiais?

Estarrecedora é uma das respostas imediatas. Antes de tudo, é preciso impedir que a falta de escrúpulo, a ganância desenfreada, a submissão do produtor à sedução do mercado de capitais, sejam radicalmente banidas dos padrões considerados, pasmem os senhores, como usuais, costumeiros, das relações entre os sistemas de apoio à agricultura e os beneficiários deste sistema.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ÁLVARO DIAS** — Pois não, nobre Senador. Ainda não cheguei ao objetivo deste pronunciamento, mas concedo a V. Ex<sup>a</sup>, com prazer, o aparte que solicita.

**O Sr. Benedito Ferreira** — É para não escapar a oportunidade. Eu sei que não é propósito de V. Ex<sup>a</sup> cometer injustiça, já que V. Ex<sup>a</sup> dá um tom de denúncia ao seu discurso, e eu pressuponho que V. Ex<sup>a</sup> quer justiça o agricultor e o pecuarista. Mas, a realidade é que precisaríamos assentar preliminarmente que o crédito rural no Brasil, estatisticamente, comprovadamente, matematicamente, não atende sequer 20% das unidades de produção.

**O SR. ÁLVARO DIAS** — Exatamente.

**O Sr. Benedito Ferreira** — E os descaminhos, na realidade, não têm sido praticados pelos pequenos e médios produtores.

**O SR. ÁLVARO DIAS** — De pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Benedito Ferreira** — Porque, na realidade, o Banco do Brasil já registra hoje quase três milhões de contratos dos micros, pequenos e médios produtores. E nós sabemos que, no Banco do Brasil, mal ou bem, ainda há fiscalização. O que há de terrível nisso, Ex<sup>a</sup>, é que se V. Ex<sup>a</sup> cotejar os números, como eu acabo de fazer, V. Ex<sup>a</sup> vai verificar que a participação do setor financeiro, no Brasil, que era de 4,84% na renda interna, em 1966, chegou, em 1979, a uma participação de 9,64% na renda interna. Isso, quando o Brasil tinha e tem quinze mil, quinhentos e quarenta e cinco estabelecimentos de crédito, incluídas as chamadas financeiras, e até a Bolsa de Valores nesse total. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, com mais de cinco milhões de propriedades rurais produzindo, a participação da agricultura caiu de 1966 a 1979, de 13,4% para 10,3% da renda interna, enquanto o setor financeiro, no mesmo período, com os minguados 15.545 estabelecimentos contra os 5 milhões e 200 mil, em números arre-

dondados, cresceu de 4,84 para 9,64%. Então, veja V. Ex<sup>a</sup>, examinando os contratos de crédito rural que são deferidos pelos tais bancos privados, e é isso que me entristece, porque a estatização é a maior desgraça que poderia acontecer neste País, mas o nosso "empresariado", esse empresariado de coquetel e de coluna social, esse empresariado que está muito ocupado e não tem tempo para cuidar das empresas, porque estão nos cruzeiros, e depois devolvem os ferros velhos para os BNDE's da vida e não vão para a cadeia, esse empresariado é que está realmente incentivando essa estatização que já faz inveja hoje aos chamados países comunistas. Pois bem, esse empresariado, e eu trago hoje no meu pronunciamento, por coincidência, alguns dados e alguns aspectos dessa questão — é que vai permitindo esses absurdos que V. Ex<sup>a</sup> denuncia. Mas o agricultor, em verdade, Excelência, está cada vez mais descapitalizado, porque esse é o País. E digo, repetindo e rememorando aquilo que trago escrito aqui hoje, que estamos caminhando celeremente para sermos a nação dos mascates, onde todo mundo compra, todo mundo vende, todo mundo especula e ninguém produz. Mas estamos caminhando também para comprar fome e vender miséria, porque, na realidade, nós viramos a pátria da especulação financeira. Desculpe-me V. Ex<sup>a</sup> por ter-me alongado tanto.

**O SR. ÁLVARO DIAS** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e quero dizer que, em relação aos agricultores não tenho reparos a fazer em seu aparte, teria-os em relação à questão da estatização, mas quero crer não seja esta a oportunidade.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, não são os verdadeiros agricultores que desviam recursos do crédito rural, são justamente os malandros, com grande habilidade no trato dos problemas financeiros, que acabam por cometer esses desatinos que nós reputamos como atos de corrupção.

Prossigo, Sr. Presidente. É preciso, antes de mais nada, mudar as condições institucionais e administrativas que transformam esses beneficiários pessoais de favores governamentais em verdadeiros produtores responsáveis, que têm em mira a eficiência, a competitividade, a contribuição para o bem-estar do País e de suas comunidades rurais.

Como é estarrecedor um exemplo, um apenas entre talvez centenas ou milhares, de como funcionam os incentivos creditícios à agricultura, e que mostra que não é reduzindo os subsídios que se encontrará a solução, mas fazendo com que os subsídios exerçam realmente seu papel no aumento da produção e da produtividade.

Sabem os Srs. Senadores que uma das idéias mais promissoras, para melhor utilização do potencial agrícola do País, está nas áreas de várzeas, pela economicidade, pela pouca demanda de produtos importados, pela elevada dádiva da natureza incrustrada em seus solos generosos, e pelo fato de que ali poder-se-ia, gerar empregos, melhorar os padrões de vida de milhões de pequenos produtores, extrair alimentos para milhões de famintos urbanos.

E um dos programas mais promissores também, é o PROVÁRZEAS.

Mas como pode um programa destes funcionar a contento, quando gente importante, firmas com forte apoio nos meandros da tecnocracia, são capazes de obter um financiamento ser aprovado, sem o projeto, sem o cumprimento de normas comezinhas em bom emprego de dinheiros públicos? Como pode um esforço enorme ser desperdiçado em bandalheiras, sem que os responsáveis sejam punidos? Sem que o império da lei, da legalidade, da ética, do respeito ao cidadão sejam recuperados? Sem que os comportamentos desviados sobrepujem as regras mais elementares de honestidade pública?

Pois o Projeto Barro Preto, condomínio apoiado pela Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais Ltda., recebeu, do PROVÁRZEAS, um financiamento, a ser

saldado em 1988, com juros altamente subsidiados, no valor de um bilhão, quinhentos e quarenta e oito milhões, cento e um mil e trezentos e sessenta e nove cruzeiros, sob o número EC/82/031.

Não foi apresentado um projeto completo. Apenas um anteprojeto elaborado pela firma PATRUMEC, a que se ligam seus beneficiários. A começar do Presidente da Cooperativa, vários dirigentes e membros de seu conselho fiscal. De que jeito foi aprovado, pode-se imaginar. Mas os resultados estão descritos, em minúcias, em Súmulas de Irregularidade no Crédito Rural, do Banco Central referentes ao BNCC, com respeito a este projeto.

Esta súmula se encontra em meu poder, à disposição dos Srs. Senadores.

Entre os vários beneficiários (trinta e dois), três firmas e seis pessoas apropriaram-se, por vários movimentos financeiros de bastidores, da maior parte dos recursos liberados. Em quase todas as súmulas se lê, "a) falta de aplicação de recursos nos fins previstos, consoante resultados de fiscalização efetivadas pelo agente financeiro em 20-12-82 e 11-3-83; e b) desvio de verbas para finalidades alheias ao projeto".

Compulsando as 33 súmulas, verifica-se que três empresas: EMPROL; PATRUMEC e JJ MECANIZAÇÃO, a que se relacionam vários dos beneficiários do crédito, além de diretores da Cooperativa, acabaram recebendo grande parte dos recursos, através de transferências feitas pelos demais beneficiários. Quer através do pagamento de débitos destes principais em bancos e financeiras, quer diretamente, através de cheques identificados pelo Banco Central.

Sr. Presidente, estes dados constam desse documento do Banco Central que chegou as nossas mãos.

Nove pessoas, entre físicas e jurídicas, receberam, de todos os demais, quantias regularmente iguais, em valores de Cr\$ 26 milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, Cr\$ 2.176.700,00, Cr\$ 6.356.400,00, Cr\$ 30.034.000,00, Cr\$ 9.983.500,00.

Em várias das súmulas, além das incriminações apontadas, questiona-se o modo como foram adquiridas as terras para o Projeto. Questiona-se, ainda, os — leio na íntegra — "motivos que levaram a Cooperativa a contratar o financiamento para repasse a cooperados, em sua maioria, recém-admitidos, residentes em municípios fora de sua região de atuação, em alguns casos, sem tradição de produtores rurais". E mais, "da posição (do banco) — diante da descaracterização da operação como de repasse, face à liberação direta de recursos à firma executora do Projeto".

É por isso, nobre Senador Benedito Ferreira, que afirmamos, não são os verdadeiros agricultores aqueles que desviam os recursos do crédito rural.

Mas não vale a pena minuciar, nesta lamentável oportunidade. Quisera não ter que aqui estar com estes papéis na mão, para trazer à luz mais um escândalo. E é só um. Quantos mais serão pelo Brasil afora? Será esta uma regra (entre aspas) de execução do Projeto que tantas esperanças nos trouxe?

Impossível não sentir no peito a indignação, o horror cívico, até o medo de que o País esteja, de mãos atadas, diante destas atitudes vis, desta falta de confiabilidade nas melhores instituições governamentais, desse vazamento enorme das boas intenções e dos escassos recursos de que dispomos.

Quem responderá por isso? Quem será, de algum modo, molestado por cometer tais desatinos? Quem, ao favorecer escancaradamente uma aprovação irregular de anteprojeto, para beneficiários — aí o termo é amplamente certo — arranjados, fantoches, meros testas-de-ferro de meia dúzia de aproveitadores?

O pior, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que isto se está tornando um fato demasiado freqüente. De repente, muitos podem passar a acreditar que isso é normal. Mas como? Está sendo ferido, com isso, o próprio orgulho do

cidadão que produz; está-se desalentando aqueles que acreditam numa recuperação econômica. Ofende a quem tem brios, a quem ama o País, a quem tem amor-próprio e não pode ficar omissos diante de tais barbaridades.

Isto vem minando as bases éticas e jurídicas da Nação. E é preciso pôr um parapeito nisso, urgentemente, com a força da lei, com a força da vontade cívica dos melhores cidadãos, com a restauração da credibilidade governamental.

Quem poderá fazer isso?

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Virgílio Távora — Permita-me, porque infelizmente tivemos que nos retirar do plenário, e V. Ex<sup>a</sup> sabe que sexta-feira é um dia em que o comparecimento a esta Casa não é dos mais numerosos. Mas, garantimos a V. Ex<sup>a</sup>, comprometemo-nos — justamente estávamos tratando de interesses da comissão de investigação, chefiada pelo Senador Itamar Franco, portanto de interesse da Casa — que esse fato será levado às autoridades competentes e solicitado, como no caso do comércio com os países do leste europeu, para que seja feita toda a investigação, sejam dados esclarecimentos necessários, e punido quem em culpa for encontrado. Não temos ciência dos detalhes apresentados por V. Ex<sup>a</sup>, apenas do fato global, que a gentileza do Senador Itamar Franco nos fez comunicar.

O SR. ÁLVARO DIAS — Nós esperamos que isso seja feito, nobre Senador Virgílio Távora. Em nosso poder estão as súmulas do Banco Central, que constata as irregularidades, à disposição de V. Ex<sup>a</sup> e do Partido do Governo.

O Sr. Virgílio Távora — Permita-nos dizer. Com aquela mesma prestimosidade com que procuramos fornecer à eminente Oposição todos os dados, tudo que, a nosso ver, é possível captar do Governo para esclarecimento dela, nós também esperamos que V. Ex<sup>a</sup> nos permita tirar um xerox desta documentação para, no mais breve espaço de tempo, poder dar as explicações necessárias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Pois não, nobre Senador. Essa denúncia fizemos em nome da Liderança do PMDB, e esperamos do Governo as providências necessárias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, por cessão do nobre Senador Hélio Gueiros.

*O SR. ITAMAR FRANCO PRONUNCIA O SEGUINTE DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Porto, por cessão do nobre Senador José Ignácio.

O SR. PASSOS PORTO (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Embora tardiamente, eu gostaria de hoje trazer aqui a minha solidariedade à Bahia, à sociedade baiana, pelo sinistro de Pojuca, quando um comboio da Rede Ferroviária Federal, a caminho da capital do meu Estado, descarrilou naquela estação ferroviária da Bahia, vitimando quase uma centena de pessoas, trazendo graves consequências à própria sociedade baiana e às próprias entidades oficiais, que não tomaram providências para evitar aquele sinistro.

Mas ele, de uma certa forma, Sr. Presidente, traz-nos para o debate que gostaríamos de fazer sobre as ameaças que há na nossa área, sobretudo ao longo da Ferrovia Leste-brasileira, do Porto de Aratu a Aracaju, e de Aracaju a Maceió, pelo transporte indiscriminado, sem controle, de inflamáveis, de tóxicos e de corrosivos, sem o devido cuidado, sem a preservação daquelas substâncias, daquela produção do Pólo Petroquímico de Salvador, do Pólo Cloroquímico de Maceió, causando a todos nós apreensão, pelo perigo permanente que há ao longo dessa ferrovia.

As Secretarias de Meio Ambiente da Bahia, de Sergipe e de Alagoas, têm reclamado a cada dia a falta de uma regulamentação, sistematizando o transporte desses produtos. Avalie V. Ex<sup>a</sup> que do Pólo Petroquímico de Salvador saem diariamente caminhões de ácido cianídrico para o Porto de Aratu. E o ácido cianídrico, se um dia houver um sinistro, terá graves repercussões na cidade de Salvador. Há o transporte, Sr. Presidente, de amônia e de uréia, amônia tóxica, pela ferrovia de Aracaju para o Porto de Aratu. Esta ferrovia, Sr. Presidente, está com os seus trilhos e os seus dormentes exauridos, erodidos, cansados, pelo tráfego ao longo de muitos anos de uso, cuja recuperação tem sido demorada e sem a oportunidade que está a merecer.

Há, Sr. Presidente, o perigo ainda hoje se ampliando, através do processo de desenvolvimento regional, pelo transporte de cloreto de sódio, sal de cozinha, do Rio Grande do Norte, por via ferroviária para a nossa região e para o Sul do País.

É preciso, Sr. Presidente, duas providências: a primeira, estabelecendo uma regulamentação para o transporte desses corrosivos, desses inflamáveis e desses tóxicos. E a segunda a conveniência de que o Ministério dos Transportes retorne ao projeto de construção do Porto de Sergipe, velha aspiração do nosso Estado. Esse Porto, Sr. Presidente, está estudado e projetado, será um terminal marítimo feito em região já estabelecida. O Sr. Ministro Cloraldino Severo retirou recursos do orçamento deste ano, num montante de um bilhão e cem milhões, e desviou-os dessas obras iniciais do Porto de Sergipe, para ajudar à recuperação do Porto de Recife. Isso causou, Sr. Presidente, sério impacto na sociedade sergipana, que aguarda a construção desse Porto, visto que nós somos hoje produtores de cerca de quatrocentas mil toneladas de amônia-uréia, que está sendo conduzida através de caminhões e ferrovias, nós teremos em mais dois anos a produção de sais potássicos, em cerca de quinhentas mil toneladas. Esses são insumos, fertilizantes básicos, que têm que ser remetidos para todas as regiões do País, e não podem ser remetidos através de ferrovia, porque a ferrovia não tem condição de trânsito: ela desloca, com esses produtos, uma média de 15 quilômetros horários, não tendo capacidade nem armazenagem para o transporte via Porto de Salvador. Então, a solução seria a construção do Porto de Sergipe, já projetado pelo PORTOBRÁS, com recursos que foram desviados pelo Sr. Ministro Cloraldino Severo.

Em face disso, Sr. Presidente — e sentindo que, nesta tarde, já estamos ao final da presente sessão, em que ainda teremos a honra de ouvir o nobre Senador Benedito Ferreira — eu gostaria de fazer um apelo ao Sr. Ministro Cloraldino Severo, para que S. Ex<sup>a</sup> retomasse os recursos para a construção do Porto Marítimo de Sergipe, porque essa solução é a mais econômica, é a mais viável e a mais segura para se resolver, em definitivo, o problema do transporte dos pólos químicos e petroquímicos de Alagoas, de Sergipe e da Bahia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

**O SR. BENEDITO FERREIRA (PDS — GO.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

As sextas-feiras já vão ficando para nós — queiramos ou não, aos poucos já estamos assimilando a chamada “semana inglesa” — realmente dias melancólicos.

Ainda há pouco, ouvimos o nobre Senador Álvaro Dias, Presidente da Comissão de Agricultura, denunciando aquilo que já é cunhal, aquilo que tem sido uma constante em desfavor da agricultura e da pecuária nacional, que é o desvio dos recursos, e que levou o Governo corajosamente, apesar de tardiamente, como vamos demonstrar neste nosso pronunciamento, a tentar corrigir pouco a pouco esses descaminhos visto que, no meu caso particular, há 17 anos na Câmara e nesta Casa, eu tenho insistido constantemente nessa tese do paralelismo, da condição quase de irmãos siameses, que preexiste entre o subsídio e a corrupção. E no caso da agricultura não me surpreendeu, como deveras não deve ter surpreendido o Executivo, porque na realidade hoje o Banco Central, às vezes até de maneira draconiana, porque aplica correção monetária, nesses empréstimos desviados, não no instante em que ele constata o desvio de recursos, mas desde a contratação do empréstimo. Mas, de qualquer forma, os prejuízos aí estão, e tentarei demonstrar a V. Ex<sup>ts</sup> o quanto foi importante essa providência governamental, que eu a recebi como um primeiro passo para coibir esses abusos.

Mas a par do pronunciamento do Senador do Paraná, nós ouvimos agora o Senador Passos Pôrto, dando notícia da sua angústia, da angústia do seu Estado para dar vazão ao potássio que ali vai ser produzido, quando nós sabemos que, hoje, a nossa agricultura está aí pagando preços criminosos por adubos químicos em virtude da escassez, exatamente, do potássio. No entanto esse potássio que está levantado, prospectado, medido há mais de 16 anos em Sergipe, lamentavelmente, não entrou em processo de exploração e quando isso ocorrer faltará, por certo, o transporte para trazê-lo ao centro de consumo que tem a sua agricultura em sérias dificuldades porque, realmente, falta esse aditivo que deverá ser incorporado aos outros felizmente já produzidos aqui, como é o caso do fosfato, que é tão necessário também à nossa agricultura.

Mas, Sr. Presidente, em que pese tudo isso, eu tenho sido invariavelmente um homem otimista, a exemplo do normal dos políticos: se não fôssemos otimistas aqui não estaríamos. Contudo, de certo tempo a esta parte, vai-se desvanecendo em mim o otimismo e cedendo lugar a uma quase e incontida frustração e até mesmo uma certa desesperança quanto ao nosso futuro, ao futuro do Brasil a continuarmos como até aqui: a sermos um povo descuidado, um povo excessivamente confiante na arte de dar um jeitinho, e o que é pior, na heresia, na blasfêmia a que tanto nos apegamos de que Deus é brasileiro. Com isso vamos jogando a culpa das nossas dificuldades em terceiros, quando no Governo, ou até mesmo em Deus pelo “destino” que Ele nos deu.

Mas a par do meu otimismo, como de resto da quase totalidade dos nossos pares, reiteradamente nesta Casa e da Câmara dos Deputados, repito, desde os idos de 1967, venho tentando, em todas as oportunidades, nas comissões e na tribuna, formular um meio, para estancarmos, colocar um paradeiro na política suicida que vimos, secularmente, é verdade praticando em desfavor da nossa agropecuária naturalmente, mais por descuido do que maldade mas que poderá, a curto prazo, nos custar lágrimas de sangue.

Tanto é verdade Sr. Presidente, que em 1967, já examinávamos e deplorávamos da tribuna da Câmara as tristemente famosas operações de “Swap”, postas em prática para financiar, 10 anos antes, ou seja, em 1957, as fábricas de automóveis para fornecer um mercado que não podia pagar bicicletas e nos levar em consequência des-

ses investimentos a produzir tratores agrícolas exatamente 10 anos depois. Toda aquela orgia de o pobre financiar o rico, de o cruzeiro financiar o dólar que, sabemos todos, foi praticada com os recursos e divisas geradas pela nossa eternamente desprezada agropecuária. Tentamos alertar o governo, os nossos pares e a nossa gente, para o perigoso caminho que enveredávamos, dizendo então que caminhávamos para ser a nação dos mascates, como há pouco antecipava aqui, todo o mundo comprando e vendendo, todo mundo especulando e ninguém produzindo para no final daquele pronunciamento, pedir, ali, como faço hoje, novamente, Sr. Presidente, até mesmo por misericórdia, que paremos — e eu pedia que parássemos — e não paramos de utilizar medidas financeiras para resolver problemas econômicos, especialmente quanto ao setor primário, setor agropecuário, pois se continuássemos, como teimosamente continuamos, chegaríamos ao regime de comprar fome e vender miséria, o que é pior, Sr. Presidente, e sofreremos o ridículo mundial.

Ridículo e o escárnio mundial, Sr. Presidente, visto possuímos, como país nenhum possui, todos os fatores; terra, sol e água além duma vocação extraordinária do nosso homem para o amanhã da terra e com isto sermos o grande provedor mundial de alimentos; no entanto aqui estamos, com as “Calças nas mãos” para obter dólares para os juros externos e pagar Petróleo, mas estamos acossados pela fome que vai se acentuando, com Silos se esvaziando rapidamente e por acréscimo a grande indagação, onde os dólares para importar comida?

Ao lado desta indagação mais que angustiante, por que, Sr. Presidente, não colocarmos outra, como iríamos justificar perante o resto do mundo para que nos venda alimentos a prazo?

Honestamente, Sr. Presidente, não sei como iremos nos justificar, mas sei, sabem V. Ex<sup>ts</sup> e sabemos todos que já é mais do que tardio para que nos ponhamos em Brios e criarmos juízo, já é mais que chegado o tempo de nos comportarmos como gente adulta e ajuizada, de pararmos de transferir responsabilidades para Deus ou para o Governo e a partir do varredor até nós os Senadores, todos nós, passarmos a viver realisticamente, realizarmos, como que, uma volta às origens, uma verdadeira revolução regeneradora dos nossos costumes e vivermos dentro das nossas reais limitações, preocupando-nos mais com o “Ser” do que com o “Ter”, esquecendo um pouco o *status* e voltarmos as nossas vistas, a nossa inteligência e sobretudo toda a nossa energia para o trabalho e mais especialmente para a produção de alimentos antes que sejamos visitados pela fome sem esperanças. Não creio, Sr. Presidente, até mesmo ser razoável ou necessário, buscarmos as causas, enumerar as razões maiores ou menores que nos colocaram no terrível limiar em que nos encontramos.

No limiar, repito, Srs. Senadores, não só da fome carencial mas da fome imponderável e sem esperanças de ser saciada e que já, não só nas áreas flageladas pela seca, mas até mesmo nos grandes centros, já vêm patrocinando e induzindo os saques aos armazéns e aos supermercados.

Sr. Presidente, esperançoso ainda, de poder no exercício do sagrado dever, que tenho para com a nossa gente e com o meu país, venho pesquisando dados, fatos e números oficiais para com a minha modesta experiência pessoal, submeter a V. Ex<sup>ts</sup> e a meus pares, uma série de pronunciamentos para o nosso debate, que pretendo, seja útil, e tenho a veleidade de que sejam necessários e urgentes para encontrarmos o caminho e a solução para os problemas que emperram a nossa agropecuária.

Para hoje, Sr. Presidente, trago, neste final de tarde, para a tribuna, na esperança de que tenha divulgação que o momento exige, uma medida, um ato do Poder Executivo, que em verdade saiu com muitos anos de atraso, estou repetindo, mas repito, se bem divulgado entre os nossos produtores rurais irá atenuar em boa parte

as nossas imprevisíveis dificuldades de abastecimento de cereais no ano de 1984, dificuldades que já nos afligem agora. Trata-se, Sr. Presidente, da tabela de preços mínimos, de preços de garantia aos produtores com o sistema de reajuste de 100% em relação às O.R.T.N. — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, a tabela que aqui trago começou a vigor em agosto, e seria cansativo se eu dissesse todos os números aos Srs. Senadores. Eu já trago essa mesma tabela corrigida para o mês de setembro, com o índice de O.R.T.N. verificado naquele período.

**O Sr. Passos Pôrto** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Pois não, com muito prazer nobre Senador Passos Pôrto.

**O Sr. Passos Pôrto** — Senador Benedito Ferreira, V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso, nesta tarde, da maior seriedade. É pena que tenha sido num final de sexta-feira, seria muito bom que aqui estivesse todo o Senado, para ouvir graves e profundas reflexões que V. Ex<sup>a</sup> faz, sobretudo quanto ao comportamento da sociedade brasileira nestes últimos anos. V. Ex<sup>a</sup> tem ampla razão quando diz que nos transformamos numa sociedade de consumo sem controle, onde o cruzeiro está financiando o dólar e o pobre está financiando o rico. Isto é uma coisa muito profunda, muito séria e muito importante. Realmente, esse tipo de sociedade que estamos criando, com essa economia de mercado, uma sociedade altamente sofisticada, onde uma elite é beneficiária de toda essa civilização e essa tecnologia, e grande parcela da sociedade brasileira, aquela que produz, está recolhida no interior do Brasil, no interior das fábricas ou de suas pequenas indústrias, lutando diariamente para viver e concorrer numa sociedade que cada vez mais está se transformando numa sociedade só de consumo, sem preocupação com os setores produtivos e até com a própria renda nacional. Acho que, ao se recompor o Brasil, no início se deve pensar na mudança, justamente, desse comportamento da nossa sociedade, que se deve voltar para esses valores que V. Ex<sup>a</sup> falou, esses valores antigos, e que constituíram a própria história da economia e da vida social do Brasil, quando o homem produz e trabalha, e só através da produção ele deve ter recursos para as benesses da vida. De modo que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> transcende a esta tarde e a este pequeno auditório, para se transformar numa peça da maior importância a ser incorporada aos Anais da nossa Casa. Muito obrigado.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Eu que agradeço a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, visto que ela me socorre, me conforta e me gratifica, encontrar em V. Ex<sup>a</sup> essa repercussão. Sendo quem V. Ex<sup>a</sup> é, um homem da melhor qualificação e com essa apreciação generosa, eu realmente me sinto encorajado em prosseguir neste nosso modesto trabalho e até já me sentindo autorizado, como eu anunciara inicialmente em outras oportunidades, a prosseguir com o tema. Sem o poder de síntese e sem a capacidade maior de condensar tudo aquilo que vem me angustiando, verifiquei que seria forçado a abusar da generosa atenção dos meus pares, por algumas vezes, na tentativa de esgotar, minhas limitações sobre o tema. De fato, eu gostaria de ser, no caso específico, a função alérgica que o medicamento tem no organismo, de provocar a reação. Sem dúvida alguma, meus pares, com maior experiência e mais luz, haverão de encontrar esse caminho que eu, perdido nesse cipal em que me encontro, não pude até aqui alcançar. Reenxergando, pude constatar, em face dessas últimas medidas tomadas na área do Ministério da Agricultura, vislumbrando uma luzinha no final do túnel. Com a ajuda, melhor dizendo, sob o comando de V. Ex<sup>ts</sup>, estou certo de que encontraremos o caminho que este País está urgentemente necessitando achar.

**O Sr. Itamar Franco** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? Desculpe-me interromper o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Pois não. V. Ex<sup>a</sup> vem em meu socorro.

**O Sr. Itamar Franco** — Gostaria de me situar dentro da linha de raciocínio do Senador Passos Pôrto. V. Ex<sup>a</sup>, há pouco, falou na volta às origens. Não é frase de efeito, ela é verdadeira. O Brasil precisa redirecionar seu modelo de desenvolvimento. O Brasil não pode continuar copiando as grandes nações industrializadas, o Brasil não pode continuar, permita-me V. Ex<sup>a</sup>, a sofrer os impactos adversos de uma economia internacional, fruto, às vezes, da ganância dos banqueiros internacionais. Quando V. Ex<sup>a</sup> fala na volta às origens, isto é fundamental, isto é que o Governo Brasileiro deveria ter em mente. V. Ex<sup>a</sup> tocou no problema dos alimentos. E aqui faço um corte neste aparte, para recordar-me do pronunciamento, também de V. Ex<sup>a</sup>, sobre o problema dos remédios, quando tivemos oportunidade de debater. A frase não é minha, mas é uma frase também verdadeira. Já se disse, Senador Benedito Ferreira, que a grande nação do Século XXI não será a nação das grandes armas nucleares, dos arsenais atômicos, será a nação que dominar o problema energético e o problema dos alimentos. Nosso Brasil tem tudo para isto. Se V. Ex<sup>a</sup> comparar com as dificuldades, por exemplo, que tem a Alemanha Ocidental, que tem o Japão, com o problema dos alimentos, que V. Ex<sup>a</sup> conhece melhor do que eu, nos seus fundamentos e nas suas origens, verá que o Brasil poderá ser realmente a grande nação do Século XXI. Para que ele seja a grande nação do Século XXI, terá de se voltar para si mesmo, terá de buscar outra posição, não a posição da cópia das nações industrializadas. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Muito obrigado, nobre Senador Itamar Franco.

V. Ex<sup>a</sup>, um homem experimentado, sofrido, naturalmente recolheu, nos seus conhecimentos, esse fenômeno curioso que verificamos no Brasil. É um País tão extraordinariamente feliz que o nosso homem — e já empreguei, neste plenário, esta observação — é, por assim dizer, de um povo diferente. Parece que, se Deus fez o homem de barro, o brasileiro que foi feito de humus, tal a nossa vocação para o amanhã da terra. Tanto é verdade que dificilmente encontramos um profissional liberal que, com seus primeiros recursos amealhados, não procure, de imediato, comprar uma gleba, embora ele saiba que uma maneira de ficar pobre, alegremente, no Brasil é ser agricultor. Tal a nossa vocação, nosso ascendido amor à gleba. Realmente magoa, constatarmos que reunindo todas as condições, como salientamos, e V. Ex<sup>a</sup> se reportou muito bem, poderíamos ser a grande e generosa civilização, capaz de saciar não só nossas necessidades internas, mas de saciar esse meio bilhão de irmãos nossos que morrem de fome, de fome efetiva. E, no entanto, o que verificamos são já os nossos grandes centros hoje com todas as famílias intranquílias. As casas ou são transformadas em fortalezas, ou abandonadas e os seus moradores procurando morar em apartamentos, na busca e maior segurança, segurança porque, na realidade, nós sabemos que há motivo para nos sentirmos inseguros, motivo porque homens de bem, a continuarmos por esse caminho que vamos, sem dúvida alguma, amanhã, por certo iremos encontrar em casa as nossas esposas, as nossas filhas assustadas e como casos realmente tristes para nos contar, que sofreram assalto, roubo não de valores outros, mas assalto na busca de alimento.

E o que é interessante — e o que realmente deveria estar preocupando mais ainda a todos nós — é que os assaltos que temos verificado, sobretudo no Rio de Janeiro, poderiam ser mais orientados para os banqueiros, hoje proclamados, estatística e matematicamente comprovado como os maiores privilegiados deste País. Na realidade, vemos que muitos desses assaltos, não são cometidos pela busca da apropriação de bens materiais, são assaltos para pegar comida, alimentos.

Ora, se temos essas condições, condições que a humanidade faminta poderá nos cobrar e nos por em brios se

demorarmos a exercitar o papel que Deus nos reservou, quando nos dotou de tantos fatores favoráveis para sermos grandes provedores de alimentos do mundo, nós poderemos sofrer o vexame, que outras nações famintas, a exemplo do que os nossos irmãos, internamente, já começaram a praticar assaltando armazéns, porque fossem assaltos — como disse e repito — na busca de bens materiais, saques em busca de bens materiais, muito mais cômodo seria para esses saqueadores atacarem os bancos, que seria até quase como que uma espécie e justiça social, se os assaltos fossem orientados contra os privilegiados banqueiros. Mas não, em que pese sermos o celeiro do mundo, pelas condições que possuímos, os assaltos são contra os armazéns e supermercados.

**O Sr. Alberto Silva** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Benedito Ferreira, pois o discurso de V. Ex<sup>a</sup> surpreende a todos, porque o tema é apaixonante, é o tema da atualidade.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Alberto Silva** — V. Ex<sup>a</sup>, como um homem bem sucedido, grande produtor, industrial e produtor rural, teme pelo futuro desta Nação que podia ser a Nação de produzir alimentos. Nós, nesta Casa, que estamos ouvindo V. Ex<sup>a</sup> com o maior cuidado e auferindo de suas palavras alguma coisa para fazer uma sugestão, gostaríamos de colocar a questão nos seguintes termos. Há poucos dias, dando um aparte ao nobre Senador Virgílio Távora, a respeito de tema semelhante, fazíamos a seguinte pergunta — como engenheiro, para resolver um problema, às vezes, lançamos mão do raciocínio por absurdo. Então, dizíamos a ele que se é importante para um país ter dinheiro suficiente para pagar dívidas, para incentivar o desenvolvimento se, de estalo, tivéssemos um bem material de grande valor internacional, o petróleo, e de repente fôssemos independentes em petróleo... Ele, ao responder, atropelou o assunto, como inteligente que é, não deixando-nos concluir. Disse-nos: "V. Ex<sup>a</sup> sabe, como engenheiro que para explorar um poço de petróleo leva 5 anos..." Não é isso, dissemos de estalo; se por milagre, tivéssemos todo o petróleo necessário, nós teríamos o dinheiro imediato para pagar a dívida e retomar o desenvolvimento. Naturalmente, e V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem, é preciso redirecionar esse desenvolvimento no rumo do campo, para produzir os alimentos que esta Nação precisa. Mas, agora, colocaríamos a questão em outro ponto, era isto que queríamos falar ao nobre Senador Virgílio Távora, que propõe que se traga temas ao debate, e V. Ex<sup>a</sup> está trazendo um; propunhamos o seguinte: se nós não podemos, de estalo, obter petróleo, porque se diz que não o temos no volume que precisamos, vamos a outro bem que o Brasil tem — eu posso garantir a V. Ex<sup>a</sup> que tenho as informações para dizer que existe e, imediatamente, se o Brasil quiser. É lá na Serra de Carajás. Sabe V. Ex<sup>a</sup> qual é a estimativa do valor do ouro que nós temos lá em Carajás? É algo superior a 200 bilhões de dólares. Como é que se tira o ouro do chão? Os garimpeiros estão tirando, na exata, pepitas de 30, 40 kg. V. Ex<sup>a</sup> tem visto na televisão. E se a Vale do Rio Doce, equipada com poderosas máquinas, fosse lá e tirasse, independente de estrada para Itaquí, independente de quaisquer outras providências? O ouro está lá. Se a Companhia Vale do Rio Doce fosse lá, por ordem do Governo equipada, e tivesse algum dinheiro para se equipar, e retirasse do solo, por meio de máquinas — isso é conhecido no mundo inteiro, na África do Sul, em qualquer lugar, o ouro que precisamos urgentemente, e empilhassemos este ouro, com finalidade exclusiva e dupla: pagar a dívida para sairmos do sufoco, através de uma moratória negociada, para não ser de repente, enquanto tiramos o ouro — precisamos parar um pouco enquanto se tira o ouro, que é riqueza — suprir os bancos do dinheiro necessário para o crédito agrícola. Por-

que V. Ex<sup>a</sup> sabe mais do que nós que o Banco diz que a agricultura, seja desta ou daquela maneira. Mas, quando o Sr. envia o seu pedido, ele vai dizer que não tem esse dinheiro. O PROVÁRZEAS deu um exemplo disso. Vá ao BNCC, ele diz que o programa está suspenso, porque não há dinheiro. O dinheiro todo arrecadado no País, hoje, é para a dívida. E V. Ex<sup>a</sup> vai nessa linha de raciocínio, estamos percebendo que vai chegar lá. É preciso redirecionar, mas é necessário dinheiro. Temos dinheiro sob a forma de ouro. É outro tema, já fiz um discurso aqui, mas o nobre Senador Virgílio Távora não estava, e S. Ex<sup>a</sup> propõe que esses temas sejam debatidos aqui. Eu volto com o tema: o ouro do Brasil para pagar a dívida e retomar o desenvolvimento, a começar pela agricultura e pecuária, como quer V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns pelo tema, pelo discurso e pela oportunidade da observação.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Na realidade, sabe V. Ex<sup>a</sup>, com toda a sua experiência pretérita de administrador executivo, que não há, inequivocamente, nenhum investimento de resposta mais rápida do que a agricultura. Investimento de mineração, V. Ex<sup>a</sup> colocou bem é um tanto quanto demorado. Em que pese esse valor excepcional que o ouro vem alcançando, atingindo cifras realmente assustadoras, e já o temos prospectado em várias regiões, mas, de qualquer forma, ainda seria talvez um empreendimento de maturação mais demorada, porque, hoje, com essa fome que assola a maioria dos países, nós não teríamos dificuldades de colocarmos todos os excedentes agrícolas que, de imediato, conseguíssemos produzir. No entanto, e essa é a tônica do nosso pronunciamento, nós estávamos ainda como que no chamado nariz de cera, como diz o pessoal da imprensa, para entrarmos no âmago da nossa preocupação maior.

**O Sr. Marcelo Miranda** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com muito prazer, nobre Senador. Mas, eu gostaria só de concluir a minha resposta às generosas palavras do Senador Alberto Silva, porque S. Ex<sup>a</sup> honrando-me com a sua atenção até o desfecho do meu pronunciamento. S. Ex<sup>a</sup> constatará que, em realidade, o fator crédito é ponderável, mas não tem sido tão decisivo. Porque o que seria e creio, inclusive com a minha experiência pessoal, o insumo que faltava para a nossa agricultura e a nossa pecuária, um tanto quanto tardiamente, os técnicos, atrapalhados pelos tecnocratas, custaram muito a entender que o insumo efetivamente gera resultados. Em qualquer atividade econômica, é sem dúvida alguma a perspectiva de lucro, quando não a certeza do lucro. E essa certeza do lucro vem sendo agora posta em prática pelo Governo. Daí porque eu estou trazendo aqui e começava já a entrar na chamada tabela de preços mínimos.

... Mas, quero ouvir o Senador Marcelo Miranda, porque é também um ex-Governador de Estado, e um ex-Governador de um Estado grande produtor de grãos e de carne.

**O Sr. Marcelo Miranda** — Senador Benedito Ferreira, o meu aparte é para congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> por este oportuno pronunciamento, neste crepúsculo de semana que estamos, importante pronunciamento, principalmente pelo enfoque que se dá naquilo que de mais precioso temos, para fazer deste Brasil um País auto-sustentável, que é a agricultura. Infelizmente, e V. Ex<sup>a</sup> toca muito bem, é necessário voltar às origens; é necessário reconhecer-mos todos que nós somos um País pobre, e alguns acham, ou grande parte do nosso povo acha, que o nosso País é pobre, mas, na realidade, é metido a rico. O agricultor dos nossos Estados — somos Estados irmãos e temos na agricultura e na pecuária a nossa maior fonte de renda — fica, neste País, sem saber se planta ou se aguarda as instruções. O agricultor não tem

programa; ele planta porque é teimoso; ele planta porque acostumou a trabalhar, e muitos — ou a maior parte, como V. Ex<sup>a</sup> disse textualmente — fazem o trabalho do mascate, ou a maior parte, compra e vende, obtendo lucro mais do que aquele que trabalha e produz. Eu perguntaria a V. Ex<sup>a</sup>: Qual é o papel do Ministério da Agricultura, nesse contexto?

Houve época, nobre Senador, em que um Deputado, o Sr. Afrânio de Oliveira, pediu, da tribuna da Câmara dos Deputados, a extinção do Ministério da Agricultura. Ainda no mesmo tempo, o Deputado Carlos Lacerda pediu para ter o privilégio de fazer a justificativa — e lembro-me bem porque li a respeito — que não passou de um linha: "se for extinto e não for publicado, ninguém sente a falta". Isto acontece ainda em nossos dias. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Agradeço o seu aparte, nobre Senador Marcelo Miranda. Mas, eu gostaria de responder a pergunta, a mim dirigida por V. Ex<sup>a</sup>: o que é o Ministério da Agricultura? Respondo-lhe que é o primo pobre da Administração Federal, e que tem, talvez por essa razão, à sua frente, um cidadão que é, realmente, revestido da humildade franciscana, o Sr. Ministro Amaury Stábil, uma humildade que engrandece os verdadeiramente grandes.

Talvez, por essa humildade, é que o Sr. Amaury Stábil está conseguindo arrebentar os grilhões que, secularmente, transformaram o Ministério da Agricultura como um estuário do deboche administrativo. Houve época em que eu mesmo denunciava, daqui desta tribuna, que um técnico de nível superior do Ministério da Agricultura ganhava menos do que um chofer de carreta lá na nossa empresa. Isto não foi corrigido de imediato, mas, afinal, foi corrigido. Mas, V. Ex<sup>a</sup>s vão verificar no fecho do meu discurso, o apelo que eu dirijo à Mesa para que nós usemos o espaço que nós temos no programa "A voz do Brasil", que ainda é muito ouvido, na casa dos nossos sertanejos, porque ainda não estão recebendo a imagem da televisão. Então, esses nossos sertanejos, se ouvirem esses dados e esses fatos que é preciso urgentemente, que a Nação precisa muito mais, que esses dados cheguem ao conhecimento do nosso agricultor, para que ele plante, porque agora lhe é assegurado lucro. Porque essa grande vitória, fruto da perseverança, sem dúvida alguma, do mais modesto, do mais humilde dos Ministros que eu já pude conhecer até hoje, que é o Ministro Amaury Stábil, essa conquista que eu reputo como o primeiro passo, o primeiro grande, único e verdadeiro passo que este País está dando para reencontrar-se, que é permitir que a agricultura e a pecuária deixem de ser esbuhadas com esse ópio que é o chamado juros subsidiados. Esse ópio com que nós privilegiamos 20% de espertalhões, que têm acesso aos créditos, mais 80% dos produtores, que não são bem-falantes e nem sabem como falar com o gerente de banco, são penalizados duplamente, vez que produzem com os seus recursos próprios, com todas as dificuldades que peculiarizam a sua atividade, e que, muitas vezes, são obrigados a vender na rama, na folha, porque não têm recursos para custear a colheita. Então, temos esses 20% de privilegiados. E V. Ex<sup>a</sup> não tenha dúvida quanto a essa informação, porque o Instituto de Pesquisa Agrícola de São Paulo, uma das instituições realmente respeitáveis deste País, talvez a mais perfeita do setor de economia agrícola de São Paulo, pesquisando todo aquele pedaço de Brasil, do qual todos nós nos orgulhamos porque pode, realmente, se nivelar a qualquer país desenvolvido, ali, naquele Brasil desenvolvido, naquela partezinha que é São Paulo, somente 29% dos seus agricultores — agricultores com cultura européia — uma civilização bem diferente do resto desse Brasil sofrido, interiorano, mesmo ali, só 29% dos produtores são usuários do crédito rural.

Logo, a nossa afirmação de que somente 20% utilizam o crédito rural no Brasil caracteriza bem a nossa afir-

mação de que o crédito subsidiado tem sido o ópio, a desculpa para a economia urbana escravizar a agricultura da forma que tem feito. Na realidade, nós temos que arcar com isso tudo.

**O Sr. Marcondes Gadelha** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com prazer, nobre Senador.

**O Sr. Marcondes Gadelha** — Nobre Senador Benedito Ferreira, quero também congratular-me com V. Ex<sup>a</sup>, pelas notícias alvissareiras que traz e pela injeção de coragem que dá aos nossos agricultores, quando os incentiva a plantar sempre e cada vez mais. Na verdade, estávamos a precisar desse alento, nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup> que tem acompanhado a evolução da agricultura neste País, nos últimos 20 ou 30 anos, há de ter notado como esse setor tem sido o quarto de despejo da economia nacional, tem sido, de certa forma, expurgado das preocupações oficiais. E o produto agrícola tem crescido a taxa de 3,4% ao ano, convivendo, Deus sabe como, com o boom industrial que, durante algum tempo, assegurava crescimento dos setores urbanos da economia da ordem de 15, 16, 17% ao ano. Quer dizer, esse crescimento desarmônico levou a problemas estruturais seriíssimos, na economia nacional. Então, essa retomada da agricultura, como grande elemento formador de renda, como grande elemento gerador de divisas, é absolutamente racional, judicioso e, espero, extremamente fecundo para o futuro do País. Durante longo tempo, Senador Benedito Ferreira, a agricultura ainda será o sustentáculo, o grande elemento financiador do processo de desenvolvimento nacional. A economia industrial do País ainda passa por um processo de modernização, ainda passa por um processo de substituição de importações, durante esse tempo todo e até que isso venha se completar, a agricultura há de ser o sustentáculo deste País. E mais ainda, o mundo atravessa um período de extrema penúria, de fome, de dificuldade de acesso a áreas agricultáveis. Há uma escassez mundial de alimentos, e dois terços da humanidade, hoje, já se encontram com uma carência protéica e calórica que preocupa seriamente os órgãos das Nações Unidas, no caso, sobretudo, a FAO e a Organização Mundial de Saúde. De modo que esse alento à agricultura, que V. Ex<sup>a</sup> traz neste momento, é recebido por nós todos com entusiasmo, e esperamos que V. Ex<sup>a</sup> continue com essa dedicação, com esse zelo que lhe é peculiar no estudo dos problemas agrícolas deste País, que não se resume apenas ao Ministério da Agricultura, mas que envolve... (O Sr. Presidente faz soar a campainha) Vou encerrar, Sr. Presidente... envolve uma gama enorme de órgãos coadjuvantes, desde o Ministério da Terra até o Banco do Brasil, passando pelo INCRA, enfim, há toda uma comunidade plural cuidando desses problemas agrícolas, e V. Ex<sup>a</sup> é um dos líderes nesse setor dentro do Congresso Nacional. Meus parabéns e continue desse modo.

**O SR. PRESIDENTE** (Lenoir Vargas) — A Presidência interrompe o nobre Senador para lembrá-lo que a sessão vai terminar às 18 horas e 30 minutos, e como V. Ex<sup>a</sup> parece ter um alentado trabalho ainda para apresentar, que V. Ex<sup>a</sup> diminua, um pouco, a concessão dos apartes para podermos ouvir com mais vagar o discurso que V. Ex<sup>a</sup> profere.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Sr. Presidente, agradeço a observação de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, estou aprendendo e recolhendo essas contribuições valiosas que, a par das palavras generosas dos meus colegas, e sabe V. Ex<sup>a</sup> como político que é, são a remuneração maior que nós, os chamados políticos, esperamos não só dos nossos pares, mas, também, dos nossos concidadãos.

Mas, Sr. Presidente, eu dizia que o Ministério da Agricultura é, realmente, o primo pobre. E o meu pleito a V.

Ex<sup>a</sup>, que já quero antecipar, porque possivelmente vou ter que encaminhar à Taquigrafia o texto do nosso modesto trabalho, é que usemos a "Voz do Brasil" para divulgar essa realidade, porque tal é o desencorajamento, provocado pela malícia dos espertalhões, daqueles hoje aqui apontados, por exemplo, pelo nobre Senador Álvaro Dias, Presidente da Comissão de Agricultura, daqueles que avançam nos bilhões do contribuinte que deveria ser orientado para a produção rural; eles não estão interessados que se mude a política, porque são os beneficiários. E não sei por que arte diabólica, Sr. Presidente, num verdadeiro conciliábulo de Satanás, eles conseguiram impedir que fosse divulgada essa nova realidade que se inicia no Brasil; alardearam que o Governo iria emprestar dinheiro, cobrando 85% da correção monetária. É verdade, Sr. Presidente, 85 mais 3% ao ano, mas não permitiram fosse publicado que, essa mesma providência do Governo, a Companhia de Financiamento da Produção assegura não 85% de correção monetária sobre o preço, mas 100% da correção monetária.

Daí por que, Sr. Presidente, viajando pela Belém-Brasília, viagem que faço habitualmente à noite para ganhar tempo, pude felizmente fazê-la durante o dia, esta semana, e nesse trecho de quase 1.300 quilômetros, daqui onde exerço as minhas atividades econômicas, que é em Araguaína, pude constatar, Srs. Senadores, para tristeza e pasmo meu, eu não verifiquei 20 alqueires de terra, Sr. Presidente, eu não verifiquei 100 hectares em toda a extensão de terras preparadas para o plantio. E sabem V. Ex<sup>a</sup>s que o período final para o preparo da terra e plantio em Goiás é o final deste mês.

No entanto, fui ao Banco do Brasil, em Goiânia, e conversei com o Superintendente. Ele me pediu uma certa reserva, e eu falei; não posso, eu tenho que fazer uso dessa informação porque ela é a mais grave possível, e eu prestaria um desserviço ao meu País se não a divulgasse. E, o que recolhi, Srs. Senadores, é que a solicitação de crédito em Goiás, não em uma agência isolada, mas em todo o Estado, a solicitação, este ano, em relação ao ano passado, houve uma diminuição de 70%. Isto porque todo mundo está alarmado. Indaga o usuário do crédito rural: como vou pagar 85% da correção monetária de uma inflação que eu não sei onde vai chegar?

E, eu não sabia, Srs. Senadores, não sabia porque isso era um segredo guardado a sete chaves, repito, por arte diabólica só pode ser, porque, em verdade, sob reserva, mas sou obrigado a quebrar essa reserva porque seria um desserviço ao Brasil se não o fizesse, eu soube que o Ministro Amaury Stábil solicitara recursos para patrocinar essa campanha de esclarecimento e foi-lhe dada a irrisória quantia de 10% do solicitado, ou foi prometido, parece-me que nem dado foi.

Daí, por que eu dizia, antecipava a V. Ex<sup>a</sup>, cominado pelo tempo a encaminhar para a Taquigrafia o texto, solicitava a V. Ex<sup>a</sup>, por antecipação, que submetesse à Mesa Diretora que se concedesse um espaço de tempo, pelo menos daqui para o final do mês, texto elaborado pelo nosso corpo de divulgação, onde levasse a todos os agricultores, essas informações reais, porque, em realidade, a "Voz do Brasil" será o instrumento que, gratuitamente, nada irá custar, sem dúvida, ao contribuinte, porque nós já temos esse espaço; nada irá custar ao Ministério da Agricultura, que não dispõe de recursos, que — repito — é o primo pobre da Administração. Mas, estamos, Srs. Senadores, nós, que muitas vezes somos injustamente considerados uma instituição, de certa forma, até de pouca utilidade, estaríamos prestando, Sr. Presidente, um inestimável serviço a todos nós, mas especialmente aos menos favorecidos, se conseguíssemos, com essa nova ação, divulgando, daqui para o final do mês, textos que esclarecessem aos nossos agricultores, aos agricultores que ouvem, realmente, a "Voz do Brasil", que tivessem essas informações que lhes foram sur-

rupiadas por aqueles que não querem que o Brasil se reencontre.

**O Sr. José Fragelli** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com o maior prazer, nobre Senador.

**O Sr. José Fragelli** — V. Ex<sup>a</sup> fez um elogio ao ilustre Ministro da Agricultura e, pelos fatos que V. Ex<sup>a</sup> narrou, acho que ele merece essa referência abonadora. Mas mesmo que S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro tivesse recebido apenas 10% do solicitado, para comunicar, apenas comunicar aos lavradores do País que haverá garantia de preços mínimos à agricultura, na base da correção das ORTNs, mesmo com esses 10% ele poderia fazer essa divulgação à semelhança daquela que foi feita há anos atrás: "Plante que o Governo Garante." Agora, naturalmente, o slogan deveria ser outro: "Plante que o Governo Garante o Preço Mínimo, na Base de ORTNs" ou, e não sou de nenhuma empresa de publicidade que saiba redigir slogan, mas bastaria isso. E acredito mesmo que se o Sr. Ministro — vamos usar aquela velha frase — pusesse a boca no trombone, e insistentemente divulgasse isso, e transmitisse isso à imprensa brasileira, ela talvez divulgasse até gratuitamente. Então, acho que o Sr. Ministro, tendo feito o mais difícil talvez não esteja fazendo o mais fácil. E nós poderíamos insistir; acho que a solicitação de V. Ex<sup>a</sup> é muito justa. O Senado poderia dar essa contribuição. Eu, por exemplo, se fizer, daqui para diante, até o fim do mês, algum discurso ou der algum aparte, eu peço que não seja publicado o meu discurso nem o meu aparte para que seja divulgada a nota a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, a necessidade de que os nossos agricultores, pelo Brasil afora, tenham conhecimento dessa medida da maior importância, que é a garantia de um preço mínimo na base, vamos dizer, da correção monetária, na base da inflação que se espera que o Brasil venha a ter.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Perfeito.

**O Sr. José Fragelli** — Então, acho que qualquer Senador concordará em que seus pronunciamentos sejam suprimidos, em parte ou totalmente, desde que a classe mais sofrida do País, a classe dos agricultores — nem falo dos pecuaristas, porque não é tanto — pois sabemos que os pecuaristas têm defesas que o agricultor não tem. Por exemplo, uma safra não pode ser guardada de um ano para o outro, porque se deteriora, mas o boi pode.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com sérios prejuízos.

**O Sr. José Fragelli** — Com sérios prejuízos, mas o boi não vai morrer, ele ganha mais um ano, pode até engordar mais, e assim por diante. O agricultor, esse é o grande sofrido do Brasil, mais do que o pecuarista. Então, é válido o apelo feito à Mesa, pelo Senador Benedito Ferreira, que é essa figura extraordinária de homem do interior, um homem que veio de suas origens modestas, como ele mesmo faz questão de frisar, e hoje é um dos empresários bem sucedidos do seu Estado e do Brasil, pela sua capacidade, pela sua inteligência, e vamos dizer, também, pela sua simpatia.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Muita bondade de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Fragelli** — Porque um homem não vence, na vida, apenas pela sua operosidade, pela sua capacidade de trabalho, ele vence também pelo convencimento, no qual a simpatia pessoal tem uma larga projeção. Então, Sr. Presidente, acho que a sugestão do nobre Senador deve ser encarada, de fato, com a maior seriedade e com a intenção de ser cumprida pela Mesa do Senado.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> até me constrange, porque seu magnânimo co-

ração já é conhecido de todos nós, de todos aqueles que aprenderam a lhe querer bem, e realmente V. Ex<sup>a</sup> me deixa emocionado.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com prazer, nobre Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** — Senador Benedito Ferreira, nós poderíamos dizer que V. Ex<sup>a</sup> aí percutiu um assunto da maior pertinência e atualidade; mesmo porque veja o que é a falta de divulgação: pelo testemunho insuspeito dos Presidentes das Sociedades Rurais de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, a notícia desse preço justo — aliás era uma tese pela qual V. Ex<sup>a</sup> há muito tempo se batia — nesses Estados fez com que hoje rareassem até os insumos necessários para a agricultura, tal a procura que os lavradores desses Estados, e que são muito mais felizes, têm meios de comunicação muito mais eficientes, organização...

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Cooperativas, não é?

**O Sr. Virgílio Távora** — ... cooperativas, todos esses agricultores, hoje, fizeram tal demanda de insumos que, hoje, dificilmente V. Ex<sup>a</sup> pode comprar um trator agrícola numa dessas regiões. Assim, acho que a idéia de V. Ex<sup>a</sup> é dessas idéias construtivas. Vamos, na "Hora do Brasil", com a aquiescência da Mesa, não uma, mas duas, três, quatro vezes, até o fim do mês, até o fim do outro mês, fazer essa nota, fazer esse apelo, fazer esse esclareci-

mento, porque vejo que na sua região — acredito que em Mato Grosso deve ser a mesma coisa, com licença aí do ilustre Senador — nessas duas regiões os agricultores tenham conhecimento do fato, porque na Zona Centro-Sul tiveram, e talvez nela, se outros fenômenos climáticos não interferirem, teremos uma das safras recordes do Brasil, pelo que chamamos a lei da oferta e da procura, que é a da justa remuneração.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Sr. Presidente, tento concluir, lembrando aos Srs. Senadores que ainda não possuam, porventura uma outra extraordinária informação. O PROAGRO, Sr. Presidente — e isto precisa chegar, também, ao conhecimento dos nossos agricultores — sofreu uma profunda modificação na sua estrutura. Ele hoje não irá garantir mais ao nosso produtor rural tão-somente a parte financiada, mas irá garantir e ressarcir, no caso de acidente, no caso da frustração de safra, o valor da produção estimada.

Vêm V. Ex<sup>ts</sup> como, muitas vezes, no silêncio e no anonimato, pode um homem, um patriota, realmente, prestar serviços que marcam para sempre a sua presença à frente de uma função pública.

Sr. Presidente, continuo com o meu discurso, trazendo ao conhecimento da Casa todos esses quadros, todos esses números e todas essas estatísticas. Espero merecer dos Srs. Senadores, para enriquecer este meu trabalho, maiores luzes e maiores experiências, para encontrarmos urgentemente o caminho certo para a nossa economia.

#### PREÇOS MÍNIMOS — 1983/84

Produtos	Unidades	Preço-Base Proposto (Cr\$ 1,00)	Período de Correção
Algodão	15 kg	4.000,00	Ago/Fev
Arroz em casca (1), (2)	50 kg	5.600,00	Ago/Fev
Milho	60 kg	3.700,00	Ago/Fev
Soja	60 kg	4.338,00	Ago/Fev
Amendoim (3)	25 kg	2.800,00	Ago/Dez
Castanha de Caju	1 kg	175,00	(4)
Cera de Carnaúba	1 kg	380,00	(5)
Girassol	40 kg	2.987,00	Ago/Dez
Juta/Malva	1 kg	210,00	Ago/Fev
Mamona	60 kg	6.065,00	Ago/Mar
Mandioca	1 t	14.000,00	Ago/Mar
Rami	1 kg	203,00	(5)
Seda (casulo)	1 kg	1.013,00	(5)
Sisal	1 kg	101,00	(5)
Sorgo	60 kg	3.145,00	Ago/Fev
Trigo Mourisco	1 kg	57,00	Ago/Out
Semente de Juta	1 kg	450,00	Ago/Abr
Bataça — Semente	30 kg	5.100,00	Ago/Nov

(1) Para a produção oriunda dos projetos irrigados do Nordeste e Centro-Oeste, e a produção de sequeiro de Roraima, o início das operações e 1º-9, sendo, então, o preço mínimo igual ao preço-base acima.

(2) Este é o preço-base válido para o arroz sequeiro; para arroz irrigado do Rio Grande do Sul o preço-base é Cr\$ 6.709,00/50 kg.

(3) Preço-base do amendoim, tipo industrial, que tem um deságio de 30% em relação ao amendoim tipo exportação (HPS), cujo preço-base, portanto, fica estabelecido em Cr\$ 4.000,00/25 kg.

(4) Preço mínimo definitivo em vigor a partir do início das operações (1º-9), sem correção posterior.

(5) Preços mínimos definitivos em vigor a partir das datas de início das operações (1º-8 para Cera de Carnaúba e Sisal e 1º-9 para Rami e Seda), com correção trimestral de até 100% da variação das ORTNs.

Como se vê, Sr. Presidente, o período previamente estabelecido para a correção de preços fixados, é em agosto (diga-se de passagem, não divulgados) começarão a ser corrigidos a partir de 1º de setembro e, mensalmente, até às épocas ou mês da colheita de cada cereal ou fibra, irão sendo acrescidos em 100% da correção monetária que houver.

Para termos uma idéia mais expressiva do novo mecanismo, aqui temos uma tabela de preços mínimos já cor-

rigida monetariamente, com os índices verificados para o mês de setembro corrente.

## PREÇOS MÍNIMOS — 1983/84

Produtos	Unidades	Preço-Base Proposto (Cr\$ 1,00)	Preço Corrigido p/ set/83 (ORTN)
Algodão	15 kg	4.000,00	4.340,00
Arroz em casca sequeiro	50 kg	5.600,00	6.076,00
Arroz em casca irrigado	50 kg	6.709,00	7.279,26
Milho	60 kg	3.700,00	4.014,50
Soja	60 kg	4.338,00	4.706,73
Amendoim	25 kg	2.800	3.038,00
Castanha de Caju	1 kg	175,00	189,75
Cera de Carnaúba	1 kg	380,00	412,30
Girassol	40 kg	2.987,00	3.240,89
Juta/Malva	1 kg	210,00	227,85
Mamona	60 kg	6.065,00	6.580,52
Mandioca	1 t	14.000,00	15.190,00
Rami	1 kg	203,00	220,25
Seda (casulo)	1 kg	1.013,00	1.099,10
Sisal	1 kg	101,00	109,58
Sorgo	60 kg	3.145,00	3.412,32
Trigo Mourisco	1 kg	57,00	61,84
Semente de Juta	1 kg	450,00	488,25
Batata — Semente	30 kg	5.110,00	5.533,50

Temos, pois, Sr. Presidente, que o Poder Executivo Federal, tardiamente, resolveu entender que o único insumo que vale e que realmente funciona em qualquer atividade econômica é a expectativa ou a certeza do lucro. Com o que o Presidente Figueiredo mantém o seu compromisso de apoiar prioritariamente a agricultura, fixando os preços para a futura safra 83/84 com um aumento médio de 145%, o que corresponderá mais ou menos à inflação decorrida e garantindo nos mesmos preços a correção monetária plena a partir da fixação até o período, ou mês da colheita e, conseqüentemente, comercialização.

Põe acréscimo, estimula certas culturas dando ao arroz 194,7%, ao algodão 200% de aumento, valendo considerar, ainda, a expectativa de importarmos alguns tipos de grãos e fibras, o que demonstra o esgotamento dos estoques governamentais até mesmo a demanda e os preços que estão vigindo no mercado internacional, os nossos produtores, muito provavelmente, à época, as colheitas no ano que vem, poderão vir a receber preços e lucros maiores dos que lhes garante a partir de agora.

Para termos uma idéia real dos aumentos, vejamos a tabela que segue, para compararmos melhor os preços de safra 82/83 com a espera para 83/84.

## PREÇOS MÍNIMOS — 1983/84

Produtos	Unidade	Preço Base 1982	Preço Base Proposto Cr\$/UN	Incrementos Base Proposta Sobre Base Anterior	Período de Correção
Algodão	15 k	1.330,00	4.000,00	200,7	Ago/Fev
Arroz de Sequeiro	50 k	1.900,00	5.600,00	194,7	Ago/Fev
Arroz Irrigado	50 k	—	6.708,80	—	—
Milho	60 k	1.392,00	3.700,00	165,8	Ago/Fev
Soja	60 k	1.800,00	4.338,00	141,0	Ago/Fev
Amendoim	25 k	1.222,00	2.800,00	129,1	Ago/Dez
Castanha de Caju	1 k	80,00	175,00	118,7	S/C (Set)
Cera de Carnaúba	1 k	200,00	380,00	90,0	Trim (Ago)
Girassol	40 k	1.130,00	2.987,00	164,3	Ago/Dez
Juta/Malva	1 k	79,00	210,00	165,8	Ago/Fev
Mamona	60 k	2.746,00	6.065,00	120,9	Ago/Mar
Mandioca	1 t	5.804,00	14.000,00	141,2	Ago/Mar
Rami	1 k	88,00	203,00	130,7	Ago/Set
Seda (C.)	1 k	433,00	1.013,00	133,9	Ago/Set
Sisal	1 k	50,00	101,00	102,0	Trim (Ago)
Sorgo	60 k	1.183,00	3.145,00	165,9	Ago
Trigo Mourisco	1 k	22,00	57,00	159,1	Ago/Out
Semente de Juta	1 k	—	450,00	—	Ago/Abr
Batata — Semente	30 k	—	5.100,00	—	Ago/Nov

Para corroborar o seu propósito de assegurar lucro ao produtor rural ou pelo menos dar-lhe a perspectiva de segurança efetiva no caso de frustração de safra, o Governo Federal alterou substancialmente o PROAGRO.

Neste setor vale comentar o que afirma o Ministro Amaury Stábile. Entre as mudanças introduzidas no seguro agrícola, tivemos:

Aumento da cobertura sobre o valor da lavoura e diminuição de taxas adicionais cobradas aos produtores que ainda não tenham recorrido às indenizações do seguro. Com o novo sistema adotado para o PROAGRO será permitido ao produtor, no caso de frustração de safra (acidente na lavoura), poderá o mesmo, receber o valor da cobertura, mesmo antes de efetivar a colheita e a venda do restante da safra (o que vir a aproveitar) o que significa maior liberdade ao lavourista, de procurar melhores preços para a sua produção, isto porque o cálculo da sua receita será feito por perito do agente financeiro com base no preço mínimo oficial aplicado sobre a produção esperada ou por estimativa do mesmo perito para os casos de produtos que não tenham preço mínimo oficial. Trocados em miúdos, o PROAGRO irá acobertar, efetivamente, o valor total da área plantada e não somente a parte financiada como era feito anteriormente.

Das várias distorções que analisamos em outras oportunidades, vale ressaltar, agora, uma correção recente, ou seja, correção nos critérios de fixação dos valores Básicos de Custeio, como também uma inteligente regionalização das taxas de correção monetária e juros.

De um lado, tendo que assinalar, também, o critério importante que é o da regionalização dos custos de produção, compatibilizando, como se verá a seguir, nos quadros e comentários, os montantes de financiamentos por área com os custos reais vigentes em cada região.

Notando-se ainda o quadro comparativo dos valores básicos de custeio entre as safras 82/83 e 83/84 e os respectivos aumentos percentuais por cada tipo de cultura.

## CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DO VBC

O cálculo do Valor Básico de Custeio tem como base o levantamento de desembolso efetivo, por faixa de produtividade, para a época de sua elaboração, através dos dados coletados junto aos produtores ou órgãos competentes.

Posteriormente, os preços são projetados para a época de uso dos insumos e fatores, de acordo com o calendário agrícola.

A elaboração dos desembolsos por faixa de produtividade visa a assegurar um volume de recursos compatível com a tecnologia empregada, mantendo-se uma correlação positiva entre o valor por unidade de área (HA) e os níveis de produtividade.

No Valor Básico de Custeio da safra 80/81 foram efetuadas algumas modificações nos critérios que orientam os cálculos apresentados ao Conselho Monetário Nacional.

Foram excluídas dos cálculos do VBC as despesas pós colheita, ou seja, transporte externo e secagem (no caso do arroz irrigado).

Esses itens são objeto de estudo em época próxima à colheita e incluídas numa linha de crédito de pré-comercialização (adiantamento de EGF).

Essa modificação foi adotada, tendo em vista as dificuldades de se estimar o seu valor para a época de execução da operação que na maioria dos produtos situa-se a partir de março do próximo ano. Essas dificuldades são geradas em função das variáveis que determinam o comportamento dos preços, tais como, condições de umidade do produto, quantidade da produção e a elevação dos custos desses serviços.

Portanto, um valor determinado na época de elaboração do VBC poderia tanto superestimar como subestimar o valor em vigor, na época da colheita.

Cabe lembrar que nessa linha de crédito serão incluídas todas as despesas necessárias para que o produto se

enquadre nas condições exigidas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Outro item abstraído do desembolso foi o valor do prêmio de seguros sobre máquinas que é liquidado na época da colheita, portanto, não se constituindo num desembolso durante o processo produtivo.

Além disso, no cálculo do VBC não são levadas em conta as operações consideradas pelo Banco como de investimento, a saber: de uma forma geral, aplicação de calcário e adubação corretiva (à base de fosfato) e, especificamente, no arroz irrigado, não se considerou a locação e construção de taipas, canais, levante de calhas e tomadas de água.

Portanto, nas demais operações são considerados os seguintes itens:

### COMPOSIÇÃO DO VBC

1) **Operação de Máquinas:** inclui-se os gastos com tratorista, combustível, lubrificantes, filtros e manutenção. Neste último considerou-se somente a parcela referente a pequenos reparos, dado que o Banco do Brasil e demais bancos possuem linha de crédito específica para reformas e consertos de tratores.

Os dados de consumo de combustível e lubrificantes e troca de filtros foram obtidos em levantamento junto às empresas fabricantes.

2) **Mão-de-obra Temporária:** trata-se de mão-de-obra para execução de operações manuais, de auxílio ao tratorista no carregamento de insumos e de condução de animais de tração, dependendo de sua utilização. Considera-se a média de diária paga na região Centro-Sul.

3) **Animais de Tração:** foram considerados nas faixas de produtividade onde a utilização do trabalho animal fosse comum, levando-se em conta os gastos com alimentação e medicamentos.

4) **Insumos:** foram levados em conta os gastos com sementes, fertilizantes e defensivos.

5) **Mão-de-obra Fixa:** a dificuldade de estabelecer-se um valor compatível com o desembolso efetivo, dado que nem todas as propriedades possuem capatazes ou administradores assalariados. Resolveu-se, de comum acordo com técnicos do Banco do Brasil, Ministério da Fazenda e Secretaria do Planejamento, atribuir-se o valor do maior salário mínimo, para manutenção familiar, durante 6 meses, para uma área de 100 ha.

A título de ilustração, o quadro anexo discrimina os itens de custo que são considerados no desembolso para fins de elaboração do Valor Básico de Custeio.

### COMPOSIÇÃO DO CUSTO E DESEMBOLSO

CUSTOS VARIÁVEIS		
Itens	Custo	VBC (Desembolso)
Operação de máquinas	Manutenção	Manutenção (só pequenos reparos)
	Combustíveis	Combustíveis
	Lubrificantes	Lubrificantes
	Operador	Operador
Não de-obra temporária	Diarista	Diarista
Operação com animais	Alimentação	Alimentação
	Remédios	Remédios
Aplicação aérea	Valor da aplicação	Valor da aplicação
Insumos	Sementes	Valor gasto
	Fertilizantes	Valor gasto
	Defensivos	Valor gasto
	Corretivos	Valor rateado
Transporte externo	Frete	-
Secagem	Taxa de serviço	-
Outros custos variáveis	Despesas de financiamento e PROAGRO	-
Juros S/caixa média	Crédito rural	-

### CUSTOS FIXOS

Itens	Custo	VBC (Desembolso)
Depreciação	Reposição do capital	-
Juros s/capital fixo	Retorno do capital	-
Mão-de-obra fixa	Capatazia	Capatazia
Terra	Valor arrendamento	-
Outros custos fixos	Prêmio seguro s/máquinas	-

### QUADRO 117 COMPARATIVO DE VBC FAIXAS DE PRODUTIVIDADE MÉDIA DE DIÁRIA DE 12,00 (PROPOSTA ATUAL)

PRODUTO/FAIXA DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	SAFRA		Acrescimo (%)
	67/71 (C/5/ha)	71/75 (C/5/ha)	
<b>ALGODÃO HERBÁCEO</b>			
Até 1000	67.600,00	150.300,00	122,3
1001 a 1200	72.200,00	177.500,00	124,3
1201 a 1400	95.300,00	235.300,00	123,4
1401 a 1600	109.600,00	243.200,00	121,9
1601 a 1800	124.300,00	276.500,00	122,4
1801 a 2200	137.600,00	301.700,00	119,3
Acima de 2200	154.800,00	336.300,00	117,2
<b>Algodão arbóreo</b>			
Até 1000	24.300,00	55.200,00	131,3
1001 a 1200	31.900,00	74.200,00	132,6
1201 a 1600	40.500,00	95.700,00	125,3
Acima de 1600	49.000,00	114.700,00	134,1
<b>ARROZ IRRIGADO</b>			
Irrigação Natural			
Até 3000	63.400,00	152.500,00	142,1
3001 a 3500	72.200,00	167.700,00	132,3
3501 a 4200	85.500,00	197.500,00	131,0
4201 a 5000	92.300,00	222.000,00	140,5
Acima de 5000	95.000,00	233.100,00	143,4
Irrigação Mecânica			
Até 3000	76.400,00	187.400,00	145,3
3001 a 3500	88.000,00	214.000,00	141,0
3501 a 4200	104.300,00	251.000,00	141,5
4201 a 5000	118.000,00	287.900,00	144,0
Acima de 5000	120.700,00	299.900,00	143,5
<b>FEIJÃO</b>			
Até 400	16.000,00	37.000,00	131,3
401 a 600	23.700,00	75.800,00	124,9
601 a 800	40.200,00	90.600,00	125,4
801 a 1000	49.600,00	112.900,00	127,6
1001 a 1500	62.700,00	146.000,00	132,9
Acima de 1500	68.000,00	159.300,00	133,3

## GRUPO COMPARATIVO VBC REGIÃO CENTRO-SUL

SAFRA DAS ÁGUAS - 83/84 (Proposta atualizada)

PRODUTO/FAIXA DE PRODUTIVIDADE	SAFRA		Acréscimo (%)
	82/83 (Cr\$/ha)	83/84 (Cr\$/ha)	
<b>ARROZ</b>			
Até 900	14.100,00	25.100,00	178,0
901 a 1300	20.100,00	45.900,00	228,3
1301 a 1700	25.800,00	61.100,00	236,8
1701 a 2100	25.700,00	71.300,00	277,4
2101 a 2500	34.300,00	84.200,00	245,5
2501 a 3000	41.000,00	100.500,00	245,1
3001 a 3500	45.000,00	111.200,00	247,1
3501 a 4000	50.800,00	127.000,00	250,0
4001 a 4500	57.900,00	149.400,00	258,0
Acima de 4500	68.000,00	172.300,00	253,4
<b>SOMA</b>			
Até 1250	31.700,00	74.500,00	235,0
1251 a 1500	35.000,00	80.100,00	228,9
1501 a 1750	41.200,00	98.200,00	238,3
1751 a 2000	46.900,00	108.700,00	231,5
2001 a 2400	54.100,00	124.600,00	230,2
Acima de 2400	59.700,00	131.300,00	219,9
<b>SORGO</b>			
Até 2000	23.600,00	56.500,00	239,4
2001 a 2500	32.800,00	78.100,00	238,1
2501 a 3000	37.800,00	90.300,00	238,9
Acima de 3000	43.900,00	103.300,00	235,3
<b>AMENDOIM</b>			
Até 1400	33.800,00	77.500,00	229,3
1401 a 2300	65.600,00	144.800,00	220,7
Acima de 2300	85.300,00	187.600,00	220,9
<b>BATATA-SEMI-SECA</b>			
Até 12000	495.400,00	1.125.200,00	227,1
12001 a 15000	500.000,00	1.100.000,00	220,0
15001 a 18000	650.900,00	1.438.900,00	221,2
Acima de 18000	667.800,00	1.534.100,00	228,3
<b>GERASSOL</b>			
Até 1800	31.700,00	79.300,00	250,2
Acima de 1800	41.800,00	101.900,00	243,8

## MATERIAL DE BAGA (10 ANOS)

Até 900	29.600,00	72.100,00	243,6
901 a 1400	37.600,00	85.000,00	226,3
1401 a 1900	45.400,00	104.500,00	230,2
Acima de 1900	62.200,00	134.200,00	215,8
Até 900	24.300,00	63.300,00	260,5
901 a 1400	28.900,00	73.200,00	253,3
Acima de 1400	30.500,00	80.300,00	263,3

## MANDIOCA - RAIZ - 1 CICLO

Até 10000	32.900,00	78.300,00	238,0
10001 a 15000	36.800,00	93.400,00	253,8
15001 a 20000	54.300,00	129.000,00	237,6
20001 a 25000	60.200,00	142.500,00	236,7
Acima de 25000	66.800,00	160.700,00	240,6

## CASTANHA-DE-CAJU

Até 800	25.000,00	52.500,00	210,0
Acima de 800	29.200,00	61.900,00	211,7

## CASUO VERDE

Até 250	77.900,00	172.400,00	221,3
251 a 500	121.700,00	267.900,00	220,1
Acima de 500	157.300,00	347.000,00	220,6

## CEFA DE CAPSULEIA (1)

Faixa Única	2.200,00	4.500,00	204,5
-------------	----------	----------	-------

## JUTA/MALVA

Até 1000	90.000,00	188.800,00	209,8
1001 a 1300	99.500,00	216.300,00	217,4
Acima de 1300	105.700,00	220.300,00	208,4

## FENO

Até 2000	90.900,00	204.600,00	225,1
2001 a 3000	114.100,00	241.900,00	212,0
Acima de 3000	138.700,00	297.400,00	214,4

## SISAL

Até 650	23.600,00	49.300,00	208,9
Acima de 650	29.000,00	58.000,00	200,0

## TRIGO MOJURISCO

Até 1500	19.900,00	47.000,00	236,2
Acima de 1500	25.600,00	60.900,00	237,9

## JVA INDUSTRIAL

Doméstica	237.000,00	481.200,00	203,0
Multifera	299.000,00	550.000,00	183,9
Até 1500	51.000,00	118.900,00	233,1
Acima de 1500	58.400,00	131.500,00	225,1

(1) Cr\$/15 kg

Quanto ao volume de financiamento dado aos produtores, foi mantido o critério, na ordem que se segue:

- A) Micro e pequenos produtores 90% de V.B.C
- B) Médios e pequenos produtores 60% de V.B.C
- C) Grandes e pequenos produtores 40% de V.B.C

Para as regiões úmidas do Nordeste e Norte não sujeitas às intempéries climáticas, correção de 70% mais juros de 3% ao ano. Para as demais regiões do país, a taxa de correção monetária é de 85% mais juros de 3% ao ano e para as regiões da SUDAM e SUDENE vítimas dos problemas climáticos, manteve o Governo o juro antigo, fixo, de 35% ao ano, no caso sem nenhuma correção monetária.

Mas o importante, Sr. Presidente, é que os preços mínimos de garantia para os todos produtos e para todas as regiões e produtores será reajustado, como demonstrado, em 100% dos valores das O.R.T.Ns, ou seja, o valor total da correção monetária que ocorreu entre a tomada do empréstimo até a entrega do produto colhido.

Pelo exposto, Sr. Presidente, não haverá como negar ao Ministro Amaury Stábele, o qual com toda a sua humildade franciscana, característica que engrandece os verdadeiramente grandes-homens, mas que contrasta profundamente com a petulância de muitos dos nossos tecnocratas, vai aos poucos, o nosso Ministro da Agri-

cultura, naturalmente, com o apoio dos demais Ministros da área econômica, realizando a grande promessa do Presidente Figueiredo em relação à Agropecuária Nacional, visto que devemos receber estas medidas como o verdadeiro primeiro passo no sentido de libertar-se a Agropecuária da escravidão que, desde os albos da República, lhe vem sendo imposta pela economia urbana.

Falei, Sr. Presidente, dos 5 anos de atraso com que estas medidas estavam chegando, porque, em 1978, demonstrávamos aqui e voltarei a fazê-lo mais documentadamente — que o juro subsidiado à Agropecuária nunca passou de um esbulho para 80% dos produtores que nunca tiveram acesso aos bancos, e, por outro lado, nunca, em realidade, deu-se cousa de subsídio à Agropecuária, visto que os chamados juros negativos sempre foram cobertos, sobejamente, pelos recursos oriundos dos confiscos e tributos dos produtos Agropecuários exportados, conforme oportunamente irei demonstrar esta verdade através de números.

Finalmente, Sr. Presidente, trago a minha angústia, a minha profunda apreensão a respeito da futura safra, a qual, em razão destas medidas retromencionadas, deveria ser a maior da nossa história, no entanto, corremos risco de um total fracasso. Tamanho o poderio dos maus banqueiros, dos eternamente privilegiados com a cumplicidade dos tecnocratas comprometidos com os vícios

do antigo sistema, com, também, contando com a omissão de uns e convicência de outros tantos dentre os beneficiários do crédito a juros negativos e nem sempre aplicados corretamente, o certo é que, um verdadeiro "conciábulo de santanáns", muito provavelmente, teremos uma safra desastrosamente pequena, porque só divulgaram e com um tremendo alarido as novas taxas de juros e correção monetária que oneram, enquanto, não sei por que artes diabólicas, conseguiram impedir se divulgassem as reais vantagens oferecidas ao produtor pelo nosso sistema.

E a conseqüência, Sr. Presidente, cito como exemplo o que vem ocorrendo em Goiás, onde as solicitações de crédito junto ao Banco do Brasil, para custeio agrícola, não ultrapassam 30% em relação ao ano passado, especialmente para plantio de arroz que sempre foi a nossa principal cultura.

Para se ter uma idéia da gravidade da situação, bastaria um sobrevoo rápido sobre a região da Rodovia Belém-Brasília, para verificar-se a total ausência de terras preparadas para o plantio, isto numa região onde a C.F.P., no ano passado, teve que tomar uma série de medidas de emergência, para suportar a safra ali produzida.

Para concluir, Sr. Presidente, e repetindo, eu gostaria que V. Exª examinasse, com a nossa Mesa Diretora, a possibilidade do Senado Federal, utilizando o nosso es-

paço de tempo no programa *A Voz do Brasil*, que é um programa com muita audiência no meio rural, por 30 dias consecutivos, divulgasse um texto esclarecedor sobre a nova e auspiciosa realidade governamental para a nossa agricultura e com tal providência estaria a nossa Casa, efetivamente, contribuindo para atenuar a fome em nosso País.

O meu apelo, Sr. Presidente, poderá estar causando estranheza em V. Exª e à Casa lamentavelmente estou seguramente informado de que o Ministro da Agricultura, o eterno "primo pobre" da Administração, não obteve os recursos que pleiteou para uma campanha de esclarecimentos através dos meios da comunicação, e o fracasso da futura safra, não tenhamos dúvidas, será a grande vitória dos interessados no enriquecimento ilícito através dos juros privilegiados e que sempre serviram de instrumento para a escravidão da agropecuária.

Voltarei, Sr. Presidente, oportunamente, com farta documentação sobre o assunto. Por hoje, era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: "Um fraco rei faz fraca a forte gente" — dizia Camões, nos seus "Lusiadas", ao lamentar o período de Governo em que D. Fernando não conseguiu tomar o pulso de Portugal, para devolver-lhe uma rota à altura dos seus elevados destinos.

Os militares também costumam dizer que o chefe é o espelho da tropa, significando, por igual, que os líderes sempre assumem o papel que lhes desejam as bobas lideranças.

Essas lembranças nos vêm à memória, quanto, depois de brilhante quarentena, podemos julgar, como estadista, o vice-Presidente Aureliano Chaves, que se portou de tal forma no Planalto a ponto de ninguém perceber que se tratava de uma interinidade.

Dois dias antes de devolver o posto ao titular General João Figueiredo, dizia aureliano Chaves, ao receber cerca de trezentos empresários no Palácio do Planalto:

"Esta modesta experiência de transitar na Presidência da República me tornou ainda mais consciente de que o ato de governar é o ato de ouvir. Ouvir todos os setores, desde as lideranças até as próprias manifestações populares. É essa a forma de se minimizar os erros que podemos cometer e de maximizar as decisões acertadas que podemos tomar".

Em seguida, advertiria:

"O Governo deve ser cada vez mais permeável diante das manifestações do povo, refletidas através das lideranças. Estamos diante de reais dificuldades, condimentadas pelas dificuldades psicológicas. Isso reflete a necessidade de firmarmos um pacto estreito do Governo com a sociedade, pois é da sociedade a maior contribuição com que se pode contar agora. Os governantes se passam, e a Nação fica".

Há muito não ouvíamos, na Presidência da República, a voz de um mineiro apregoando a ordem e o entendimento. A abertura que todos nós desejamos está plenamente exemplificada nesse transito de Aureliano Chaves pela Presidência da República.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

**O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI** — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Na angustiante situação econômico-financeira por que passa o País, avultam as necessidades, permanentes e

emergenciais, dos Estados pobres, especialmente os situados no Nordeste brasileiro.

É que a cada dia crescem os problemas regionais, agravados pelos cortes, ampliações e extinções de programas especiais, pelas emissões, suspensões ou demoras nas transferências de verbas, pelas secas continuadas, pela inflação desenfreada, pela falta de oportunidade, pelo desemprego, pela miséria, pela fome.

Mais do que tudo isso, ao que parece, aquela área assiste, perplexa e indignada, a insensibilidade de alguns administradores, de certos setores governamentais, que se comprazem, desarrazoadamente, em criar obstáculos, em procrastinar medidas que importem, ao menos, na amenização das diferenças, das disparidades entre o Norte e o Sul do País.

Ao quadro de dificuldades apontadas somam-se, além de outras, o modelo de distribuição de rendas do País, que é concentrador, de tal sorte que aproximadamente oitenta por cento das receitas públicas são carreados para a União.

Em conseqüência, os Estados e os Municípios vivem à míngua, dependentes inteiramente do Governo federal, algumas vezes até para pagar os vencimentos do funcionalismo. E mais, a sistemática vigente desfigura o princípio federativo, atualmente mera ficção, simples dispositivo formal para encobrir a realidade da dependência daqueles a este.

Hoje, felizmente, a consciência da necessidade de mudança começa a empolgar o País. Do combate, a princípio quase escoteiro em favor das alterações, todos, governantes e governados, à frente a classe política, passaram a reclamar, por inadiável, uma nova ordem tributária no Brasil.

Evidente que no contexto reivindicatório devem ocupar importante lugar os Governadores de Estado, destacadamente os do Nordeste, região que, embora pareça exagero, continua exportando impostos para o centro-sul do País.

Senhor Presidente e senhores Senadores, mais do que as palavras, ensina a sabedoria geral, dizem os fatos. E os fatos, vários, foram alinhados pelo Governador Hugo Napoleão, do Piauí, em recente pronunciamento feito no plenário da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, e que, para conhecimento e memória de todos, peço faça parte integrante das considerações que ora trago a este plenário.

Solicito mais. Rogo a todos que não se detenham, apenas, nas tergiversações da administração federal, nos entraves criados, por via de modificações intempestivas, ao normal desempenho das atividades estaduais, na insegurança à realização das tarefas governamentais.

Sei que o Governador do Piauí foi veemente sem ser agressivo, que foi sincero antes de ser contundente.

É preciso ver nas palavras do Governador Hugo Napoleão, acima de tudo, o apelo à unidade de pensamento e de ação de todos os Governadores do Nordeste, requisito imprescindível à força política de que aquela área carece para participar, mais justa e equitativamente, da distribuição do bolo nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HELVÍDIO NUNES EM SEU DISCURSO:

(Discurso pronunciado pelo Governador Hugo Napoleão na reunião da SUDENE, em agosto de 1983.)

"Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Norte. Sr. José Agripino Maia, Presidente desta sessão. Senador João Lobo. Senador Aderbal Jurema. Senador Carlos Chiarelli. Deputado Cristino Cortes. Dr. Luis Sande, Presidente do BNDES. Deputado Felipe Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa

Ao reassumir seu elevado cargo, o Presidente João Figueiredo, curado e revigorado na sua saúde, fez um discurso de verdadeiro estadista, perante os Ministros de Estado, os chefes dos poderes, os governadores e os parlamentares, na esperança e na certeza de que possa se tomar os rumos do nosso desenvolvimento, o que nos enche a todos de júbilo e confiança.

Neste ensejo aproveito para convidar a todos os presentes para a próxima reunião ordinária da SUDENE, no dia 30 de setembro de 1983, na cidade paiuiense e litorânea de Parnaíba, e faço também questão, à semelhança do Presidente José Agripino, do Governador Divaldo Suruagy, do Governador Luís Rocha, e dos demais que se manifestaram, de consignar o apreço do Estado do Piauí pela Instituição Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. E quando o Governador João Alves, de Sergipe, fez referência ao Projeto Chapéu de Couro, gostaria de dizer aqui, que, na semana passada, entreguei ao presidente Luís Sande o Projeto Marfense que busca exatamente providências relativas a recursos hídricos de combate à seca, e fomos magnificamente bem recebidos como sempre, naquela instituição.

Mas, Sr. Presidente, há algumas coisas sobre as quais nós não podemos nos calar e temos que fazer reparos.

Quando aqui estive o Presidente em exercício, Aureliano Chaves de Mendonça, o Ministro do Interior Mário David Andreazza, daquela tribuna, dentre os vários benefícios englobados dos 131 milhões de cruzeiros, declarou que o Piauí receberia para reforma fundiária pelo INCRA, 950 milhões de cruzeiros, isso foi dito e foi registrado. Nós recebemos na semana passada, em Teresina, o aviso de que, desses 950 milhões, aproximadamente 200 milhões seriam cortados, e há indícios de que esses recursos foram para um Estado do Sudeste, que se supõe ser o Espírito Santo.

Ora, Sr. Presidente, é demais. Nós Governadores, sentindo na carne os problemas do nosso povo, vendo dia a dia as imensas dificuldades, vendo que a SUDENE procura colaborar conosco, nas frentes de emergência, e sentindo aqui os problemas relatados pelo Governador Roberto Magalhães, pelo Governador Divaldo Suruagy, de que eventualmente recursos do FINSOCIAL e do FINOR, estariam sendo desviados para outras regiões, nós já não podemos calar.

Eu digo que não estou em situação de deixar de receber esses recursos do INCRA, ainda que defasados, o Piauí não pode se dar ao luxo de recusar dinheiro numa hora dessas, mas eu quero consignar aqui o meu protesto, diante dessa medida, lembrando aos meus colegas governadores, que eles devem à sua vez, verificar em seus Estados quanto à verbas federais, se a liberação vai corresponder efetivamente ao anunciado.

Por isso trago o meu protesto, e a lembrança para que os governadores vejam, porque é possível que estejam levando dinheiro nosso do Nordeste. Além de não dar na altura que nós queremos, estejam levando para outras regiões do País, quando nosso povo morre de fome. Exemplos tristes como, por exemplo, buscando aqui a proposta orçamentária para 1984, verifica-se que, os recursos para o PROHIDRO tão importante para nós, ser aumentados em 84 apenas 66 por cento; que o Projeto Sertanejo apenas 81%; que a pequena irrigação, que teve uma proposta de 4 bilhões de cruzeiros, proposta essa recusada, quando a inflação que está em torno de 150 a 160 por cento, quer dizer, aonde é que nós estamos? O que é que nós estamos fazendo, se não clamar repetidas vezes, reclamar, exigir?

Vemos propostas orçamentárias como estas, os fatos como este que eu vou relatar a seguir. O Banco Central do Brasil passa para o governo do Estado do Piauí um

telex, dizendo ser impossível atender pleitos relativos ao PROVÁRZEAS e afirmando:

"Por oportuno, que não há possibilidades de atendimentos de pleitos de recurso ao amparo dos programas acima", sendo, vejamos bem, Srs. Conselheiros, "sendo pois ocioso formulá-los."

Quer dizer, não é de se admitir, não é de se aceitar que uma instituição passe para um governo de Estado um telex, mandando dizer para não fazer pedidos.

E outro fato que causa espécie: o *Jornal do Brasil*, de sexta-feira, 26 de agosto, página 15, publica informações da CACEX, afirmando que nós vamos importar arroz do Uruguai ao custo de cerca de 100 milhões de dólares, o que deve andar em torno de 70 bilhões de cruzeiros. Quer dizer, extinguem o PROVÁRZEAS, tão útil e indispensável — e o programa de arroz pelo PROVÁRZEAS não chegaria aos 70 milhões, ou, o País para de produzir, mas vai importar de outro país. Então, são fatos como esses, fatos como o do FINOR, que não podemos realmente calar.

Quero consignar aqui o respeito pela instituição SUDENE, e dizer que nós devemos utilizar a SUDENE e dizer que nós devemos utilizar a SUDENE também como uma tribuna nossa, vir aqui para protestar e dizer o que está acontecendo, e clogiar quando isso se fizer necessário como foi feito agora com o BNDES; mas se nós não levantarmos a voz, nós realmente seremos amanhã responsabilizados por omissão, e isso eu não desejo, quero chegar ao final do meu mandato, tendo o povo do Piauí dito que, pelo menos, o governador estava à altura das reivindicações do Estado.

Quanto ao FINOR o Decreto-lei nº 1.967, e a consequente Instrução Normativa nº 37, de 1983, é realmente não uma tentativa, mas algo de concreto, nós que tivemos no passado, 100 por cento dos incentivos fiscais, é que aceitamos os outros desdobramentos, inclusive o da SUDAM, estamos vendo hoje minguar os nossos recursos, e daí a luta por recursos. Nós não conseguimos porque, realmente, esvazia-se o FINOR.

O ideal é que o FINOR passasse a ter as suas opções incidentes também sobre os adicionais não restituíveis, como no passado, e que se estabelecesse tratamento à parcela do imposto devido destinado ao FINOR, no que diz respeito à correção monetária, igual àquele conferido a parte devida e recolhida ao Tesouro. Nós devemos nos unir — governadores, como unidos já estamos, nós devemos realmente ter aquele sentimento de fortaleza, porque a união faz a força, nós temos que partir daqui para a frente com mais agressividade, nós temos que entrar nos gabinetes e pedir, reclamar, exigir, reivindicar, porque se não nós ficamos esquecidos. Eu proponho, daqui para a frente, usando da tribuna da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste que é a nossa casa, levar à frente os nossos pleitos para que o nosso povo tenha dias melhores.

**O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Moacyr Dalla.

**O SR. MOACYR DALLA (PDS — ES, Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A tranquilidade e a segurança da família capixaba foram duramente atingidas nos últimos dias, abaladas por acontecimentos deploráveis que vieram inquietar a população da Capital e mereceram total e firme repúdio de todos os segmentos da sociedade espírito-santense, assim como a nível nacional.

São episódios que nada têm com o caráter, o temperamento e a formação de nossa gente, solidária e fraterna, a cuja consciência cívica, política, humana e cristã repugnam os atos de terrorismo, sempre inexcusáveis, sejam quais forem as motivações político-ideológicas de seus autores.

Estes, na sua frieza irracional, não passam de agentes da destruição cega que, na quase totalidade dos casos, vai vitimar pessoas inocentes e afrontar indistintamente a comunidade; representam o estertor da alucinação paranoica, que atenta contra as mais caras tradições da alma brasileira, sedimentadas ao longo de nossa história; seus atos constituem, ademais, brutal desrespeito às instituições democráticas e à consolidação do processo de abertura do regime.

Consoante já é do conhecimento de toda a Nação, na madrugada de terça-feira passada, duas bombas de elevado poder explosivo foram detonadas na região da Grande Vitória. A primeira deflagrou por volta das três horas e trinta minutos, produzindo danos consideráveis nas dependências do *Jornal da Cidade*, que se constituiu, sem favor algum, em um dos mais conceituados órgãos de comunicação do Estado, com desassomburada e marcante presença na formação da opinião pública capixaba.

Em decorrência do impacto causado pela explosão, foram igualmente afetados prédios adjacentes, casas, apartamentos e até um estabelecimento escolar de 1º grau, com estragos de variada extensão.

Cerca de uma hora após, outro engenho fatídico, com as características do anterior, explodiu em frente à residência do Deputado Estadual José Theodomiro Casagrande, no bairro de Campo Grande, da cidade de Cariacica; apesar de haver destruído parcialmente um veículo estacionado na vida pública, não houve felizmente vítimas a lamentar.

Ora, ainda a opinião pública não se havia recobrado do duplice atentado, eis que na madrugada seguinte nova irrupção do vandalismo veio perturbar a vida de nossa Capital, deixando seus habitantes em sobressalto, em face da pilhagem perpetrada contra a agência de publicidade Chaplin, a qual, segundo se informa, tem a seu cargo a atividade promocional do Governo do Estado. Dessa vez, os facinoras saquearam o acervo documental da agência e destruíram parcialmente suas instalações.

Tais fatos culminaram a série de atentados a bomba, havidos em Vitória desde 1981, todos com evidências de radicalização política e extremismos ideológicos, visando, em sua sanha deletéria, desestabilizar a ordem e a paz social, atingir as instituições e espalhar a insegurança.

Chega-se a comentar, inclusive, a participação de grupos ou pessoas inconformadas com a linha de atuação do *Jornal da Cidade*, que sempre manteve independência de crítica e pontificou em denunciar os desmandos, as irregularidades e corrupções que eventualmente surjam no cenário capixaba, constituindo-se uma tribuna livre para o debate amplo dos fatos importantes do panorama local e nacional.

Urge, por conseguinte, que o Governo do Estado, com o concurso dos organismos policiais federais, empreenda todos os esforços e promova as medidas necessárias para a apuração rigorosa de ocorrências dessa natureza, identificando os agentes do caos e da subversão, os artífices da destruição, para que recebam, nos termos da Lei, implacável punição. É imperioso coibir a eclosão de novos atentados para evitar o pior, ou seja, que fatos isolados venham a assumir contornos de convulsão organizada e incontida, capaz de levar o pânico aos grandes centros urbanos.

Registre-se que os episódios de Vitória diferem substancialmente daqueles que, ultimamente, vêm conturbando a normalidade de outras metrópoles, como os saques havidos no Rio de Janeiro, em cidades do Nordeste, porquanto estes se voltam contra armazéns, supermercados e estabelecimentos congêneres, e têm quando menos o pretexto, justo ou injusto, do quadro de miséria generalizado entre a população desassistida das periferias. As ocorrências de Vitória refletem, indistintamente, mo-

tivação subalterna e indefensável, e atos concretos de violência contra a ordem, as instituições e a incolumidade pública.

Por derradeiro, quero ainda outra vez, externar minha solidariedade às pessoas e organizações atingidas diretamente pelas malsinadas ações de criminosos que, na realidade, vitimam toda a gente capixaba.

Em particular, solidarizo-me com os integrantes da equipe do *Jornal da Cidade*, meus caros Djalma Juarez e Maria Nilce Magalhães, dois expoentes do melhor jornalismo em nossa terra, compartilhando as aflições desta hora mas convicto de que nem mesmo as investidas da violência e do radicalismo serão bastantes para conter a intrépida atuação de tão valoroso e responsável órgão da imprensa estadual.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas)** — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1981 (nº 3.247/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais, tendo

**PARECERES**, sob nºs 585 a 587, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável;

— de **Economia**, favorável, com Emenda que apresenta de nº 1-CE; e

— de **Finanças**, contrário, com voto vencido do Senador José Fragelli e voto vencido, em separado, do Senador Pedro Simon.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1983 (nº 88/79, da Casa de origem), que revigora, com nova redação, o art. 278 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a jornada de trabalho dos estivadores, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 552, de 1983, da Comissão

— de **Legislação Social**

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 1982 (nº 3.826/80, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo

**PARECER**, sob nº 627, de 1983, da Comissão

— de **Legislação Social**, favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Gabriel Hermes.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1981 (nº 99/81, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ 70.000.000.000,00

(setenta bilhões de cruzeiros), na forma da legislação em vigor, tendo

PARECERES, sob nºs 322 a 326, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: favorável, com voto vencido do Senador Orestes Quêrcia; 2º pronunciamento: ratificando seu parecer anterior;

— de **Economia**, favorável; e

— de **Finanças** — 1º pronunciamento: solicitando o reexame da Comissão de Constituição e Justiça, 2º pronunciamento: favorável.

5

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1982 — Complementar, de autoria do Senador Itamar Franco, que veda a instituição ou majoração do tributo por decreto-lei e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 688, de 1983, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 781, de 1983, de autoria do Senador Virgílio Távora, solicitando, nos termos do art. 371, alínea e, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1983 (nº 881/79, na Casa de origem), que regula o exercício da profissão de Técnico em Planejamento Turístico e determina outras providências.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1982, de autoria do Senador Nelson Carneiro, revogando dispositivos da Lei nº 7.016, de 23 de agosto de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970, tendo

PARECERES, sob nºs 689 a 691, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade, e, no mérito, favorável;

— de **Serviço Público Civil**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

8

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de Magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER sob nº 634, de 1983, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio.

9

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 775, de 1983, de autoria do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão para a sessão de 7 de outubro do corrente ano.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DINARTE MARIZ NA SESSÃO DE 13-9-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SÉRIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. DINARTE MARIZ (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Difícil é começar o meu discurso. Mais difícil será agradecer a Deus a ventura de aqui estar, nesta hora, e nesta tribuna.

Mas, talvez, eu pudesse, como em muitos acontecimentos iguais a este, poupar-me das emoções, que já vêm sendo longas, através de mais de 10 dias de homenagens e de reconhecimento do povo da minha terra à luta que tenho travado, desde minha mocidade, em defesa da nossa gente.

Podia também dizer que este é o momento mais feliz da minha vida, mas à palavra felicidade, todos apelam, apesar de ser, realmente, muito expressiva, tem uma conotação interessante, ninguém a define, é um estado de espírito. E por isso prefiro dizer ao Senado que este momento é o mais significativo da minha vida pública.

Aqui cheguei em pleno desenvolvimento da minha luta em defesa de princípios, depois de caldeado nas lutas do meu Estado, para me somar e para aprender, na escola de muitos homens eminentes que por aqui passaram, como melhor servir a minha Pátria.

Devo dizer a todos que esta Casa foi para mim mais do que uma universidade, porque talvez se tivesse passado por uma universidade, não teria conseguido aprender tanto, receber tantos ensinamentos, capazes de me tornar um servidor, um cativo da coisa pública, em defesa do povo brasileiro e, sobretudo, da democracia, sempre cambaleante, que nos oferece momentos, às vezes, de euforia, mas que foge quando pensamos em construir um patrimônio para as gerações que vêm.

O Sr. Lenoir Vargas — V. Exª me dá licença de um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Lenoir Vargas — Deixei para apartear V. Exª, prestando a homenagem que Santa Catarina lhe deve, justamente neste momento em que V. Exª demonstra sua emoção, que nós talvez, nunca cheguemos a atingir, por receber do Senado da República a homenagem unânime que V. Exª está recebendo. E também não aparteei o nosso Líder Virgílio Távora porque, nas suas reminiscências, nas águas em que andava, evidentemente, eu era um desconhecido e elas falavam muito mais ao coração de V. Exª. Deixei para falar agora para dar um testemunho de que também do outro lado da barricada, daqueles tempos que passaram, Dinarte Mariz era uma figura querida. No tempo da minha mocidade, Deputado Estadual ainda, pessedista comandado de Nereu Ramos, com as naturais reservas que havia com aqueles que integravam os quadros da UDN, certa vez, na província, falei a Nereu Ramos nas figuras nacionais e perguntei: "Dr. Nereu, e esse Dinarte Mariz?" que era um dos pró-homens da UDN. E Nereu Ramos me disse: "Esse Dinarte Mariz é meu amigo". Então, antes de ser eleito Deputado Federal, há mais de vinte anos atrás, eu já passara a ser, sem conhecê-lo, amigo de Dinarte Mariz, pois que assim se fazia naquele tempo na política nacional. Depois, da convivência, mais se acentuou este respeito,

esta ternura e esta amizade pelo grande chefe do Rio Grande do Norte, que, durante anos e anos, transformou-se numa constante da vida pública brasileira dos últimos trinta ou quarenta anos. Há figuras na vida do Congresso, nestes últimos trinta anos, que são uma constante, que são permanências que continuam e que são referências, sobretudo nos momentos críticos da vida nacional. Por isto, meu caro companheiro Dinarte Mariz, tive oportunidade, também, no Rio de Janeiro, de testar as palavras que há mais de vinte anos me havia dito Nereu Ramos, e o convidei para uma reunião a que o caro amigo, junto com o velho companheiro Vitorino Freire, compareceu. Então, houve a reafirmação daquilo que dizia Nereu há vinte e tantos anos: Dinarte Mariz é meu amigo. E é por isto, com esta emoção, que transmito as saudações de Santa Catarina a este homem público da melhor cepa, guardião ainda daquele velho espírito público que é o único capaz de reabilitar e de elevar a Nação brasileira. Felicidades, Dinarte, que continuem os seus sucessivos mandatos, para que na vida pública do País esta constante, esta permanência, este ponto de referência, esta cepa possa nos ajudar nos caminhos difíceis que ainda devemos percorrer.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço emocionado o aparte do caro colega Lenoir Vargas, que citou o nome de Nereu Ramos mais de uma vez. Eu que fui um homem da UDN e que entrei na política por idealismo, tive em Nereu Ramos um dos grandes mestres da minha vida pública. Certa vez, numa reunião da UDN, quando se discutia uma sucessão presidencial da República, afirmei aos meus companheiros que, se o escolhido fosse Nereu Ramos, eu votaria nele; não só votaria como trabalharia por ele, pois achava, naquela época, que ele representava uma das expressões de maior destaque da vida pública da nossa Pátria. E dele recebi orientação em muitas ocasiões, dentro do Congresso, quando eu o tinha como colega e Presidente desta Casa.

Quando ele estava na Presidência da República, eu era o único homem da UDN que comparecia para cumprimentá-lo. Certa vez, em uma reunião a 1º de janeiro, ao chegar ao seu Gabinete, cercado de militares e de correligionários, ele teve esta expressão: "Recebo os cumprimentos de Dinarte, com o maior agrado, porque ele foi a maior revelação do Senado durante este ano". E eu respondi: "Presidente, isto é bondade, é amizade". A resposta foi esta, muito dele: "Não faço desses favores a ninguém". Esta foi uma das grandes honras da minha vida pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero que me perdoem, talvez não coubesse abordar dois assuntos que esta oportunidade me permite, para dar minha opinião sobre acontecimentos do nosso Nordeste e do momento político nacional.

No Nordeste, Sr. Presidente, tem gente morrendo de fome. As frentes de trabalho das tais emergências, são um amontoado de desconsertos que permite pessoas morrerem de fome, como eu testemunhei, na minha terra. Lá uma pobre mulher desesperada se enforcou, para não ver duas filhinhas passarem fome, sem que ela tivesse recursos para atendê-las.

Na minha opinião, temos que apelar, nesta hora, hora grave que estamos vivendo, principalmente para os governadores que encarnam o sentimento popular da nossa região, e em que, pela primeira vez, na história do Nordeste procurem se unir para defender o povo da nossa região. Não é possível, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta altura da vida, nesta civilização dentro da qual já caminhamos tanto, chegar ao ponto de testemunhar patrióticos nossos morrerem de inanição, por falta de alimentos. Gostaria de não falar deste assunto, porque me emocionou.

Com mais de vinte anos de SUDENE o descontrole é total. Apelei para o Ministro Mário Andreazza. Mostrei-

lhe que a maneira com que estão fazendo o atendimento não evitaria que muitas pessoas empobrecidas, e já alcançadas pelo meio carente da nossa região, pudessem resistir se não houvesse uma assistência total e perfeita junto ao povo sacrificado. É lamentável! Emociona, porém mais do que emoção, me revolta. O governo têm remetido recursos para assistir aos flagelados do Nordeste, mas tem gasto muito pouco no Nordeste. Realmente tem ido dinheiro para atender aos famintos da seca, mas tem ido muito pouco dinheiro para resolver os problemas do Nordeste. Esta é uma verdade. Nós do Nordeste devemos nos reunir, para impor — a palavra é essa: impor — uma solução para que isso desapareça, para que nesta Pátria tão grande, tão dadivosa, não fique essa mancha na História.

O Brasil não pode continuar dividido em dois países — um rico e desenvolvido, outro empobrecido, carente de recursos que permitam soluções para seus problemas.

**O Sr. Alberto Silva** — Nobre Senador, permite V. Exª um aparte?

**O SR. DINARTE MARIZ** — Com prazer.

**O Sr. Alberto Silva** — Nobre Senador Dinarte Mariz, V. Exª está sendo homenageado nesta tarde. Todos nós aqui reunidos dissemos alguma coisa, em nome do nosso Partido, muitos em nome pessoal, pelos seus 80 anos bem vividos, sofridos, destemidos, em favor do Nordeste e da gente nordestina. V. Exª exatamente no momento em que agradece a homenagem justa que esta Casa lhe presta, hoje, ainda tem o tempo e sai do agradecimento para clamar contra, mais uma vez, a situação em que vive o povo do Nordeste. V. Exª cita fatos. Assisti fatos lá agora que visitei o Nordeste. V. Exª clama por uma unidade de ação, por um melhor atendimento, porque às vezes o dinheiro que vai não está resolvendo. Está morrendo gente de fome nas frentes de emergência. Paga-se um salário, é verdade, mas não se leva comida às frentes de emergência. O homem vai ter que arranjar o fornecedor lá atrás, na retaguarda, e o fornecedor não tem capital para aguentar o fornecimento. Então, há um descontrole, há um descompasso, no comando do atendimento da calamidade do Nordeste. V. Exª empolga todos nós quando, na sua idade, e hoje, numa festa sua, clama por decisões governamentais pelo Nordeste. Nobre Senador Dinarte Mariz, V. Exª com essa sua colocação, ainda assim, para nós outros se coloca naquela posição de comandante destemido da gente nordestina. Meus parabéns, meus cumprimentos pela conclamação que faz nesta tarde.

**O SR. DINARTE MARIZ** — Muito obrigado, caro colega.

Trazia para ler telegramas que passei aos dois Presidentes da República — ao que saiu há poucos dias, e ao que está no momento — aos eminentes Presidentes Aurliano Chaves e João Baptista Figueiredo e ao Ministro Mário Andreazza, denunciando a humilhação que estamos sofrendo e que deixo para serem anexados ao meu discurso. Citei vários casos. Enquanto desta tribuna pedia a anistia para aqueles que lutam na agricultura na Região do Nordeste, que estão com cinco anos sem produção, a resposta foi o aumento dos impostos de 400%. Falei sobre a nossa luta para defender o pecuarista e o agricultor. Enquanto o Banco Central nos atendia mandando fazer um reajuste nas nossas dívidas, o Banco do Brasil faz exatamente o contrário: O Banco Central em sua Resolução nº 789 recomendava que apressasse o processo evitando que se fizessem investigações, nem mais visitas às propriedades, o Banco do Brasil apareceu com dez exigências — dez! — incapacitando que se efetivasse realmente a portaria do Banco Central.

Fui solidário com todos aqueles que bateram às portas do Governo para dar assistência às vítimas das enchentes

no Centro-Sul do País, mas enquanto as reconheciam e o Presidente da República assinava um ato dizendo que o aumento da energia não se aplicava ao Centro-Sul do País, nós do Nordeste há 5 anos vamos pagar o aumento que o Governo dispensava para outra região. Tenho confiança em que os governadores da minha região se unirão para dizer ao resto do País: "Venham ao encontro do Nordeste!" ...

**O Sr. João Calmon** — V. Exª permite um aparte?

**O SR. DINARTE MARIZ** — "... Venham ver o nosso sofrimento e venham nos ajudar a que pare de uma vez a humilhação a que estamos submetidos!"

**Ouçõ V. Exª, nobre Senador João Calmon.**

**O Sr. João Calmon** — V. Exª, nobre Senador Dinarte Mariz, emociona o Senado ao transformar o seu agradecimento à esta justa homenagem, que lhe prestamos, num libelo contra a insensibilidade do Poder Público, que tem massacrado o Nordeste. A propósito do tema da seca, devo lembrar que o eminente Senador Luiz Viana declarou, neste plenário, que "o problema mais grave do Nordeste não é a seca; é a ignorância!" Eu acrescentaria: a seca é cíclica. Entretanto, não por culpa dos nordestinos, mas por culpa do abandono a que é condenada aquela área sofridora do Brasil, a ignorância é permanente e tende a agravar-se. Nesta hora, marcada pela emoção, devo exaltar em V. Exª não apenas o parlamentar excepcional, mas principalmente o homem público responsável pela fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, um estabelecimento de ensino superior de que se orgulha todo o Brasil.

No momento em que V. Exª recebe esta consagrada homenagem do Senado da República, não poderia deixar de acentuar que, talvez, um dos traços mais marcantes da sua personalidade é o de benemérito da educação, numa terra onde, segundo afirmou o Secretário da Educação, Sr. Genivan Josué Batista, em depoimento prestado há poucos dias na Comissão de Educação e Cultura do Senado, há professoras municipais, no interior do Rio Grande do Norte, que ainda ganham entre 420 e 500 cruzeiros por mês. Dentre todas as tragédias que emocionam o Brasil, em relação ao Nordeste, não é possível deixar de focalizar também esta, principalmente quando se homenageia o eminente Senador a quem o Rio Grande do Norte deve a fundação da sua magnífica Universidade. Muito obrigado.

**O SR. DINARTE MARIZ** — Sou muito grato a V. Exª, meu caro colega Senador João Calmon. Realmente, no meu Governo tive a maior preocupação cuidar da educação. Eu trazia, na memória, no aprendizado político que fiz, as lições que recebi de uma das maiores figuras deste País, de um dos maiores democratas que conheci, eu trazia e guardava bem, na minha memória o exemplo do velho José Augusto Bezerra de Medeiros que, quando Governador, fez do Rio Grande do Norte o segundo Estado em escolarização no Brasil. O primeiro, foi São Paulo, seguindo-se o Estado do Rio Grande do Norte. Eu cuidei realmente da instrução pública, não só criando a Universidade, mas levando para o interior posteriormente o campus universitário. E mais, naquela época, quase não havia ginásios no interior, então criei seis. De maneira que a minha administração foi numa época bem diferente da atual. Costumo dizer que o último Governador que governou o Rio Grande do Norte, fui eu, porque fui o único que governou com recursos do Estado. Daí em diante, os Governadores se transformaram em gerentes, recebem recursos para distribuir, gerenciam a coisa pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço desculpas por abordar este assunto e outro que, em seguida, vou abordar. Este assunto e o outro talvez não tivessem uma voz aqui nesta hora — com tanta precisão e testemunho que

sou do desenvolvimento da História Política e Econômica do meu País. Fazia parte dos meus planos renunciar ao meu mandato aos 80 anos de idade. Mas, quando cheguei aos 80, recebi do meu Estado a maior de todas as manifestações prestadas a um homem público do meu tempo, então pensei que neste momento tinha o dever de atender a uma convocação. É como se eu estivesse renascendo aqui para novas lutas. (Muito bem!). Por isso e, quando vi a cidade que me ensinou a lutar, e na presença de mais de duas mil pessoas — não era um comício, eram participantes de uma homenagem, de amor, vindos de todos os recantos do meu Estado — senti que se tratava de uma convocação para que continuasse lutando.

Então, estou aqui defendendo o meu Nordeste, defendendo o meu Estado, atendendo à convocação daquela cidade de onde eu venho, que me convoca para novas caminhadas e para novas lutas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, vou fazer uma análise da situação política em que nos encontramos. Sei que, para muitos, serei inoportuno. Mas, para minha consciência, para minha sensibilidade de homem público é um dever. Tenho que ser autêntico na análise que estou fazendo. Gostaria de ter força de convencimento para sensibilizar esta Casa e a Câmara Federal, Senadores e Deputados, para num pacto cívico traçar rumos para o futuro político do nosso País. Cabe ao Congresso, realmente, as diretrizes democráticas de uma Nação, e não ao Presidente Figueiredo, que já fez a abertura política e que tantos frutos benéficos já colhemos. Congresso amortecido não é Congresso; Congresso que briga por coisas pequeninas, sem pensar no futuro do País, não é Congresso; Congresso só se afirma quando defende ideias, princípios e as grandes causas quando a Nação está em risco. Este é o Congresso que eu gostaria de ver. Este é o Congresso que nós precisaríamos, nesta hora, convocar. Os partidos políticos estão aí, as brigas são internas, mas há uma coisa maior do que as brigas dentro dos partidos: é o interesse maior, é o interesse da Nação. Porque se não nos capacitarmos disso, pior do que tem acontecido acontecerá. E então nós cairemos diante do povo, sem poder dar uma explicação e, muito menos encontrar caminhos para que, amanhã, o povo possa crer e voltar às vistas para nos apoiar; prejudicando as gerações que hão de chegar para a grande caminhada do futuro.

Vamos nos unir, o Congresso todo! Vamos apagar as paixões políticas e as questões ideológicas para, depois então, encontrarmos os caminhos largos onde cada um possa manifestar o que pensa e defender as suas idéias e os seus princípios. Mas, vamos primeiro, pensar em nossa Pátria. Vamos ajudar o Presidente, que fez uma abertura política, e que deve ser poupado, continuando como o avalista e fiel responsável pela introdução do regime democrático. A imprensa fala muito em consenso, mas, politicamente, isso só é possível nos regimes totalitários. O Congresso soberano, como autêntico condutor da democracia em nosso País, seria a maior compensação que poderíamos oferecer ao Presidente Figueiredo na sua luta obstinada para fazer do Brasil um País democrático.

Agora, o que precisa é que este Congresso o ajude, unindo-se para fazer uma reforma constitucional, porque quem a fará é o Congresso.

**O Sr. Humberto Lucena** — Muito bem!

**O SR. DINARTE MARIZ** — Então, amanhã, se nós cairmos numa situação pior, que ninguém jogue pedra no Presidente e nem no sistema que está aí, porque temos um Congresso funcionando que pode salvar a Nação, este País tão grande, tão necessitado de lideranças e de rumos para traçar aquilo que é a esperança de nosso povo.

**O Sr. Mário Maia** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Dinarte Mariz? (Assentimento do ora-

dor.) Ao contemplar V. Exª nesta tribuna do Senado da República, neste instante, vêm-me á lembrança os versos do poeta:

“Quando vires na estrada esbatida e turva  
Tremar a alvura dos cabelos meus,  
Irás pensando pelo teu caminho  
Que essa pobre cabeça de velhinho,  
É o lenço branco que te diz adeus!”

Ao ver V. Exª na tribuna, ao contrário do poeta que dizia adeus, eu vejo que a inteligência de V. Exª, sob a alvura de seus cabelos, é um lenço de paz que se diz presente aos 80 anos de sua fecunda existência. Nobre Senador Dinarte Mariz, ainda buscando a inspiração dos poetas, com licença aqui dos baianos, citando Castro Alves, quando ele dizia que: “As águias nascem pequenas, mas quando crescem-lhe as penas, sabem bem alto voar”. A existência de V. Exª, não querendo comparar V. Exª com a águia mas com o vôo altaneiro do pássaro, tem, ao longo da sua vida política, ao longo de sua vida dedicada à coisa pública, tem sido um vôo sereno bem acima dos horizontes das coisas pequeninas. É neste momento que seus pares trazem a homenagem simples, singela mas nascida do coração para contribuir com os registros dos Anais desta Casa, dos grandes homens que por ela passaram, V. Exª, ao agradecer essa homenagem também homenageia o Congresso Nacional, dando o exemplo de sua lucidez e de seu patriotismo, clamando por justiça, para que os seus irmãos do Nordeste, como os nossos irmãos do Norte, porque também somos descendentes de nordestinos, possam ter as suas vidas presentes, menos sofridas e um futuro mais alvissareiro. Portanto, nobre Senador Dinarte Mariz, quero deixar registrado a presença do meu Estado, o Estado do Acre, na homenagem que os Senadores lhe prestam neste instante, no momento em que a sua existência registra os oitenta anos de idade. Muito agradecido pela sua atenção.

**O SR. DINARTE MARIZ** — Eu que agradeço a V. Exª, meu caro colega pelo Acre.

**O Sr. José Lins** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. DINARTE MARIZ** — Com muito prazer.

**O Sr. José Lins** — Nobre Senador Dinarte Mariz, esta reunião se destina a homenagear V. Exª. No entanto, V. Exª passa por sobre esses elogios para debruçar-se sobre os grandes problemas regionais e nacionais. Essa é mais uma razão, nobre Senador Dinarte Mariz, por que esse sertanejo hoje homenageado me causa tanta admiração. Mais do que isso, a vida de V. Exª me fascina. Tenho acompanhado o seu trabalho em prol da nossa região. Na paisagem do sertão V. Exª é assim como um grande juazeiro a cuja sombra nós abrigamos, nós os nordestinos todos. A admiração que tenho por V. Exª não é de hoje. Há companheiros a quem nós admiramos, mas há outros a quem, mais do que isso, nos afeiçoamos. V. Exª é como uma grande árvore que, plantando as raízes na terra seca do Nordeste, lança a sua sombra sobre todo o País. Fique certo V. Exª que as lições que nos tem dado através dos tempos não serão esquecidas. Na ocasião mesma em que homenageamos V. Exª, V. Exª deixará tudo de lado para se preocupar como sempre fez, durante toda a sua vida, com os nossos grandes problemas e com a grande causa nacional. Receba as nossas homenagens, a nossa admiração e, mais do que isso, o nosso afeto.

**O SR. DINARTE MARIZ** — Muito obrigado, meu caro colega Senador José Lins.

Eu não desprezei as palavras dos companheiros, eu não olvidei um só pensamento e uma só das manifestações que aqui recebi, porque elas falaram diretamente ao meu coração.

**O Sr. Gastão Müller** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. DINARTE MARIZ** — Pois não.

**O Sr. Gastão Müller** — Senador Dinarte Mariz, lá, em Mato Grosso, em Cuiabá, no velho PSD, eu já conhecia V. Exª como um dos líderes da falecida e gloriosa UDN. Em 1968, vindo para cá, tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, e, por circunstâncias da minha função naquela época, entrosei-me com V. Exª. Lutei pela causa de V. Exª no órgão em que trabalhava. No entanto, não fomos felizes naquele momento, para sorte de V. Exª, porque logo depois V. Exª saiu-se muito melhor da empreitada, na solução daquilo que se tinha em mente. E um parente meu, que era Líder aqui e de quem V. Exª era amigo refiro ao Senador Filinto Müller — perguntou-me se eu havia conseguido resolver o problema do Dinarte. Eu lhe disse: Da minha parte sim, mas a solução é colegiada e o colégio não foi a favor da solução do Dinarte Mariz. Mas, perguntou-me ele: Você foi correto com ele? Respondi-lhe: Corretíssimo, e ele sabe disso. Então, disse-me ele: Você ganhou um amigo, porque Dinarte Mariz tem como uma das características de sua personalidade ser amigo dos amigos: ele é homem para morrer pelos amigos. De modo que V. Exª granjeou para o resto da vida um grande amigo. E eu quero, neste momento, testemunhar que tenho a honra de ser amigo de V. Exª, como tenho a satisfação de saber que V. Exª é um grande amigo meu. Muito obrigado a V. Exª

**O SR. DINARTE MARIZ** — Eu quem agradeço a honra de seu aparte. Realmente eu me prezo e me honro da amizade de V. Exª.

Reafirmo a esta Casa que outro não é meu objeto, senão colaborar dentro de minhas limitações, para que um dia possamos respirar o ar puro da Democracia como uma dádiva de Deus a essa grande Nação.

**O Sr. Aloysio Chaves** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. DINARTE MARIZ** — Com todo prazer.

**O Sr. Aloysio Chaves** — Nobre Senador Dinarte Mariz, em nome de nosso Partido e de nossa Bancada, falou hoje nesta Casa, na homenagem especial que o Senado Federal tributa a V. Exª, o eminente Senador Virgílio Távora. Mas em face dos pronunciamentos posteriores, como Líder da Maioria nesta Casa, não posso deixar de associar-me também, prazerosamente, às homenagens que o Senado da República presta ao eminente filho do Rio Grande do Norte. Na data do natalício de V. Exª deu-lhe o Rio Grande do Norte um testemunho público de apreço, numa homenagem excepcional organizada naquele Estado. Nessa oportunidade enviei-lhe telegrama que desejo ler para que fique nos Anais do Congresso:

“Excelentíssimo Senador Dinarte Mariz  
Rua Açu, 507  
Natal — Rio Grande do Norte

Cumprimento eminente colega e dileto amigo em meu nome e da Bancada do PDS pelo transcurso sua data natalícia associando-me, as justas e excepcionais homenagens que lhe estão sendo tributadas pelo povo do Rio Grande do Norte a que tem servido com dedicação inexcedível e patriotismo, como brasileiro ilustre a quem a Pátria também homenageia.

Cordiais Saudações  
Senador Aloysio Chaves

Esta a manifestação que peço a V. Exª permissão para inserir no seu discurso do dia de hoje.

**O SR. DINARTE MARIZ** — Meu caro Líder, é uma honra para mim ter a palavra de V. Exª inserida no meu

discurso. Não sou daqueles que pedem desculpas por ter cometido pensadamente determinadas atitudes. Mas gostaria que minhas palavras não fossem olvidadas. Gostaria que o Presidente do nosso Partido, este homem de inteligência clara, que ainda em plena mocidade já conquistou tantas glórias, gostaria que S. Exª pensasse neste meu pronunciamento e verificasse se realmente a minha vivência, as minhas lutas do passado, a minha sensibilidade não estão convocando esta Nação para alguma coisa em benefício de todos.

**O Sr. Saldanha Derzi** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. DINARTE MARIZ** — Com muito prazer.

**O Sr. Saldanha Derzi** — Nobre e queridíssimo amigo, Senador Dinarte Mariz, somos companheiros no Congresso Nacional há 29 anos e correligionários na velha, querida e saudosa União Democrática Nacional. Muita luta tivemos juntos. Fui seu companheiro em todas as horas, as mais difíceis desta Nação, inclusive, até, na conspiração, quando esta Nação estava à beira do abismo e do caos. Contribuímos para que realmente saíssemos daquelas dificuldades, que hoje, lamentavelmente, estamos vendo que se aproximam dias negros como naquela ocasião. Mas, sou testemunha da fibra, da valentia, do companheirismo, da lealdade de V. Exª. V. Exª foi um grande amigo dos seus amigos. V. Exª foi um lutador e o Senado Federal presta-lhe esta homenagem que realmente não poderia ser melhor adequada, aqui nesta Casa do Congresso Nacional, que V. Exª serviu por tantos anos e dignificou com a sua presença. Congratulo-me com o Senado Federal por prestar esta homenagem a um dos grandes homens públicos desta Nação.

**O SR. DINARTE MARIZ** — Muito grato ao velho e querido companheiro de tantas lutas do passado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Virgílio Távora, que eu vi quase nascer politicamente, quando chegou para a vida pública, ostentando dos Távora o brasão. Com o tempo substituiria a figura veneranda, querida e respeitada o Dr. Fernando Távora, seu honrado pai, na época dignificando esta Casa e cuja amizade eu guardo na lembrança como um dos melhores galardões da minha vida pública. Virgílio Távora foi uma revelação. Dentro de pouco tempo já era um líder dentro da nossa agremiação. Hoje está aqui nesta Casa, não só honrando-a mas, sobretudo, com a sua sabedoria, a sua cultura, prestando grandes serviços ao nosso País. S. Exª emocionou-se, falando daquelas figuras que comigo mantinham uma amizade fraterna, coisa que, realmente, parece que os anos carregaram — não sei se é a minha velhice que já não distingue muitos dos que nos irmanam na convivência.

Ouvi a palavra de Alberto Silva, nordestino, homem que governou o Piauí com tanta sabedoria e que ainda hoje luta em legenda diferente, mas sempre com o mesmo amor voltado a sua terra. A palavra de Nelson Carneiro, que foi meu companheiro político. Recordou viagens a minha terra, ao meu Estado em minha companhia, para nos ajudar politicamente, numa época em que sua brilhante inteligência já o destacava no cenário da política nacional, como uma das melhores e mais dignificantes que apareceram para servir a nossa Pátria.

Ouvi a palavra de todos que aqui me apartearam, cada um trazendo um depoimento, um estímulo, mas não posso deixar de me referir, também, àqueles que do outro lado, pertencentes a outros partidos, reconheceram que, na luta que se trava, na hora do ombro a ombro, defendendo idéias, princípios, em benefício do nosso País, somos todos irmãos, porque aí eu não diferencio o brasileiro que defende a sua Pátria, dentro de uma legenda, do outro brasileiro que está ao meu lado, defendendo a mesma idéia.

Conseqüentemente, quero trazer não o agradecimento formal, a repetição, mas repetir mais uma vez que este momento é o mais significativo da minha vida pública e, encerrando, dizer também a todos aquilo que há poucos dias disse no meu Estado. Brasil, eu não te faltei! (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é efusivamente cumprimentado.)

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.  
DINARTE MARIZ EM SEU DISCURSO:**

Presidente João Figueirêdo  
Presidente da República  
Palácio do Planalto  
Brasília — DF.  
29-8-83

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para cumprir o doloroso dever de comunicar que ontem vg em Serra Negra do Norte — RN vg uma mulher preferiu sacrificar a vida vg por suicídio vg a ver suas duas filhinas morrerem de fome pt A recusa da SUDENE em entender os trabalhos emergenciais às cidades onde há cinco anos sofrem os efeitos da seca evitando o alistamento de mulheres e menores famintos vg se perdurar termos que testemunhar o quadro mais doloroso deste século no Nordeste pt A mortalidade infantil está atingindo nesse setor óbitos nunca registrados pt Respeitosas saudações vg Senador Dinarte Mariz vg Presidente da Comissão de Segurança Nacional.

Presidente Aureliano Chaves  
Palácio do Planalto  
Brasília — DF  
19-8-83

Tenho a honra de dirigir-me ao Eminentíssimo Presidente et preclaro amigo para levar ao seu conhecimento um dos muitos acontecimentos com que vem se procurando iludir et humilhar o Nordeste jah por si cansado de sofrimento et desencanto no momento exato em que o seu povo sofre as conseqüências de cinco anos de estiagem pt Trata-se de mais uma vez procrastinar medidas descumprindo recomendações de setor do próprio governo posta no papel pelo Banco Central vg em junho próximo passado vg para soh agora o Banco do Brasil aparecer com exigências que revelam o propósito de tornar inexecutível as medidas ilusórias recomendadas pela circular nº 789 vg do Banco Central pt Transcrevo abaixo itens normativos constantes da referida circular et as exigências do Banco do Brasil pt Banco Central abre aspas a consolidação tem por objetivo propiciar a mais rápida recuperação dos produtores prejudicados devendo vg portanto vg ser processada sem cautelas burocráticas ou formalismo excessivos vg dispensado pois a realização de vistorias aos Imóveis et outras diligências similares fecha aspas abre aspas comportamento do Banco do Brasil — exigências : 1 — Certidão et Registro do Imóvel; 2 — Certidão da Inexistência de onus; 3 — Certidão Negativa de Protestos de Títulos nos últimos cinco anos vg de Ações Cíveis vg Criminais et Trabalhista; 4 — Certidão negativa de Protesto contra Alienação de Bens vg no período de dez anos; 5 — Certificação de Cadastro do INCRA; 6 — Certidão Negativa de Ações Cíveis vg Fiscais et Criminais obrigatórias à Justiça Federal pt Cíveis et Fiscais vg Estaduais et Municipais fecha aspas recomendação do Banco Central abre aspas da mesma forma não se enquadram nos dispositivos desta circular os financiamentos à Agricultura vg à atividades Pesqueiras et à criação ou engorda vg resalvados os casos em que comprovadamente a estiagem tenha ocasionado perdas às explorações fecha aspas comportamento do Banco do Brasil — está mandando executar todos devedores que usaram o crédito para recria pt Necessitar comprovar que a estiagem no semi-árido do Nordeste vem prejudicando o setor Agropecuário quando o próprio Governo vem

mantendo vg permanentemente vg as frentes emergenciais pt Eh em escárnio ao nosso sofrimento pt Num jogo duplice o Banco do Brasil protesta os títulos dos Pecuaristas et dá instruções para que os benefícios da portaria do Banco Central não sejam atribuídos à aqueles que tenham os seus débitos em execução pt Gostaria que a sensibilidade do Estadista comprovada na sua brilhante vida pública estendesse ao Nordeste vg na área do semi-árido vg os benefícios sobre o aumento de energia recentemente conferido ao Centro-sul do País pt Acho justo et deixo ao julgamento de Vossa Excelência para que o Nordeste na sua área atingida por cinco anos de estiagem receba idênticos benefícios pt Confio na ação pronta et enérgica do Governo corrigindo tão esdrúxula situação que antes de nos humilhar nos revolta pt Pior do que se deixar escravizar por potência estrangeira eh ser escravo dentro da sua própria pátria pt Perdoe-me Presidente a linguagem que estou certo representa a revolta do Nordeste na hora do seu maior sofrimento pt Atenciosas saudações vg Senador Dinarte Mariz vg Presidente da Comissão de Segurança Nacional.

Ministro Mário David Andreazza  
Palácio do Governo  
Natal — RN  
2-9-83

Agradeço ao ilustre Ministro e velho amigo o convite que me fez para assistir a assinatura de Convênios com o Governo de meu Estado pt Infelizmente motivo supervenientes não me permite está presente a tão importante solenidade como desejava pt Faço votos que se concretize em tempo hábil o que a Imprensa já antecipa vg permitindo ao jovem competente e obstinado Governador José Agripino vencer os obstáculos quase intranponíveis semeados no itinerário de sua promissora administração pt Necessitaria mesmo com sinceridade e objetividade analisar os riscos que nos cercam indicados pela visão que a idade e a experiência me permitem pt quando aguardava o resultado das solicitações feitas da Tribuna pt para uma Anistia dos Impostos devidos pelos Agricultores vg nos Municípios atingidos por cinco anos de estiagem vg a resposta foi o aumento de até 400% pt Conseguimos depois de vários entendimentos com o Banco Central uma solução para os débitos dos Agropecuaristas com os Bancos Oficiais Recomendada pela Portaria 789 pt Em seguida tivemos a surpresa do Banco do Brasil seu Executor contrariando todo texto daquela portaria fazendo exigência que torna inexecutível as medidas já oficialmente comunicadas aos Congressistas pt Parece que das seis exigências adicionais pelo Banco do Brasil apenas uma foi omitida a da fome pt Isso num País que criou um Ministério da Desburocratização pt Enquanto isso o Banco do Brasil manda para Protesto os títulos dos débitos tomados para recria vg ignorando a Portaria do Banco Central que admite um entendimento aos que tenham tido seus rebanhos prejudicados pela estiagem pt Quais os que não tiveram? Fui procurado por vários prefeitos cujas Prefeituras se acham em atraso com a Previdência Social pt Procurei o Ministro et fazendo uma exposição da penúria em que se encontravam as finanças daquelas comunas e a resposta foi ativar a cobrança com correção Monetária pt recentemente o Governo protegeu o aumento de energia aos Estados do Sul prejudicados por inundações vg enquanto o Nordeste com cinco anos de seca está condenado a pagar o aumento pt Já tive oportunidade de lhe falar sobre a Emergência que no Rio Grande do Norte adota três critérios vg ressaltando naquela oportunidade em companhia do Prefeito de Caicó o drama das cidades notadamente nas suas periferias pt Pois bem Ministro vg as minhas previsões infelizmente já começaram a se confirmar: — está morrendo gente de fome et até sacrifício de vida por suicídio pt Com o rompimento do vínculo de harmonia entre os poderes por ato da Revolução que ajudei a fazer avocando a si

própria poderes absolutos do controle da economia nacional pt Restou ao Congresso o Canal estreito das solicitações quase sempre humilhante e incompreendido pt Quanto a mim preferi o caminho do esclarecimento pt Infelizmente a abertura do Presidente Figueiredo que tão generosos frutos já produziu ainda não atingiu aquele que deveria ter sido prioritário — a devolução das Prerrogativas do Congresso pois sem elas jamais encontraremos o caminho da democracia pt Ou o Nordeste se afirma através de seus Governadores que pela primeira vez na história se unem na defesa de objetivos comuns da Região ou tudo está perdido pt Atenciosamente vg Senador Dinarte Mariz vg Presidente da Comissão de Segurança Nacional.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.  
HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 15-9-83  
E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR,  
SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

— O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cumpro o indeclinável dever, como Líder do PMDB nesta Casa, de trazer ao conhecimento do Senado e da Nação o memorial que a Direção Regional do PMDB do Rio Grande do Norte encaminhou ao Presidente Ulysses Guimarães, contendo graves denúncias contra o Governo do Rio Grande do Norte, a respeito do covarde assassinato de que foi vítima, há poucos dias, em Angicos, naquele Estado, o Prefeito Municipal Expedito Alves, figura proeminente da política local, inclusive irmão do ex-Governador Aloysio Alves.

O documento é o seguinte:

Na hora em que o PMDB se debruça sobre a paisagem devastada do Nordeste, para ouvir o seu grito de desespero na agonia da fome, da sede, do desemprego, da economia destruída por 5 anos consecutivos de seca, há uma realidade brutal para a qual temos o dever de convocar a urgente atenção do Partido e a sensibilidade da Nação: é a do estado de insegurança, de violência, de arbítrio, de impunidade, criado e mantido pelo Governo do Rio Grande do Norte para esmagar os que, pelos meios democráticos, exercem a responsabilidade de oposição.

Poderíamos identificar esse quadro em todos os municípios do Rio Grande do Norte, onde se acumulam os índices gritantes da violência que se generaliza no País, em função da crise econômico-social, e o arbítrio e a impunidade institucionalizadas para destruir os adversários do Governo, sejam do PMDB, sejam do PDS — grupos dissidentes do Governo Maia, liderados pelo Senador Martins Filho, Deputado Federal Vingt Rosado e ex-Vice-Governador Geraldo Melo.

Nessa atmosfera de terror, distinguimos, como exemplos incontestáveis, a situação dos municípios que elegeram Prefeitos do PMDB, em número de 36, nos quais há a ação deliberada de desmoralizar a primeira autoridade, submetendo-a a todas as formas de confronto e humilhação, marcadas por episódios que se repetem todos os dias e são registrados pela imprensa e pelas nossas denúncias: correligionários chamados à polícia, a qualquer pretexto, outros presos sem mandado judicial, outros torturados nas cadeias públicas, outros ameaçados de morte sem qualquer medida de proteção, tudo para criar o clima de medo, e, sobretudo, nas áreas em que os Serviços de Emergência são entregues ao Governo do Estado, e sofrem, com provas irrefutáveis, acusações escandalosas de corrupção comunicadas pelos Prefeitos da Oposição às autoridades e à opinião pública.

A corrupção nos Serviços de Emergência foi denunciada também, por autoridade de alta insus-

peição: o General Almério Diniz, ao transmitir o Comando da Brigada Militar do Estado, na presença do próprio Governador José Agripino Maia.

Em anexo, apresentamos relatório sumário de alguns casos mais divulgados. Por eles, sente-se o objetivo do Governo: desmoralizar o Prefeito, mantê-lo sob a insegurança, a fim de que se renda ou silencie.

Destacamos, nesse quadro, o caso de Angicos, pela tragédia que ali se verificou, sob a emoção de todo o Rio Grande do Norte.

#### A TRAGÉDIA DE ANGICOS

Angicos é uma cidade média, a 168 Kms da capital.

Terra natal do ex-Governador Aluizio Alves, tinha a administra-la, até o dia 10 do corrente, Expedito Alves, consagrado, pela 3ª vez, nos últimos 20 anos, pelo voto popular.

Na campanha de 82, sobre o montão de dinheiro ali despejado, sob o clima de terror instalado, havia a palavra conhecida do Governador Lavoisier Maia; "podia perder até no Estado, mas fazia questão de honra de ganhar as eleições em Angicos".

Porque perdeu, seu substituto e familiar José Agripino Maia, não perdeu o povo e o Prefeito. Antes da posse do Prefeito, bens públicos foram doados a particulares, bens do Município doados ao Estado, obras públicas, financiadas com dinheiro federal da SUDENE e do BNH, reduzidas apenas a prestações de contas fictícias; tudo isto comprovado pela nova administração municipal, tudo isto denunciado aos órgãos estaduais e federais, tudo isto até agora impune, embora a administração prosseguisse no esforço de concluir as investigações e inquéritos que era do seu dever executar.

No dia 5 de setembro, através do rádio, o Prefeito Expedito Alves denunciou corajosamente, e com fatos incontestáveis, a corrupção no Plano de Emergência das Secas e a exploração do povo na distribuição de água.

A 7 de setembro, houve uma parada escolar em Angicos, presidida pelo Prefeito. Um indivíduo armado de faca tentou perturbar a solenidade, perante centenas de crianças alarmadas, ameaçando de morte o Prefeito. Populares desarmaram o desordeiro, e o Prefeito mandou chamar o Delegado de Polícia para obter garantias. Estava em casa e em casa permaneceu, sem tomar qualquer providência.

Face à inação deliberada do Delegado, e permanecendo o malfetor na cidade, fazendo as mesmas ameaças ao Prefeito, na manhã do dia 8 o Prefeito Expedito Alves telefonou ao Governador José Agripino Maia comunicando a ocorrência, a omissão do Delegado, a permanência, em liberdade, do desordeiro nas ruas da cidade. Das 10 horas do dia 8 até às 19 horas do dia 10, no espaço de 57 horas, não se conhece qualquer providência do Governo. O desordeiro continua nas ruas, sem ser chamado à polícia sequer para prestar declarações. O Delegado, na cidade, totalmente omisso.

Que se poderia deduzir?

1. quem ameaçasse, quem agredisse, quem matasse o Prefeito Expedito Alves não sofreria sequer um chamado à Polícia;

2. o Governo do Estado, embora procurado pelo Prefeito — e a cidade conhecia o episódio — lavava as mãos de sua responsabilidade de garantir a ordem e dar proteção aos cidadãos, desde que fossem opositores.

Às 19:20 do dia 10, um tiro certo matou o Prefeito Expedito Alves. O criminoso fugiu minutos depois de carro, sob o estardalhaço do povo.

Funcionava o telefone interurbano naquela hora em todos os municípios. A cidade dispunha de pou-

cas saídas rodoviárias. Nenhuma estrada foi bloqueada. Não se teve conhecimento de qualquer comunicação telefônica para prevenir a fuga do criminoso. A noite inteira, deslocaram-se para Angicos cerca de 60 automóveis, vindos de várias procedências, e nenhum foi parado para simples identificação do passageiro. Como se tudo fosse feito para promover ou facilitar a fuga do criminoso, até agora desaparecido.

No meio da madrugada, chegaram a Angicos o Secretário de Segurança e auxiliares; até agora não sabemos para quê. Em certo momento, o Deputado Henrique Eduardo Alves levou à presença do Secretário de Segurança pessoa que, ao lado do Prefeito, assistira seu apelo do dia 8 ao Governador. E ouviu daquele auxiliar do Governo que realmente o Governador lhe comunicara a denúncia e o pedido do Prefeito, mas, com carência de elementos materiais, não tomara qualquer providência por julgar que não havia urgência. A urgência do Governo do Estado, desgraçadamente, não coincidiu com a urgência do assassino.

Menos de 10 horas depois do crime, circulavam em Natal três jornais, entre eles, **A República**, órgão oficial do Estado. Só este jornal "explicava" o crime, apresentando o criminoso como o justiceiro que vingava o pai de perseguições sofridas, e em função de discussão mantida com o Prefeito "há poucos dias".

Discussão impossível, pois o pai do criminoso morrera a 15 de novembro de 1973. Discussão imaginária, pois, entre o Prefeito e qualquer pessoa da família do criminoso, embora adversários políticos, jamais houve entre eles qualquer desentendimento.

Mais grave ainda: antes de ser ouvida a primeira testemunha no inquérito, o que só ocorreu no dia 13 do corrente, o Delegado de Polícia — que não tivera tempo para atender ao chamado do Prefeito ameaçado de morte — teve a agilidade de dar entrevista ao **Diário de Natal**, apresentando versões inteiramente imaginárias para explicar e até justificar o crime, como ato justiceiro do filho que vingava o pai (**Diário de Natal**, anexo).

Mais grave ainda: o Governador do Estado, dizendo-se informado pelas autoridades de segurança, e antes de ouvidas as primeiras testemunhas, repetia para a imprensa (**Diário de Natal**, 14-9-83, anexo) a versão da rixa pessoal do Prefeito e a família, não se sabendo a essa altura se o Delegado divulgou a palavra do Governador, ou se o Governador encampou as mentiras do Delegado.

#### INSEGURANÇA E IMPUNIDADE

Os fatos aqui relatados, os depoimentos dos Prefeitos em anexo sumariados, comprovam:

1. A impunidade para todas as desordens e ameaças praticadas desde que as vítimas pertençam à Oposição, preferencialmente os Prefeitos que denunciam a corrupção dos Serviços de Emergência executados pelo Governo do Estado.

2. A polícia do Estado inteiramente submetida aos interesses político-partidários.

Há um episódio que retrata essa transformação da Polícia Militar numa guarda pretoriana do grupo dominante: a Comissão de Promoções indicou, por unanimidade, dois oficiais com todas as aptidões funcionais para o acesso ao posto de Coronel. O Chefe da Casa Militar do Governador compareceu à mesma Comissão, e manifestando a oposição do Governo àquela escolha, estritamente regulamentar e legal, declarou, com registro em ata: "Vou ser franco e claro... essa redução tem a finalidade de beneficiar oficiais do PDS, e os Tenentes Coronéis Ary e Armindo pertencem à Oposição tendo sido, inclu-

sive ajudante de ordem do Governador Aluizio Alves".

Referia-se o Chefe da Casa Militar a decreto do Governador que mudava a legislação, reduzindo interstício para impedir a promoção daqueles oficiais, um dos quais, há 22 anos, no posto de capitão, fora ajudante de ordens do Governador Aluizio Alves.

#### APELO AO PARTIDO

Comparecemos diante do Partido na esperança de que ele ponha a sua força e sua autoridade na defesa dos humildes correligionários do Rio Grande do Norte.

Nossas credenciais, para este apelo, eram até agora a luta sustentada ao longo de vários anos de arbítrio, quando alguns tiveram seus direitos políticos e mandatos cassados, enfrentaram prisões e processos, perderam empregos, mas resistiram.

A família de Expedito Alves supunha-se isenta de outras perseguições; três irmãos tiveram mandatos cassados e direitos suspensos: Aluizio Alves, Deputado Federal, Garibaldi Alves, Deputado Estadual, Agnelo Alves, Prefeito eleito de Natal, também preso; José Gobat Alves, Conselheiro do Tribunal de Contas posto em disponibilidade. Apenas escapara da sanha cruel Expedito Alves, três vezes consagrado pelo voto direto para Prefeito do seu Município. Pagou, agora, o preço mais caro, o da própria vida.

Não queremos favor do Governo. Queremos Justiça.

"E do PMDB pedimos a solidariedade, na luta que estamos sustentando para punir os responsáveis por tantos crimes e para assegurar aos cidadãos, pertençam a qualquer partido, os direitos humanos.

**Roberto Furtado**, Vice-Presidente em exercício do PMDB — RN.

**Aluizio Alves**, (Membro da Executiva Nacional do PMDB) — **Henrique Eduardo Alves** (Dep. Federal) — **Antônio Câmara** (Dep. Federal) — **Agner Maria** (Dep. Federal) — **Luiz Antônio Vidal** (Dep. Estadual) — **Garibaldi Filho** (Deputado Estadual) — **José Dantas Cortez** (Dep. Estadual) — **Hermano Paiva** (Dep. Estadual) — **Paulo de Tarso** (Dep. Estadual) — **J. Belmont** (Dep. Estadual) — **Patricio Junior** (Dep. Estadual) — **Montenegro Neto** (Dep. Estadual) — **Manoel Torres** (Dep. Estadual) — **Tarcisio Ribeiro** (Prefeito) — **Ielmo Marinho** — **Dinaldo Batista** (Prefeito) — **T. dos Batistas** — **Salomão Gurgel** (Prefeito) — **Janduis** — **Dário Gorgonio** (Prefeito) — **S. João Sabugi** — **Fernando Figueiredo** — Inst. Varela Barca.

#### ANEXO AO DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO PMDB/RN À DIREÇÃO NACIONAL

Ocorrências em alguns Municípios cujos Prefeitos são do PMDB

1 — Município de Pedra Preta

Prefeito Francisco Salviano Xavier

a) Desde 31 de janeiro de 1983, quando assumiu a Prefeitura, o Município está sem Delegado de Polícia, apesar dos reiterados apelos à Secretaria de Segurança e ao Governador do Estado, no sentido de regularização da situação. Há no Município apenas um (01) Soldado de Polícia, existindo clima, portanto, para a ocorrência de casos de gravidade.

2 — Município de Brejinho

Prefeito José Ávila Lúcio Ribeiro

a) Ameaçado de morte por um adversário político em data de 22 de junho, pediu garantias ao Delegado de Polícia, o qual respondeu que iria pedir instruções ao ex-Prefeito e líder do PDS, Avelino Matias. Nenhuma providência foi tomada.

b) No dia 24 de julho, quando se realizava um baile popular promovido pela Prefeitura — evento semanal — o citado ex-Prefeito Avelino Matias apareceu no local, acompanhado do Delegado de Polícia e de vários soldados do destacamento de Nova Cruz, município vizinho, tentando acabar com o divertimento popular sob a ameaça de prisão do Prefeito e de quem se opusesse àquela ação. Apesar de tudo, pela solidariedade recebida, o baile prosseguiu até a hora programada — 23 horas — tendo prefalado ex-Prefeito, o Delegado e outros integrantes da caravana policial, postando-se em um bar adjacente, onde bebiam e disparavam tiros para o ar, em atitude frontalmente intimidativa. O Governador tem ciência desses fatos, bem como o Secretário de Segurança, não tendo sido até agora tomada qualquer providência. O Delegado continua no posto.

#### 3 — Município de Taipú

Prefeito Aluizio Viana de Miranda

a) O Prefeito vem sendo vítima de agressões morais, desacatos e ameaças por parte do ex-Prefeito Emanuel Romeiro Cavalcanti, que conta com a omissão e até apoio do Delegado de Polícia Sargento PM Matias do Nascimento. Denúncia por escrita foi feita ao Secretário de Segurança Pública em data de 27 de julho último, após pedido também escrito ao próprio Delegado de Polícia, no dia anterior.

b) O mesmo ex-Prefeito Emanuel Romeiro Cavalcanti em outras oportunidades tem destruído obras e serviços da Prefeitura, o que levou o Prefeito a requerer ao próprio Juiz de Direito a abertura de Inquérito Policial, já que pedidos ao Delegado não surtem efeito. A representação ao Juiz é datada de 26 de julho.

#### 4 — Município de São Bento do Norte

Prefeito Raimundo Pereira Primo

a) O Delegado de Polícia do Município vinha permanentemente praticando atos de corrupção e de violências. O Prefeito denunciou tais fatos, o que levou a Secretaria de Segurança Pública, diante das provas irrefutáveis de tal proceder, a exonerar o Delegado. Dias depois, por interferências das lideranças políticas do PDS do Município, o mesmo Delegado foi premiado com a revogação da Portaria que o afastara. Reassumindo o cargo, poucos dias depois, matou um humilde pescador do Município.

#### 5 — Município de Várzea

Prefeita Oneide Maurício de Queiroz

a) A Câmara Municipal não está funcionando porque o seu Presidente, Vereador Josafá de Freitas, do PMDB, está sob ameaça de Vereadores do PDS não tendo condições de garantias para reunir aquela Casa.

b) O Delegado de Polícia, Sargento PM Francisco das Chagas da Cruz, exigiu que o aposentado do FUNRURAL Antônio Horácio de Souza, eleitor do PMDB, dividisse com ele os seus proventos. Como se negou a fazê-lo, foi barbaramente espancado na Delegacia de Polícia.

c) Os estudantes do Ginásio Estadual existente no Município, foram proibidos pela Diretora de participarem das solenidades do dia 7 de setembro promovidas pela Prefeitura. Como alguns alunos desrespeitaram a ordem e compareceram às citadas solenidades, foram proibidos de entrar naquele educandário e portanto de freqüentar as aulas. A senhorita Maria Vera de Araújo, compareceu ao Ginásio, com o intuito de convencer a Diretora a permitir que sua irmã Maria Ivani de Araújo, de 15 anos de idade, aluna do estabelecimento, voltasse às aulas. Porque insistiu no assunto, foi presa pelo Delegado de Polícia. Tais fatos, como os constantes dos itens anteriores, foram levados ao conhecimento das autoridades governamentais competentes,

sem que qualquer medida tenha até agora sido tomada.

#### 6 — Município de São José de Mipibú

Prefeito Leonel Luiz dos Santos

a) Município de mais de 22 mil habitantes, conta com apenas 4 soldados de Polícia, sendo freqüentes as perturbações da ordem pública. Apesar das solicitações feitas, há bastante tempo perdura a situação.

b) Os trabalhos da Câmara Municipal têm sido perturbados por elementos do PDS com insultos e ameaças aos Vereadores do PMDB, com a passividade e indiferença do Presidente da Casa — do PDS — apesar da presença ostensiva da Polícia.

#### 7 — Município de Ielmo Marinho

Prefeito Tarcísio Ribeiro

a) Face ao resultado ainda parcial de controvérsia judicial que determinou a entrega de bens públicos, antes pertencentes ao Município do Estado, a chefia do PDS promoveu churrasco no próprio prédio do Ginásio Municipal, onde no meio da bebida eram ostensivamente dirigidos improperios contra o Prefeito.

b) O Município não tem qualquer esquema de segurança, pois o próprio Delegado de Polícia, Sargento PM Juventino, reside em outro Município — Extremoz — a mais de 60 quilômetros de distância.

c) O Delegado tem efetuado diversas prisões de correligionários do Prefeito, sempre irregulares, cobrando para o respectivo relaxamento importâncias exorbitantes. Todos os fatos citados foram levados ao conhecimento do Secretário de Segurança e do Comandante da Polícia Militar, através de audiências, uma delas com a presença do próprio Juiz de Direito da Comarca. Até agora nenhuma medida foi tomada.

#### 8 — Município de Janduís

Prefeito Salomão Gurgel Pinheiro

a) Por manter uma linha de neutralidade política, o Delegado de Polícia, Sargento Emiliano, foi transferido a pedido de um chefe político local do PDS. Desde abril que a cidade não conta com um delegado, sendo que o policiamento é feito por apenas 3 soldados, supervisionados por um Cabo da cidade vizinha.

b) A pretensão do Governo do Estado de criar um "governo paralelo" na cidade, utilizando-se de elementos fanáticos do PDS, faz com que os seus partidários passem a utilizar, cada vez mais, um comportamento de provocações ao Poder Municipal, desacatando a pessoa do Prefeito, chegando, até mesmo, a ameaçarem a sua integridade física.

#### 9 — Município de Baraunas

Prefeito José Holanda Montenegro

a) Em virtude do total desprestígio para receber qualquer apoio do setor de segurança do Município, representado pelo Sargento PM Chacon e por três soldados, o Prefeito criou um Setor de Vigilância para zelar, durante a noite, pelos bens públicos, como, praças e logradouros, cujos integrantes portavam apenas cassetetes. Por ordem do Secretário de Segurança, tal setor teve de ser desativado, ficando a cidade totalmente despolicada. Consta ainda — e os fatos comprovam — que existem ordens superiores para o Delegado não atender qualquer solicitação do Prefeito.

### CORRUPÇÃO E DISCRIMINAÇÃO POLÍTICA NO PLANO DE EMERGÊNCIA

O plano de Emergência está sendo realizado sob três coordenações:

32 municípios sob a responsabilidade do Batalhão de Engenharia e Construções do Exército;

35 municípios sob a responsabilidade do DNOCS;

68 municípios sob a responsabilidade do Governo do Estado.

— Não existe qualquer reclamação quanto aos serviços mantidos pelo Batalhão de Engenharia do Exército e do DNOCS.

O alistamento é feito sem discriminação política, com a colaboração das autoridades municipais, de qualquer partido.

Nos municípios coordenados pelo Governo do Estado o alistamento é feito pelos chefes políticos do PDS, sem nenhuma participação do Prefeito quando pertença do PMDB.

A distribuição de água às populações é feita também com total discriminação política e corrupção. Os caminhões-pipa são pagos pela SUDENE, mas sua distribuição é ordenada pela Secretaria de Interior e Justiça e entregues a chefes políticos ou seus prepostos, sem nenhuma interferência do Prefeito, quando pertença ao PMDB.

Há casos em que, no ano passado, o município era administrado pelo PDS (um exemplo: Caraubas). Na hora em que, por força da eleição, o prefeito passou a ser do PMDB, o convênio foi cortado e substituído pelos prepostos do PDS. Outro exemplo: no município de Poço Branco, distrito eleitoral onde ganhou o PMDB, não tem distribuição de água.

Os prefeitos do PMDB foram no dia 15 de setembro e denunciaram esses fatos ao Superintendente da Sudene, e aguardam as providências prometidas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é preciso que eu reafirme, neste instante, inequívoca e intransigente e total solidariedade — que já anunciei há poucos dias, nesta Casa, em aparte ao nobre Senador Martins Filho, quando S. Ex.<sup>a</sup> denunciava a ocorrência desse brutal assassinato ao Senado — do PMDB, não só no Senado Federal, mas do PMDB nacional. Nesse sentido, a Presidência Nacional do PMDB adotou, hoje, uma providência concreta, qual seja, a de designar o seu advogado em Brasília, Dr. Sigmarina Seixas, para acompanhar de perto, em nome do PMDB, todos os atos relacionados com o inquérito policial e, depois, com o processo judicial que terá que ter curso para efeito de apuração desses fatos lamentáveis e gravíssimos que ocorreram no Rio Grande do Norte, vitimando o Prefeito Expedito Alves, a fim de que possam ser exemplarmente punidos os seus responsáveis.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, o fato denunciado por V. Ex.<sup>a</sup>, por sua gravidade não podemos, de maneira nenhuma, deixar passar sem uma explicação, cabal e precisa, por parte das autoridades aí denunciadas. Em nome da Liderança, o eminentíssimo Senador Dinarte Mariz dará a esta Casa, logo em seguida, aquelas explicações preliminares que se fazem mister.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, que tem sido sempre um Líder bastante atento aos debates nesta Casa e que nesta hora não poderia deixar de proferir as palavras que acabou de dizer.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao encerrar este pronunciamento, faço um apelo veemente ao Sr. Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para que S. Ex.<sup>a</sup> mantenha contacto constante como Governador do Rio Grande do Norte, no sentido de que não só esse crime seja apurado rigorosamente e punido de acordo com a lei penal vigente, como também se assegurem, de imediato, não só aos Prefeitos, aos Vereadores, aos Deputados,

mas a todos os correligionários do PMDB, naquele Estado, do mais humilde ao mais importante, todas as garantias indispensáveis para que continuem no pleno exercício dos seus direitos políticos, dos seus direitos de cidadão.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 15-9-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

**O SR. JOSÉ LINS** (Para discutir a matéria.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É evidente que o nobre Senador Itamar Franco coloca-se num ponto de vista de oposição que nada tem a ver com a realidade.

A Mensagem do Presidente da República está rigorosamente dentro da lei que, por sua vez, respeita a Constituição, já que as leis passam pela Comissão de Constituição e Justiça, que deve escoimá-las das inconstitucionalidades.

Contudo uma lei ainda que inconstitucional, estará em vigor até que o Tribunal a considere como tal, e até que o Congresso a revogue. Quanto ao caso em discussão, a Lei nº 4.595 é absolutamente clara. Ela autoriza o Poder Executivo a emitir, sem qualquer providência adicional, moeda, até 10% do total emitido no ano anterior.

Mas, no seu art. 4º, como bem disse o nobre Senador Virgílio Távora, ela credencia, nada mais, nada menos do que o Conselho Monetário a fazer as emissões que julgar necessárias, adicionais a esses 10%. S. Exª leu isso para o Plenário, e eu não vou repetir. Apenas esclareço que se trata, exatamente, de emissões adicionais àqueles 10%.

O Conselho Monetário está autorizado, pelo Congresso Nacional, a fazer tais emissões adicionais. Entretanto, completa o texto, deve solicitar através de Mensagem do Presidente da República, a homologação do Poder Legislativo e é isso que foi feito.

Poder-se-ia supor que o Presidente somente agora estaria solicitando essa homologação. Mas isso não é verdade. Aqui está o avulso: a Mensagem do Presidente da República, de número 671, é datada do dia 30 de dezembro de 1980. Feita a emissão, nos termos da lei, o Executivo imediatamente solicitou ao Congresso a homologação do seu ato. Não vale, aqui, perguntar se o Senado estava ou não em recesso. Isso é irrelevante, já que as comunicações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo não são suspensas durante esse período. O Presidente do Senado continua Presidente durante o recesso.

A emissão, aliás, está totalmente justificada na exposição de motivos do Ministro da Fazenda, que a acompanha.

Ora, dizer o Senador Itamar Franco que não tomou conhecimento dos fatos que tornaram necessário emitir 70 bilhões de cruzeiros naquela época, não justifica coisa alguma. Primeiro, porque S. Exª, como Senador, poderia muito bem ter acompanhado o que acontecia no País, sobretudo quanto as medidas relativas à expansão do crédito para setores essenciais e isso ainda que S. Exª não fosse um especialista em economia.

Aliás, a justificativa esclarece que foi preciso expandir os meios de pagamento, para atender à política nacional do petróleo, já naquele tempo subsidiado; para atender o crédito rural, também subsidiado; para atender às exportações, também subsidiadas. Para isso, o Governo, no dia 28 de novembro, já havia emitido 80 bilhões, ou seja, 9,97, ou quase os 10% a que estava autorizado, sem outras exigências.

**O Sr. José Fragelli** — Os 70 estrápolaram os 10%.

**O SR. JOSÉ LINS** — É evidente. Por isso é que houve necessidade desta mensagem. Se não houvesse extra-

polado, evidentemente, não haveria necessidade dela. A lei está sendo rigorosamente cumprida.

Mas é importante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que se leia a página dois do avulso, já nas últimas linhas, "... no dia 28 de novembro já haviam sido emitidos 9,97% ..."

**O Sr. Itamar Franco** — Senador José Lins, V. Exª poderia repetir? Não ouvi bem.

**O SR. JOSÉ LINS** — Poderei repetir para V. Exª, e farei mais alto:

"...já haviam sido emitidos 80 bilhões, correspondentes a 9,97% do saldo dos meios de pagamentos de 31 de dezembro, para os quais o Governo não precisaria pedir a homologação do Congresso".

**O Sr. José Fragelli** — V. Exª permite-me um aparte?

**O SR. JOSÉ LINS** — O concedo com prazer.

**O Sr. José Fragelli** — Veja V. Exª, diz a lei que até os 10% — e também o diz V. Exª — não seria preciso pedir a autorização do Congresso.

**O SR. JOSÉ LINS** — Não é autorização...

**O Sr. José Fragelli** — A lei fere a Constituição, frontalmente...

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Exª se engana!

**O Sr. José Fragelli** — ... porque se V. Exª ...

**O SR. JOSÉ LINS** — Não é autorização, trata-se de homologação. A lei autoriza definitivamente.

**O Sr. José Fragelli** — Claro, mas aí é que a lei está, evidentemente, contra a Constituição.

**O SR. JOSÉ LINS** — Nesse caso, V. Exª deve recorrer ao Judiciário...

**O Sr. José Fragelli** — V. Exª leia tudo o que existe em matéria de disposições constitucionais iguais ao item II, do art. 43, da Constituição, desde a de 1891, a de 1934, em que todas dizem que é preciso a autorização prévia do Poder Legislativo para a emissão. Quer dizer que essa lei está fazendo uma distinção que a própria Constituição não faz, essa lei, realmente, fere a Constituição. Nisso, o nobre Senador Virgílio Távora teria razão. Mas, pelo fato de nós não modificarmos a lei, não quer dizer que ela não seja inconstitucional. Ela o é. Eu desconheço...

**O Sr. Virgílio Távora** — Mas, eminente Senador, enquanto não a declaramos inconstitucional, a lei está em vigor.

**O Sr. José Fragelli** — Eu desconheço qualquer interpretação de um item...

**O Sr. Virgílio Távora** — Está em vigor desde 1964, portanto, há quantos anos?

**O Sr. José Fragelli** — Mas é por isso que eu falei aqui que este Congresso tem sido marginalizado e...

**O Sr. Virgílio Távora** — Há dezenove anos que essa lei foi criada. Então, neste momento, V. Exª arguiu a inconstitucionalidade.

**O Sr. José Fragelli** — Mas é claro que ela é inconstitucional. E é por isso que quando eu dei o aparte ao nobre Senador Itamar Franco, eu disse que, depois de 1964, através de atos, inclusive do Poder Legislativo aprovando uma lei como essa, evidentemente inconstitucional, o Congresso tem sido marginalizado. E nos outros casos, por exemplo, no caso dos empréstimos externos, que não

se pode basear nessa lei, o Congresso não tem sido ouvido nem previamente e, às vezes, nem a posteriori. Quer dizer, ferir a Constituição tem sido uma regra dos executivos daquela época até agora. De sorte que vulnerar o texto constitucional em mais esse caso, para os que sustentam a política autoritária do Governo, não tem importância nenhuma. Mas, o fato é que o texto constitucional está violentado.

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Exª terminou?

**O Sr. José Fragelli** — Terminei.

**O SR. JOSÉ LINS** — Nobre Senador José Fragelli, V. Exª está colocando em dificuldades o Parlamento, o próprio Senado, a lei passou por aqui...

**O Sr. José Fragelli** — (Fora do microfone)

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Exª pretende outro aparte, ou me permite falar?

**O Sr. Itamar Franco** — Permite V. Exª um aparte, assim que termine o seu raciocínio?

**O SR. JOSÉ LINS** — Um momento, nobre Senador. Cito avulso a, página 3, as Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, pelas quais passou projeto de lei...

Ora, veja, V. Exª quer se arvorar ao direito de considerar essa lei inconstitucional! Seria interessante se V. Exª tivesse esse poder, mas não tem, simplesmente não tem. V. Exª não gosa de autoridade para isso. Pode V. Exª recorrer, é claro. Mas, enquanto esta lei estiver em vigor, ninguém pode impedir as instituições, de utilizá-la. Quero dizer a V. Exª, que se erro há, não cabe esse erro ao Governo Federal. Mas, eu estava chamando a atenção, nobre Senador, para uma data citada na mensagem...

**O Sr. Itamar Franco** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ LINS** — Darei a V. Exª o aparte. V. Exª quis explorar a data de 30 de dezembro...

**O Sr. Itamar Franco** — A data não é explorada não, a data é fixada aí. Não há nenhuma exploração de data.

**O SR. JOSÉ LINS** — ...Por que o Congresso estava em recesso.

Ora, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, diz exatamente:

"Quando necessidades urgentes e imprevistas para o financiamento dessas atividades o determinarem, pode o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões que se fizerem indispensáveis, solicitando imediatamente, através de Mensagem do Presidente da República, homologação do Poder Legislativo para as emissões assim realizadas."

Imediatamente através da mensagem. Esse imediatamente, nobre Senador, significa, é claro, logo após o ato do Conselho Monetário que autorizou as emissões. Ora, se conforme a mensagem do Presidente da República, só a 28 de novembro havia sido utilizado o percentual que legalmente poderia ser emitido sem necessidade da homologação, é claro que o ato da emissão deve ter sido posterior a 28 de novembro. No entanto, já a 30 de dezembro, portanto cumprida a exigência, a imposição de prazo da lei, o Presidente manda a mensagem. Não tinha nada que perguntar se o Congresso estava ou não de recesso.

Não vejo, nobre senador Itamar Franco, sinceramente, nada a estranhar. Vejo apenas a vontade de V. Exª de debater...

**O Sr. Itamar Franco** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ LINS** — Pois não.

**O Sr. Itamar Franco** — Senador José Lins, vamos deixar o jogo de palavras e vamos a um debate...

**O SR. JOSÉ LINS** — O Jogo de palavras é de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Itamar Franco** — Desculpe, se V. Ex<sup>a</sup> se ofendeu com o jogo de palavras, vamos deixar então o raciocínio do campo teórico de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. JOSÉ LINS** — Se V. Ex<sup>a</sup> prefere. Isso é melhor.

**O Sr. Itamar Franco** — Vamos deixar o raciocínio teórico, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, e vamos a uma coisa prática.

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Ex<sup>a</sup> acha que a citação de uma lei em vigor é raciocínio teórico?

**O Sr. Itamar Franco** — A argumentação de V. Ex<sup>a</sup> está por enquanto ainda no campo teórico, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, V. Ex<sup>a</sup> é um especialista na matéria, eterno defensor do Governo nesta Casa, *hors concours* na defesa do Governo, tudo isso nós respeitamos.

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Ex<sup>a</sup> com isso não me faz um elogio.

**O Sr. Itamar Franco** — Não, em absoluto, eu estou elogiando V. Ex<sup>a</sup>. É claro que V. Ex<sup>a</sup> não precisaria desse elogio porque...

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Ex<sup>a</sup> descaracteriza tudo.

**O Sr. Itamar Franco** — Não. No dia 6 de março de 1980 — vamos recordar aqui um pouquinho, veja se V. Ex<sup>a</sup> está de acordo comigo — o Conselho Monetário Nacional, que pode mais que o Congresso Nacional...

**O SR. JOSÉ LINS** — Naquilo que o Congresso o autoriza.

**O Sr. Itamar Franco** — ...estabeleceu as diretrizes para a política monetária do País — na reunião de 6 de março de 1980. V. Ex<sup>a</sup> não precisa conferir, porque estou lhe dando...

**O SR. JOSÉ LINS** — Não estou conferindo, acredito em V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Itamar Franco** — Pode acreditar.

**O SR. JOSÉ LINS** — Não me refiro à sua defesa, mas à palavra de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Itamar Franco** — Mas, no dia 6 de março — estou repetindo — se estabeleceu a política do Governo. Pois bem, a primeira pergunta que faço a V. Ex<sup>a</sup>, quem sabe V. Ex<sup>a</sup> vai me convencer e eu posso até votar a favor. Diz a mensagem do Sr. Ministro da Fazenda:

"Durante o ano, entretanto — leio — fatores ocasionaram a necessidade de fluxos adicionais de recursos."

Quais foram os fatores, Ex<sup>a</sup>?

**O SR. JOSÉ LINS** — Estão citados no texto e repetidos no avulso da exposição de motivos à página 2. Vou reler para V. Ex<sup>a</sup>. Se V. Ex<sup>a</sup> não quer ler, leio eu para V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> só sabe ler uma parte do texto, não sabe ler o restante.

**O Sr. Itamar Franco** — Vamos, quais são os fatores, Ex<sup>a</sup>?

**O SR. JOSÉ LINS** — Aqui estão as razões:

"A diferença entre os preços de aquisição no mercado externo e os da comercialização interna dos derivados obrigou a sucessivos e volumosos

adiantamentos ao Conselho Nacional de Petróleo, da ordem de Cr\$ 140 bilhões."

**O Sr. Itamar Franco** — Isso é outra coisa.

**O SR. JOSÉ LINS** — No setor rural, especial destaque...

**O Sr. Itamar Franco** — V. Ex<sup>a</sup> não está sabendo ler, eu perguntei uma coisa e V. Ex<sup>a</sup> já está no petróleo, eu ainda não cheguei no petróleo e V. Ex<sup>a</sup> já está no petróleo.

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Ex<sup>a</sup> quer transformar o Congresso numa escola primária ou num curso de leitura.

**O Sr. Roberto Saturnino** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ LINS** — Com o maior prazer, Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** — Nobre Senador, efetivamente V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que não nos cabe julgar da constitucionalidade ou não desta lei. Embora eu esteja inteiramente de acordo com o ponto de vista do Senador Fragelli, segundo o qual essa lei é flagrantemente, é gritantemente inconstitucional. Entretanto, se não cabe a nós esse julgamento, cabe a nós Senadores outro tipo de julgamento, isto é, o julgamento do que é digno ou do que não é digno de um poder independente.

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Ex<sup>a</sup> tenha cuidado quando pisar nesse terreno. É um terreno muito perigoso.

**O Sr. Roberto Saturnino** — V. Ex<sup>a</sup> permite que eu termine o meu aparte? Parece-me que essa tarefa, essa missão de homologar algo que já é um fato consumado, ocorrido há dois ou três anos, é absolutamente indigno de um poder independente...

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Ex<sup>a</sup> não tem razão. V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O Sr. Lázaro Barboza** — Muito bem, Senador Saturnino!

**O Sr. Roberto Saturnino** — Quando se trata de uma ratificação de um tratado... V. Ex<sup>a</sup> me concedeu um aparte, eu...

**O SR. JOSÉ LINS** — V. Ex<sup>a</sup> teria razão se esta mensagem tivesse chegado agora. Mas ela veio, nobre Senador, no dia 30 de dezembro de 1980.

**O Sr. Roberto Saturnino** — Mas já depois de efetuada a emissão...

**O SR. JOSÉ LINS** — Até mesmo está alegativa...

**O Sr. Roberto Saturnino** — Depois de efetuada a emissão o que cabe ao Congresso? Não homologar. O que significa não homologar? Haveria o recolhimento dessa emissão, quando o fato já está consumado? Quando se trata de um tratado internacional que nós ratificamos é diferente. Porque se o Congresso não ratifica o tratado, não tem validade. Agora, no caso do fato concreto de uma emissão de moeda, ou a autorização é prévia, como quer o Senador Fragelli e como está na Constituição, ou então é melhor que não a apreciemos, não a homologuemos. Porque esta tarefa de homologar um fato consumado e dizer sim, dizer amém, perdermos aqui o nosso tempo, por exemplo nesta tarde de hoje, a discutir um assunto que já se passou há dois ou três anos e que é um ato consumado, eu acho que é pura perda de tempo e é um ato indigno de um poder independente. Daí a nossa concordância com o ponto de vista do Senador Itamar Franco, de que devemos pôr um ponto final a essa demanda de homologação por parte do Congresso Nacional. Vamos nos firmar, aqui, hoje, para que essa lei seja modificada e que a audiência do Congresso seja prévia e não

posterior, já para a homologação de um fato consumado.

**O SR. JOSÉ LINS** — A impressão que eu tenho, é de que V. Ex<sup>a</sup> comete um grave pecado, certamente, involuntário; V. Ex<sup>a</sup> acusa o Congresso de atético, não é ao Governo que V. Ex<sup>a</sup> está acusando, é ao Congresso de ter promulgado uma lei que autoriza o Governo a emitir e somente depois de submeter o seu ato à consideração da Casa. É o Congresso ainda que é acusado por V. Ex<sup>a</sup>, por não ter julgado a mensagem logo depois de sua chegada em dezembro de 1980, mas somente hoje, após tanto tempo. Por todos os lados, V. Ex<sup>a</sup> se enreda, até quando fala sobre o problema da ética. Por aí V. Ex<sup>a</sup> não se sai bem, nobre Senador. Admito que V. Ex<sup>a</sup> esteja convencido de que a lei é inconstitucional; acredito porque sei da sua fidelidade à verdade. No caso, porém, nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> está criticando a nós mesmos. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo uma gravíssima acusação. V. Ex<sup>a</sup> poderia, nesse caso, recorrer do judiciário e até contará com o meu apoio pelo menos para dirimir a sua dúvida.

**O Sr. Itamar Franco** — Por que V. Ex<sup>a</sup> não aprova esse projeto de lei que está aí tramitando, não permitindo que o Conselho Monetário Nacional faça o que está fazendo? Esse projeto é de minha autoria. Os projetos estão aí.

**O SR. JOSÉ LINS** — Nobre Senador Itamar Franco, V. Ex<sup>a</sup> tem o direito de apresentar a matéria que quiser à consideração...

**O Sr. Itamar Franco** — Não é só o direito de apresentar, é o dever.

**O SR. JOSÉ LINS** — ...mas não tem o direito de exigir que eu concorde com V. Ex<sup>a</sup> contra a minha consciência.

**O Sr. Itamar Franco** — Aprova o projeto que aí está.

**O SR. JOSÉ LINS** — Por que eu o aprovaria?

**O Sr. Itamar Franco** — V. Ex<sup>a</sup>, realmente, não quer dar a força que o Congresso Nacional merece.

**O SR. JOSÉ LINS** — O que V. Ex<sup>a</sup> me pede é um favor, um obséquio. Ou pretende que eu cumpra o meu dever votando contra a minha consciência?

**O Sr. Itamar Franco** — Então, V. Ex<sup>a</sup> não venha dizer que não há projeto, há sim.

**O SR. JOSÉ LINS** — Tanto pode haver...

**O Sr. Itamar Franco** — Esse projeto está tramitando há mais de três anos.

**O SR. JOSÉ LINS** — ...leis inconstitucionais que cabe ao Judiciário...

**O Sr. Itamar Franco** — V. Ex<sup>a</sup> quer continuar assistindo ao enfraquecimento do Poder Legislativo. Aí não há como discutir.

**O SR. JOSÉ LINS** — O que acho, nobre Senador Itamar Franco, é que o prestígio desta Casa deve começar aqui dentro, não lá fora.

**O Sr. Itamar Franco** — Exatamente, Ex<sup>a</sup> E, deve começar rejeitando esta matéria de hoje.

**O SR. JOSÉ LINS** — As críticas que aqui estão sendo feitas não atingem, de maneira alguma, o Poder Executivo, mas a nós mesmos. Não há nenhuma razão para que o Senado não aprove este projeto que decorre de uma Lei, de um ato da sua vontade, que merece o nosso respeito. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCO MACIEL NA SESSÃO DE 15/9/83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. MARCO MACIEL (PDS — PE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Evoluir é um processo muito mais profundo e duradouro que revolucionar. As crianças crescem, os homens constroem-se.

Eis porque advogo, permanentemente, a evolução, o progresso e, mais do que isso, o desenvolvimento brasileiro; eis porque retomo, hoje, em perspectiva mais ampla e abrangente, alguns aspectos da ciência e da tecnologia.

Ante o momento de graves vicissitudes e dificuldades que atravessamos pode parecer inoportuno, ou mesmo irrelevante, centrar atenções nesse tema. Esse, paradoxalmente, constitui um dos problemas do mister científico e tecnológico — o de parecer sempre menos urgente que o outros, sempre postergável.

A **contrario sensu**, mesmo em instantes de crise, o correto seria conceder-se tratamnto permanente e prioritário à consecução de medidas de fomento e incentivo ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e inovação tecnológica já que são as vias de uma solução, quer para os problemas estruturais quer para os obstáculos conjunturais — internos e externos — por que passa a Nação:

Nesse instante, o apoio ao desenvolvimento tecnológico pode inclusive servir para estimular a própria economia, o que teria de resto, face às condições de desaceleração de nosso processo de crescimento, a vantagem de elidir possibilidades de perdas dos bem sucedidos esforços já realizados nesse setor.

O assunto, resslate-se, tem enorme significação sob o aspecto econômico, determinando os rumos, nesse campo, da produção e do consumo. Por isso se afirma, em face da internacionalização da economia mundial, constituírem fator determinante da natureza e grau de relacionamento dos próprios sistemas econômicos nacionais as inovações científico-tecnológicas, as quais podem alterar vantagens comparativas, seja substituindo matérias-primas, seja superando questões afetas ao custo do fator mão-de-obra.

Além disso, o desenvolvimento científico-tecnológico pode também ser fator de viabilização de objetivos de natureza social, desde que adequadamente conduzido como instrumento desse desígnio.

Essa ambivalente potencialidade — econômica e social, frise-se — ofertada pela evolução nesse setor vem conduzindo os países de todo o mundo a grandes esforços, mórmente, as chamadas nações afluentes que, em 1978, por exemplo, aplicavam mais de 97% dos gastos mundiais em ciência e tecnologia e nelas concentravam cerca de 90% do contingente dos cientistas e tecnologistas.

Os Estados Unidos dedicam a esse tipo de atividade recursos correspondentes a 2,46% do seu PIB, a Alemanha Federal 2,28%, Inglaterra 2,14%, França 1,79%, Japão 1,71% e a Coréia do Sul 0,8%.

Tal situação tende a manter-se, nos próximos anos pois é evidente o encorajamento à geração de novas tecnologias. Acrescente-se, ainda, vir essa atividade assumindo papel extremamente relevante no comércio internacional, tendo, inclusive, se situado entre os itens de mais rápido crescimento no perfil das transações internacionais.

Aliás, no plano internacional a interdependência em matéria de tecnologia e aceita como dado irrecusável, da mesma forma, que, em termos de disponibilidade de matérias-primas e de recursos naturais, a independência tecnológica absoluta torna-se cada vez mais irreal, inatingível, mesmo para as nações mais desenvolvidas. Entretanto, ainda que sem perseguir uma total autonomia tecnológica, empenham-se os países desenvolvidos em manter ou conquistar liderança na pesquisa e na ino-

vação técnica, que lhes confira vantagens relativas na produção de bens e serviços para o consumo interno e para participação no comércio internacional. É, cabe acrescentar, esses dois pólos a um só tempo antagônicos e complementares — a interdependência e a busca de liderança tecnológica — fazem-se sentir no cotidiano de todas as nações.

Merecem destaque situações como as do Japão e Alemanha que se sobressairam, nos últimos 30 anos, pela desconcertante capacidade de adaptação a situações críticas, criatividade, inventividade e elevação contínua de suas taxas de produtividade física. Carentes de petróleo e de outras matérias-primas, escolheram o caminho da resposta tecnológica e da capacitação de seus recursos humanos. Aproximaram-se, rapidamente, de um novo ciclo de produção industrial.

Em que pesem as tentativas de avanço dos países em desenvolvimento, buscando basicamente ofertar produtos e serviços a preços competitivos graças à mão-de-obra barata e à melhoria da produtividade, seus resultados têm sido pouco alentadores. Estatísticas fornecidas pelas Nações Unidas, embora revelem grandes mudanças de participação na produção industrial mundial, mostram que as posições do Norte e do Sul não se modificaram sensivelmente. Assim é que se, entre 1960 e 1975, a participação dos países da Europa Ocidental e da América do Norte caiu de 69,4% para 54,8%, apenas 1,4% foi o acréscimo da contribuição dos países do Terceiro Mundo, ficando todo o aumento adicional para o Japão, União Soviética e países da Europa Oriental.

Tais indicadores, refletindo a relação entre esforço tecnológico e possibilidade de assegurar maior participação na economia mundial, expressam também quão crucial é esta questão, convertendo a Ciência e a Tecnologia em temas de elevada relevância para os países em desenvolvimento, particularmente no relacionamento com os países desenvolvidos. Isto porque a criação e o controle da Ciência e da Tecnologia modernas passarão a ser, em proporção cada vez maior, os principais mecanismos de comando das relações internacionais. E de admitir que aí poderão situar-se elementos para agravar o fosso que separa os países desenvolvidos dos demais — os em desenvolvimento e os subdesenvolvidos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O desenvolvimento de um País em sua correta acepção, deve ser considerado, antes de tudo, uma questão ética e política.

Ética, uma vez que o desenvolvimento não pode ser confundido com a mera expansão de bens materiais, crescimento da produção ou mesmo da produtividade. O processo de dinamização da economia, viabilizado pela inovação tecnológica, só merece o nome de desenvolvimento se compreende — mais que isso, se visa a propiciar e sustentar — um processo social simultâneo e vinculado, que se caracterize, de uma parte, pela prevalência de princípios de justiça social e valorização do homem e, de outra, pelo respeito à identidade cultural da Nação, em seus múltiplos aspectos. Pois conforme disse certa feita Santo Tomás de Aquino “o homem vive uma vida verdadeiramente humana graças à cultura”.

Política, porque esse desenvolvimento exige não apenas o estabelecimento de regras que pautem a ação governamental, para garantir a eficácia das medidas necessárias à concretização de seus objetivos, mas também, e antes disso, o estabelecimento de debate nacional que sirva a identificação de todos os interesses legítimos em competição e sirva a própria formulação, só então possível, dos objetivos mesmos do processo de desenvolvimento.

O Sr. Roberto Saturnino — Permite V. Ex<sup>a</sup>, um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Roberto Saturnino — É constrangido que interrompa V. Ex<sup>a</sup> num pronunciamento tão importante, mas

acho que devo registrar a minha satisfação e a minha integral concordância com os conceitos que V. Ex<sup>a</sup> emite, acerca do caráter ético do projeto de desenvolvimento do País e da importância do desenvolvimento tecnológico dentro de um projeto nacional, como deve ser o nosso projeto brasileiro. E também quando V. Ex<sup>a</sup> ressalta que as nossas prioridades nos investimentos de desenvolvimento científico e tecnológico não são necessariamente as mesmas prioridades dos países líderes nesse processo de desenvolvimento tecnológico. A nós, obviamente, interessa muito acompanhar uma outra das linhas mestras de Desenvolvimento tecnológico do chamado primeiro mundo, mas interessa também, e eu diria particularmente, desenvolver algumas linhas próprias, por exemplo, um investimento maciço em desenvolvimento tecnológico que sirva a um projeto da região que V. Ex<sup>a</sup> representa, o Nordeste; quanta coisa se pode demandar realmente da ciência e da tecnologia para implementar um projeto de desenvolvimento do Nordeste. Assim como na minha região, na minha cidade do Rio de Janeiro, particularmente, eu diria que uma aplicação no desenvolvimento tecnológico em técnicas de construção de obras de saneamento para resolver o problema daqueles bairros favelados, mais carentes, do Rio de Janeiro, assim como processos de construção mais baratos, enfim, toda uma linha que seria uma linha própria de países na situação do Brasil e, evidentemente, essas tecnologias não o vão ser desenvolvidas pelos países matrizes da tecnologia mais de ponta, do primeiro mundo. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, é preciso que nos dediquemos a isso, que acreditemos nesse investimento como sendo essencial ao nosso projeto de desenvolvimento e que tenhamos o cuidado de dar a esse desenvolvimento as características e as peculiaridades das aspirações de nosso povo e das necessidades do nosso País. Meus cumprimentos, meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez.

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro e eminente Senador Roberto Saturnino, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, acolhendo com muita alegria as palavras que vem de proferir, que acho que o instante de crise pode ser, assim entendo, extremamente fértil...

O Sr. Roberto Saturnino — É verdade.

O SR. MARCO MACIEL — ... na proporção em que consigamos identificar nossas vicissitudes, as nossas dificuldades e até mesmo redirecionar os nossos projetos e os nossos modelos.

Acho que o campo da ciência e tecnologia é algo em que se pode fazer muita coisa neste momento de dificuldades, porque podemos descobrir, inclusive pelas lições da sabedoria popular, modos e meios de vencer problemas e enfrentar novos desafios. E entendo também que isso é algo que precisa ser pensado, mesmo neste instante de crise, porque pode ser paradoxal, mas é verdadeiro, que por serem os investimentos de ciência e tecnologia sempre algo postergado, sempre algo que se costuma adiar, este instante de crise pode acarretar-nos perda de posição no plano científico e tecnológico; não apenas porque poderemos deixar de agregar novas tecnologias, mas até porque poderemos vir a perdê-las, face à desaceleração de todo um processo de crescimento econômico.

O Sr. Roberto Saturnino (Fora do microfone) — O que seria desastroso.

O SR. MARCO MACIEL — Exatamente, é por isso que considero extremamente importante refletirmos, neste instante, sobre a importância e os rumos desse setor, sobretudo porque acredito que não podemos erigir um verdadeiro projeto de desenvolvimento se não formos capazes de desenvolver as nossas matrizes, gerar o nosso próprio saber científico, as nossas próprias tecnologias. Eu até diria, não sei se exagero, que, certamente dentro de poucos anos os países do mundo vão se dividir

entre os que possuem tecnologia e os que não a possuem, enfim, que a utilização exclusiva dos conhecimentos tecnológicos podem se converter numa nova forma de colonialismo, se é que eu posso assim afirmar, se nós, sobretudo os países em desenvolvimento — ou os países subdesenvolvidos, os países do terceiro, do quarto, quem sabe do quinto mundo — não adotarmos a tempo as providências que se impõem.

**O Sr. Alberto Silva** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** — Ouço, com alegria, o Senador Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva** — Nobre Senador Marco Maciel, quero, mais uma vez, me congratular com V. Ex<sup>a</sup>. Há poucos dias V. Ex<sup>a</sup> assomou a essa tribuna e com o brilho que lhe é peculiar, colocou aquela questão do Nordeste com muita precisão e, hoje, faz um discurso, já aparteadado pelo nobre Senador Roberto Saturnino. Quer apenas agregar, ao que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo, o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> diz que se nós não andarmos depressa, poderemos até perder a oportunidade. Então, eu lembraria, V. Ex<sup>a</sup> que é uma pessoa de trânsito livre no partido do Governo e até no próprio Governo, o seguinte fato: nós temos dificuldades, por exemplo, nobre Senador Marco Maciel, de óleo diesel. Importamos petróleo para dele retirar o combustível necessário para o nosso desenvolvimento. O diesel é um dos fundamentais. Cinquenta por cento do petróleo importado é transformado em gasolina e no diesel e o restante em combustível. O diesel responde por todo o transporte de todas as nossas mercadorias praticamente. Pois bem, nós produzimos álcool e podemos produzir muito mais álcool. A terra de V. Ex<sup>a</sup>, então, é propícia para produzir muito mais álcool. Há muito tempo, em 79, eu dizia que fruto de uma pesquisa custeada pela EBTU, quando eu era o Presidente, um aditivo para colocar no álcool e transformá-lo em diesel — o primeiro aditivo foi caro, foi difícil mas a pesquisa foi realizada. Agora, nobre Senador Marco Maciel, existe — o aditivo pode ser fabricado no Brasil e é derivado do próprio álcool, tanto assim, que a Mercedes Benz já está construindo motores para caminhões para trabalhar na zona canavieira. E deu até o nome do novo combustível; o aditivo misturado ao álcool, com um pequeno ajuste na bomba de combustível do motor diesel pode ser considerado diesel. Esta é uma pesquisa que já está realizada, mas que nós devíamos aproveitar o resultado dela. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> ajudasse a que isso se tornasse uma realidade. Por exemplo, se nós, gradativamente, fôssemos substituindo o diesel por álcool aditivado nós estaríamos economizando dólares.

**O SR. MARCO MACIEL** — É verdade.

**O Sr. Alberto Silva** — É resultado de uma pesquisa. Eu lembro que V. Ex<sup>a</sup> diz: a oportunidade é não deixarmos passá-la. A outra é a também pesquisa vitoriosa de transformar os óleos vegetais em também óleo diesel e glicerina, outra pesquisa vitoriosa e até patenteada, onde há uma firma no Ceará que pode fabricar quantidade que se quiser neste País; chama-se PROERG. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, como um Líder que é, autêntico, daquela região...

**O SR. MARCO MACIEL** — Obrigado.

**O Sr. Alberto Silva** — ... encampasse essas duas pesquisas em favor do Brasil. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo magnífico discurso.

**O SR. MARCO MACIEL** — Senador Alberto Silva, quero agradecer, inicialmente, as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e reconhecer que no seu aparte V. Ex<sup>a</sup> situou algo que constitui — acredito — objeto da preocupação não apenas do País, mas da própria comunidade mundial: a crise energética. E mostrou quanto, através do incremento techno-

lógico, nós podemos fazer para, inclusive, superarmos esta crise, sobretudo com relação à exploração de recursos renováveis como fonte de energia. E, aí, se vê, mais uma vez, o quanto a tecnologia pode desempenhar papel extremamente importante no processo de desenvolvimento de um País, no desenvolvimento de um povo.

**O Sr. Henrique Santillo** — V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. MARCO MACIEL** — Pois não, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, meu caro Senador.

**O Sr. Henrique Santillo** — É apenas para, com muito prazer, concordar com V. Ex<sup>a</sup>, quando diz que, sobretudo neste instante de crise, é momento de se repensar o modelo. De se repensar o modelo, talvez, nas suas mais variadas facetas, incluindo a questão tecnológica que está sendo muito bem abordada por V. Ex<sup>a</sup>. Questão tecnológica que, como também disse muito bem V. Ex<sup>a</sup>, já começa a diferenciar os países. Talvez, já comece a marcar, sem dúvida, uma nova divisão internacional de trabalho: é a tecnologia.

**O SR. MARCO MACIEL** — É verdade.

**O Sr. Henrique Santillo** — É a questão do avanço tecnológico, extremamente grande nos países desenvolvidos, nos países de centro, e relegada a plano secundaríssimo, nos países de periferia capitalista. E, nós, infelizmente, nos encontramos aí, nessa faixa cinza do Ocidente, do lado capitalista do mundo. E, eu acho, então, que o assunto que V. Ex<sup>a</sup> traz à esta Casa nesta tarde, é extremamente oportuno porque, creio mesmo que as pressões exercidas pela crise interna, vividas pelo País, devem ser aproveitadas no sentido de despertar, ainda mais, a nossa criatividade e as nossas próprias funções. O Senador Roberto Saturnino fez referência a um dos pontos importantíssimos do nosso desenvolvimento, que é a questão habitacional, que está a carecer de apuramentos tecnológicos próprios, que nos revelem, por exemplo, uma construção a custos mais baixos, mais apropriada à necessidade de nossas populações pobres. Enfim, acho que esse é o momento, do ponto de vista tecnológico, de começarmos a assumir a nossa própria pobreza material, mas principalmente assumir a riqueza em criatividade. Nós temos muita criatividade, somos ricos em criatividade, e as pressões exercidas pela crise, a meu ver, poderão nos impulsionar a avanços tecnológicos próprios e extremamente importantes, desde que nós, políticos, possamos fazer como V. Ex<sup>a</sup> está solicitando, repensar esse modelo. Acho que é chegado o momento.

**O SR. MARCO MACIEL** — Caro Senador Henrique Santillo, quero dizer que concordo com as observações de V. Ex<sup>a</sup>, aliás secundando palavras que tive oportunidade de proferir anteriormente, quando diz que o momento de crise é o momento de repensarmos o nosso modelo, de refletir um pouco o nosso itinerário, e quem sabe, fazer as correções que se impõem. Quero dizer que, aliás, as crises têm tido no Brasil um efeito que chamaria pedagógico, diria até que, quem sabe a última crise por que temos atravessado, a crise energética, por exemplo, já nos fez extrair uma série de lições, já nos ensinou muita coisa. Por exemplo, graças a preços reduzidos do petróleo nós nunca pensamos na utilização de fontes alternativas. E apesar de dispormos de enormes potencialidades, no plano da biomassa, o Brasil nunca havia cogitado em levar a sério um programa desse tipo. E o PROÁLCOOL aí está. Certamente dentro de mais alguns anos poderemos chegar a 15 bilhões de litros, e a partir daí, já oferecer uma contribuição mais significativa no sentido de superação de nossa dependência energética. E o que é importante, e num segundo passo, já nos poderemos voltar para ao setor da química do álcool, quer dizer: usar o álcool como matéria-prima, para substituir aquilo que se convencionou chamar de PETROQUÍMICA.

Então, isso é uma demonstração de que a crise pode ter efeitos benéficos, por estranho que pareça. Ou seja, se formos capazes de bem avaliar a crise, de examiná-la em toda a sua intensidade ela — apesar dos traumas que causa, inclusive traumas no campo social — pode, aquilo menos, a médio e a longo prazos, oferecer-mos lições muitos úteis capazes de servir ao modelo mais auto-sustentado, mais autônomo para o desenvolvimento do País.

Mas Sr. Presidente tecnologia e desenvolvimento estão, portanto, intimamente relacionados.

Há, pois, que contemplar o debate sobre valores, que não se cinja aos aspectos econômicos e técnicos da questão, e considerar a possibilidade de estratégias alternativas melhor ajustadas à realidade nacional. Devem-se descartar, assim, as visões simplistas de que a tecnologia deva ser ou matéria apenas para especialistas, como um fim em si mesma, ou somente para economistas, administradores e empresários, como mero fator do aumento da eficiência dos processos produtivos.

A primeira, certamente, ensinaria uma espécie de culto à modernidade, com riscos de obscurecer nossa identidade. Por outro lado, se é correto que a tecnologia moderna traz melhoria de eficiência do processo produtivo, há que considerar também os inconvenientes, ou consequências exógenas malévolas, que podem também trazer, entre outros problemas, a poluição, o desemprego, o aumento da dependência externa, efeitos sem dúvida possíveis e prováveis, cujo custo ou ônus social e político não se considera normalmente no cálculo dessa eficiência, tornando tal indicador, no mínimo, enganoso.

Assim, países em desenvolvimento como é o nosso caso, necessitam colocar entre suas prioridades a progressiva redução de dependência tecnológica e, ao mesmo passo, adotar critérios rigorosamente judiciosos com relação à importação de tecnologia do exterior, fazendo com que se aperfeiçoem os mecanismos de forma a se obter o maior benefício do conhecimento disponível extra-fronteira.

Doutra maneira, ficaremos simplesmente a mercê de outras nações para adquirir o conhecimento de processos técnicos, equipamentos e materiais indispensáveis ao crescimento econômico e ao bem-estar social, o que, diga-se, significa arcar com custos cada vez mais elevados na importação desses bens e serviços e, talvez mais grave, colocar-se em posição de perigosa vulnerabilidade ante a disponibilidade desses processos, equipamentos e materiais. Além disso, dependência tecnológica gera limitação de capacidade de decidir autonomamente quanto ao próprio rumo que se deseja dar ao processo de desenvolvimento, aqui entendido em seu sentido amplo, não contemplando apenas o crescimento da atividade econômica mas, também, e necessariamente, a consecução de objetivos de justiça social, com adequada repartição dos frutos do progresso.

O exemplo das nações que já conseguiram elevado grau de evolução neste campo mostra que não há uma receita única para o avanço permanente e seguro da tecnologia. Mostra, isto sim, que a Ciência e a Tecnologia devem estar a serviço dos projetos nacionais de desenvolvimento, sendo deles instrumento moderno e poderoso, quando bem operado. É mister estratégia deliberada, cuja proposição faça-se com fundamento em constante prospecção de carências e oportunidades.

Tal estratégia deve contar, entre seus requisitos básicos, com o cuidado de adequar o desenvolvimento tecnológico às condições e características do País, bem como às peculiaridades de suas diversas regiões.

Quanto for, repita-se, o caso de recepção de conhecimentos assimilados por outros países deve-se, assinalar-se, estabelecer critérios e procedimentos que assegurem, obviamente, limitá-la a áreas consideradas fundamentais para acelerar o desenvolvimento nacional, e garantam a efetiva transferência e absorção da tecnologia.

Como aponta Denis Goulet, um estudioso do desenvolvimento, discípulo e colaborador do Padre Leuret, há que encarar a tecnologia em toda a sua ambigüidade. Pode ser um fator que tanto nivela quanto desigual; pode ampliar a fronteira do possível muito além dos limites do necessário e, por isso, pode facilmente, em termos sociais, propiciar o supérfluo, à custa do indispensável. A tecnologia moderna representa a força superadora de velhas limitações, mas implica certamente novas restrições. É essa ambigüidade que se revela na análise de numerosos e distintos casos, de países em desenvolvimento, em que a esperança depositada nesse poderoso instrumento de transformação frustrou-se, não tanto porque não se tenham logrado os benefícios pretendidos, mas porque resultaram também inconvenientes imprevisíveis.

O esforço que se despenda para a geração de tecnologias, ou para a sua aquisição, por diversas vias, assim como para sua incorporação e utilização efetiva no processo produtivo, deve ser guiado, portanto, por uma política inspirada pela busca de integração nacional, sob vários ângulos, e de justiça social. Desenvolvida e aplicada com objetivos tais como, para citar alguns exemplos, o aumento da produção, armazenagem e comercialização, a ampliação de serviços de saúde e saneamento, a melhoria das condições de habitação e trabalho, o aproveitamento de recursos locais etc; com o adequado cuidado de minimizar seus possíveis efeitos negativos, a tecnologia será um fator a contribuir, direta e indiretamente, para eliminar disparidades regionais e interpessoais.

Deve-se, especialmente nesses casos, favorecer a utilização de técnicas que contenham em seu bojo informações produzidas pela prática e modos de fazer populares. O "fazer popular", foi assunto de trabalhos do inolvidável Aloisio Magalhães. Ao tempo em que dirigiu o CNRC — Centro Nacional de Referência Cultural, dedicou-se ele a pesquisar e colher aspectos de engenhosidade e capacidade de criar da gente do campo e da cidade, que, em sua simplicidade, frequentemente encontra soluções eficazes para os problemas do dia-a-dia, dos mais prosaicos aos mais intrincados.

Esse aproveitamento das formas singelas do fazer do povo é também maneira de evitar distorções. Muitas vezes, ao importar soluções concebidas e desenvolvidas para servir a populações de costumes, recursos e culturas diferentes dos pretendidos destinatários dos benefícios, corre-se o risco de gerar graves problemas ao desejar solucionar outros.

Vale destacar que a tecnologia pode-se constituir em fator adverso, se a estratégia para desenvolvê-la ignorar o acervo de conhecimentos disponível no seio da população e as lições do passado; podendo, nesse caso, contribuir para exacerbar desníveis entre regiões, aguçar conflitos latentes entre estratos sociais.

Mas ela é capaz, também, de ser fator de equalização sócio-econômica, contribuindo para reduzir disparidades regionais e pessoais de renda e de qualidade de vida. Para isso, repita-se, é indispensável que sua aplicação, assim como o próprio esforço para gerá-la e disseminá-la, seja guiado por políticas inspiradas em integração nacional e justiça social.

O problema central consiste, portanto, em tornar disponível tecnologia adequada à busca dos objetivos do desenvolvimento nacional, observadas as dotações de meios e as condições do ambiente físico e humano de que se dispõe.

Tecnologia não é fim, mas instrumento de transformação em um sentido desejado. Esta perspectiva é que permite dirigí-la aos objetivos escolhidos por uma Nação. Pode, e deve, constituir-se em mecanismo de ampliação do mercado interno, de geração de exportações a preços e qualidade competitivos, à melhoria do produto e da produtividade, à preservação do meio ambiente e ao

melhor aproveitamento dos recursos existentes, inclusive do ponto de vista da disponibilidade regional.

Assim entendida, a tecnologia jamais é universal em sua aplicação. Ela empresta sentido ao contexto nacional (recursos naturais, características sócio-culturais, fatores políticos) assim como dele recebe significado.

É certo que o esforço de capacitação tecnológica se deve fazer também — ou sobretudo — em áreas ou setores de infra-estrutura (energia, transportes, comunicações), assim como na produção de insumos básicos e de bens de capital e de consumo duráveis que são, pela própria natureza dos processos e sistemas envolvidos, exigentes de grandes escalas de investimento e de complexidade. Aí, não apenas é mais difícil estabelecer-se ou manter-se o nexo dessas atividades com os objetivos sociais do desenvolvimento, como é de se esperar que se manifestem, em plena força, as restrições antes referidas. Por tais restrições, se entendem as exigências que decorrem da dinâmica própria do processo de geração e emprego de tecnologias modernas, e que resultam em relativa invariabilidade dos fatores, procedimentos, insumos, etc., que se aplicam a esse tipo de atividade. Isso se traduz, em outras palavras, pela necessidade de construir uma matriz geradora e um sistema interno de transferência de tecnologia semelhantes aos existentes nos países já adiantados, mas em condições contextuais distintas, adversas. Da impossibilidade de construir ou de aprimorar a matriz desse sistema decorre a dependência tecnológica que se pode manifestar em distintos graus, dependendo do estágio ou nível de maturação e estruturação desses elementos, em cada País, e, naturalmente, do setor ou área de interesse, de variável dificuldade ou complexidade tecnológica.

Cabe ressaltar que a tecnologia não é boa ou má, por ser simples, ou complexa; tudo depende muito mais do fim para o qual ela é chamada a contribuir, e da escolha que dela se faça, para adequá-la à dotação local de meios e às condições do ambiente físico e humano do País ou área.

Assim, não se trata apenas de uma opção entre o simples e o complexo. Colocando-se a questão em outros termos, ela não se limite à escolha do pequeno, porque seja belo (no sentido dado por Schumacher em sua obra "Small is Beautiful"), ou do grande porque seja necessário; há que se ter em mente que o pequeno não é sempre necessariamente belo (isto é, eficaz, factível), nem o grande é sempre necessariamente conveniente.

O pequeno, usado basicamente na acepção de menor escala de investimento e emprego mais extenso de tecnologias mais simples, certamente apresenta as vantagens de possível melhor adequação às condições culturais e econômicas do País em desenvolvimento, representando menores exigências de capacitação técnico-científica, e propiciando maior grau de descentralização e flexibilidade e maior utilização de fatores endógenos, tendente pois a maior grau de autonomia, certamente desejável. Mas obviamente o pequeno tem limitações, não apenas porque em alguns casos a natureza dos processos produtivos é tal que sua viabilidade técnica e econômica só se configura em grande escala, e com tecnologias avançadas, senão porque, muitas vezes, a adoção do grande é o instrumento de que se deve lançar mão para produzir a transformação estrutural necessária, seja econômica, social ou política. Em termos macroscópicos, "mecanizar a agricultura", "industrializar", são exemplos desses casos. Acontece também que a atratividade do pequeno, em termos da suposta maior facilidade de instituí-lo ou ampará-lo, é às vezes ilusória. Isso exige quase sempre grande esforço de organização política, social e econômica; maior, às vezes, que a alternativa grande.

É possível e desejável aproveitar técnicas tradicionais; aperfeiçoá-las, promovendo seu emprego; mas este esforço tem que ser feito muito mais autonomamente, sem a possibilidade de assistência externa, que é, em parte, a

vantagem (também freqüentemente ilusória) das soluções grandes, nas quais, idealmente, se poderia comparar os resultados de pesquisa e desenvolvimento realizados no exterior, de eficácia testada e assegurada. Por outro lado, cresce a evidência de que mesmo em campos tais como a indústria química, metalúrgica, de bens de capital, etc, há muitas circunstâncias em que não há realmente vantagens em passar do simples para o complexo, do pequeno para o grande, entre outras coisas, porque isso se faz, via de regra, ao preço do aumento da dependência externa, quer pela necessidade de capital estrangeiro, quer pela própria importação de tecnologia e insumos — principalmente se isso se faz como um pacote, sobre o qual se tem pouco conhecimento.

Qualquer que seja o setor, entretanto, a pretensão de absoluta autarquia ou independência tecnológica, mesmo no caso dos países mais adiantados, seria demasiado cara. "A redução da dependência", anota, com precisão, o empresário José Mindlin, "não pode significar isolamento. País desenvolvido é aquele que importa e exporta tecnologia". E conclui observando que, para o Brasil, "é essencial que façamos esforço para desenvolver a tecnologia nacional, não visando à substituição de tecnologia estrangeira, mas para nos beneficiarmos, ao máximo, da pesquisa feita no exterior".

No caso dos países em desenvolvimento, pois, se justifica mais ainda que se busque objetivo traduzido em duas diretrizes convergentes:

a) desenvolvimento gradual da matriz geradora de tecnologia, a partir da formação de pesquisadores e do fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento experimental, tanto nas universidades e institutos, como nas empresas;

b) gradual estruturação e contínuo aperfeiçoamento funcional do sistema de transferência e incorporação de tecnologia aos diversos setores produtivos, abrangendo todos os mecanismos de informação, difusão e extensão, e os instrumentos de incentivo e fomento que mediam e ativam o processo de inovação tecnológica.

A estratégia global de desenvolvimento tecnológico, traduzida nas duas diretrizes anteriormente mencionadas, portanto, comportará distintas táticas, dependendo do quadro contextual e do setor de interesse do País.

As considerações que se alinha, felizmente, têm correspondência em nossa própria experiência. Se escolhermos como exemplo o setor da tecnologia aeronáutica, verificaremos com efeito, que nele se empreendeu ação bem sucedida, como atesta o recente batismo do Avião Brasília. Sem dúvida, uma área tecnológica complexa e difícil. Embora correntemente se diga que só os fracassos exigem explicação, cabe salientar as razões desse sucesso, pois daí se devem extrair lições, que podem e devem ser estendidas a outros setores.

Em primeiro lugar, não se pretendeu, num salto sobre o precipício, chegar logo ao ápice. Ao contrário, buscaram-se patamares de tecnologia cujo domínio fosse viável, em arremetidas sucessivas, e de que resultassem não apenas o atendimento de parte de nossa demanda interna, senão também a possibilidade de exportar em condições competitivas. Buscou-se o insumo tecnológico externo indispensável, mas partiu-se de uma capacidade assegurada de gerir o processo com inteligência e de realmente assimilar essa tecnologia, já que o projeto global era próprio e a seleção desse insumo se fez de acordo com a nossa conveniência e não a do supridor. Criaram-se os instrumentos de ação indispensáveis, o que não se limitou à criação da EMBRAER, mas que correspondeu a um extenso elenco de medidas de suporte, inclusive uma reserva de mercado inicial e um grande esforço de mobilização prévia, visando à indústria subsidiária supridora da EMBRAER, constituída em grande parte de pequenas ou médias empresas nacionais, cujo desempenho tecnológico foi pacientemente elevado através da ação de fomento, possibilitada pelo emprego do poder

de compra do Estado. Tudo isso foi possível graças ao esforço iniciado muito antes, com a instituição pelo Governo, através do Ministério da Aeronáutica, do ITA e do IPD, do CTA — Centro Tecnológico da Aeronáutica, de onde emergiu o contingente de técnicos capacitados para as distintas tarefas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente em nossa experiência não se registram apenas casos bem sucedidos — como é o caso da indústria aeronáutica — e não necessariamente a mesma abordagem se aplica a outros. Mas ele permite a corroboração prática do que se pode prescrever como um enfoque básico para que se consiga estabelecer o nexo entre a estratégia de desenvolvimento econômico e social e o manejo dos vários instrumentos que têm atuação significativa no esforço de capacitação tecnológica.

Vê-se, no exemplo da indústria aeronáutica, que, se cabe à tecnologia um papel estratégico no processo de desenvolvimento econômico e social, esse nexo só pode efetivar-se se se trata à tecnologia como uma variável endógena do processo, isto é, se se empregam, para promover e sustentar o esforço de capacitação tecnológica e de efetiva inovação do sistema produtivo, de forma consistente e integrada, todos os instrumentos de política econômica e social, capazes de regular tanto a estrutura de produção quanto a de consumo. Isso é indispensável porque, como a tecnologia tem que “manifestar-se” na produção de bens e serviços, há que garantir que essa tecnologia corresponda à “demanda” do mercado.

Na “regulação interna” desse “mercado” de tecnologia, portanto, se exigirá o emprego de instrumentos tais como, por exemplo, os incentivos fiscais e creditícios (do lado da oferta) e o poder de compra do Estado (do lado da demanda), quer sejam aplicados diretamente às atividades de pesquisa e desenvolvimento, quer às atividades de produção de bens e serviços em geral.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço com prazer V. Ex<sup>a</sup>, caro Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — O meu aparte não trará nenhuma contribuição válida ...

O SR. MARCO MACIEL — Não apoiado!

O Sr. Nelson Carneiro — ... ao discurso que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo. Queria apenas exaltar a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> em trazer para este Plenário sucessivos problemas de interesse geral sem nenhuma preocupação político-partidária, mas que têm uma grande repercussão na vida nacional e no futuro do País. Aqui V. Ex<sup>a</sup> continua com a mesma trajetória iniciada na Câmara dos Deputados, onde deixou os traços luminosos de sua presença. Portanto, o humilde aparte é apenas um louvor a V. Ex<sup>a</sup>, e nada acrescenta à exposição que, com tanta justiça, vem realizando dessa tribuna.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Nelson Carneiro, acolho com muita alegria o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, e quero dizer que ele serve de estímulo ao trabalho que realizo agora, aqui no Senado, depois de ter, como lembrou V. Ex<sup>a</sup>, durante dois mandatos consecutivos, exercido função de representação popular na Câmara dos Deputados.

Quero dizer, pelo passado de V. Ex<sup>a</sup> e pelo trabalho que aqui realiza, que esse aparte para mim tem uma significação muito grande, e serve, como disse antes, de motivação para que prossiga nessa caminhada e assim possa, dentro das minhas limitações, dar uma contribuição a esta Casa, na busca de saídas alternativas para os graves problemas com que se defrontam, neste instante, a sociedade e o País.

Prosseguindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por outro lado, não se deve pretender que o sistema produtivo

nacional utilize a tecnologia gerada internamente, se ela não for suficientemente adequada à diminuição de custos, ao aumento da produtividade, à utilização de insu- mos disponíveis, às condições de competitividade etc., desejados em cada caso. Há que admitir que, em muitas circunstâncias, por indispensável, ou por real conveniência, se importe a tecnologia, obviamente buscando as melhores condições possíveis de negociação. Mas essa importação deve ser feita sobretudo em atendimento às prioridades nacionais e com condições efetivas de não apenas assimilar realmente essa tecnologia, senão também de ir substituindo, gradativamente, a importada pela nacional, na medida em que a capacitação interna, simultaneamente reforçada, possa ir gerando a tecnologia necessária.

Oportuno destacar que a opção por novas tecnologias feitas pelas empresas não obrigatoriamente obedecem às prioridades de uma política científico-tecnológica nacional, dada a natureza dos fatores que determinam estas escolhas. Sem contar o efeito das decisões de empresas transnacionais, notoriamente consumidoras de conhecimentos tecnológicos gerados em centros de pesquisa via de regra situados no exterior, é de se reconhecer que a lógica da decisão empresarial estará pautada por parâmetros microeconômicos específicos. E isto exige a adoção de mecanismos indutores de um mais efetivo engajamento das unidades produtivas na adoção de procedimentos consistentes com os objetivos nacionais.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, caro Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Marco Maciel, o Senado Federal já se acostumou a ouvir a voz de V. Ex<sup>a</sup> sempre clara, ponderada, mas profundamente objetiva...

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. José Lins — ...que, certamente, é fruto da grande experiência que V. Ex<sup>a</sup> tem acumulado no trato dos problemas da comunidade da Nação brasileira, desde os seus tempos de estudante. Na Câmara dos Deputados V. Ex<sup>a</sup> foi, sem dúvida, um dos mais luminosos representantes do povo e ali honrou a bancada nordestina. V. Ex<sup>a</sup> não menos se revelou, agora já como administrador da coisa pública, durante o Governo do Estado de Pernambuco, do qual acaba de sair. Tenta, agora, nesta Casa, analisar os grandes problemas nacionais, certamente, trazendo uma contribuição extremamente valiosa aos debates no Congresso. Para mim esse tipo de discurso é muito importante; discutimos as nossas divergências em questões partidárias ou que podem ser transformadas em objetivos políticos imediatos mas, raramente nos detemos aqui para cuidar da análise mais ampla, mais abrangente desses problemas nacionais. Faz V. Ex<sup>a</sup> hoje, uma análise da questão do desenvolvimento, do processo de desenvolvimento. Este é talvez o problema mais sério, a questão mais importante que as comunidades do mundo livre têm a enfrentar. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que o estágio de desenvolvimento a que chegaram as grandes potências, os países de tecnologia de ponta, decorrem de um longo processo de sacrifício. Por séculos, essas nações lutaram para chegar à situação atual. O problema agora é como apressar o progresso. As atuais nações em desenvolvimento já não querem esperar séculos ou décadas para conseguir um melhor estágio de bem-estar para as suas populações. O que é claro, porém, nobre Senador, é que não podemos fugir ao custo do processo de desenvolvimento. Ou as nações pagam este custo em sangue, suor e lágrimas, como fazem determinados países de economia centralizada, com cerceamento à liberdade, ou pagam como pagaram outras nações em longas prestações seculares; ou, então, pagam em dinheiro. O custo mais suave

do desenvolvimento, a meu ver, é, porém, ainda em dinheiro. Alguns países têm conseguido ultrapassar a fase do subdesenvolvimento com ajudas externas. Nesse caso, podem citar-se por exemplo, a recuperação da Alemanha, o caso de Formosa, e de outras nações e até o caso do Japão que foi muito ajudado no pós-guerra. A análise que V. Ex<sup>a</sup> faz dirige-se para uma outra opção. V. Ex<sup>a</sup> caracteriza o nosso desenvolvimento dentro da nossa realidade atual: Cita a componente ética, a componente política. Dentro desses dois parâmetros, que são fundamentais, V. Ex<sup>a</sup> passa a analisar as opções de aplicações das poupanças que são evidentemente escassas. V. Ex<sup>a</sup> está sendo sem dúvida feliz nesse pronunciamento. Tráz ao debate um dos temas mais importantes do momento, apontando saídas para a crise que V. Ex<sup>a</sup> julga ter lições a nos dar, que podem ser aproveitadas. O seu discurso eminente Senador, tem hoje um significado todo especial. Quero parabenizar o Congresso pela lição que está recebendo.

O SR. MARCO MACIEL — Eu agradeço, meu caro Senador José Lins, as referências que faz ao meu trabalho parlamentar e, de modo especial, às palavras que, neste momento, produz a respeito da problemática científica e tecnológica brasileira. E devo dizer, referendo aquilo que vem de afirmar V. Ex<sup>a</sup>, que o processo de desenvolvimento dos povos tem sido — e a história bem o demonstra um processo extremamente difícil. Com efeito, muitas e muitas nações têm enfrentado grandes desafios, muitos dos quais, talvez, superiores aos nossos, para que possam assegurar crescentemente aos seus habitantes, ao seu povo melhores condições de vida e bem-estar.

É natural que o nosso País deseje também dar passos cada vez mais largos, no rumo do desenvolvimento. Sob este aspecto também considero que temos condições excepcionais de fazê-lo, não só pelas enormes potencialidades ainda não exploradas, com que contamos, como ainda pelo povo determinado e trabalhador que constitui a Nação brasileira. Reunimos, conseqüentemente, os pré-requisitos básicos para que a Nação alce os justos vãos no sentido do seu progresso e bem-estar.

É natural que se busque um desenvolvimento que se expresse não apenas por níveis de crescimento econômico, mas que se expresse, sobretudo, na realização integral do homem e de toda coletividade, objetivo que se pode alcançar pela adequada formulação de uma ciência e tecnologia própria, endógenas, construídas através do nosso próprio esforço.

Embora natural que, em muitas ocasiões, não possa o País prescindir de processos tecnológicos gerados no exterior, entendo, todavia que, nestes casos, impõe-se uma análise muito rigorosa de como e quando importar uma tecnologia capaz de adequar-se às necessidades e peculiaridades ditadas pelos nossos valores e sistema de produção. Por isso, entendo que o instante que estamos vivendo é propício à discussão desses problemas, porque a crise econômica não nos deve levar a deixar em segundo plano a discussão do problema científico-tecnológico. Se isso acontecer, ocorrerão graves danos inibidores dos positivos efeitos já alcançados pelos esforços que temos despendido, além de pesados ônus sobre o desenvolvimento da própria economia, inclusive, sobre o nosso próprio parque industrial que, assinala-se, nestes últimos trinta anos, deu passos significativos. Vale destacar que conseguimos tornarmo-nos auto-suficientes em uma série de bens e produtos, muito dos quais, como no plano da eletrônica, da microeletrônica, da informática, poucos imaginariam progresso tão rápido.

O Sr. Lázaro Barboza — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, ouço o nobre Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza — Senador Marco Maciel, embora o último dos Senadores em plenário a apartear V. Ex<sup>a</sup>, não obstante seja dos primeiros a admirá-lo pelo talento,...

O SR. MARCO MACIEL — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Lázaro Barboza — ...pela seriedade com que se conduz na vida pública, o meu aparte tem apenas o objetivo de me congratular, mais uma vez, com o seu comportamento pelo tirocínio e pelo discurso sério que está a proferir neste instante, chamando a atenção do Senado e do País nesta tarde, já em fim de sessão, para alguns dos aspectos importantíssimos que, se não nos debruçarmos sobre ele, poderemos pagar um preço muito alto em termos de futuro. Efetivamente que a libertação econômica do Brasil, o seu crescimento, o seu deslanchar no buscar soluções para esses problemas maiores tem muito a ver com o desenvolvimento tecnológico. E é preciso que se dê muita atenção a esse aspecto que é de vital importância. Meus parabéns.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado, meu caro Senador Lázaro Barbosa, pela contribuição que V. Ex<sup>a</sup> traz ao meu discurso, o que demonstra, Sr. Presidente, é haver praticamente um consenso, pelo menos nesta Casa, que é uma Casa que representa o equilíbrio federativo brasileiro, a respeito desse tema que é, eu diria, um tema que já nos desafia há bastante tempo e que, certamente, é um dos pontos nucleares para uma bem tecida política de crescimento e bem-estar.

Para lograr-se efeito regulador sobre a importação de tecnologias, um amplo elenco de instrumentos de política econômica e social deverá ser também empregado. Aí se arrolam não apenas aqueles de efeito direto, como os registros de contratos de transferência de tecnologia, mas também os de efeito indireto, tais como a regulamentação de investimentos estrangeiros, a política aduaneira, etc.

Na prática, como se vê, todos os instrumentos de política econômica e social influenciam, em grau diverso, sobre a variável tecnológica do processo de desenvolvimento.

O importante é ressaltar, nesse ponto, a conveniência, ou melhor, mais que isso, a necessidade de ordenar-se o manejo desses instrumentos, ou seja, prever e explicitar as interações existentes entre eles e indicar a natureza e o sentido das intervenções do Estado, para que se evitem contradições e conflitos, já que os agentes responsáveis pelo seu emprego são muitos, espalhados na estrutura político-administrativa, e podem, mesmo involuntariamente, ou com boas razões aparentes, contrapor seus esforços.

Na medida em que os planos e programas de desenvolvimento econômico e social podem variar, de uma administração para outra, ou entre programas políticos de partidos no Governo, pode e deve haver diferenças de enfoque, de instrumentos e de agentes da política de capacitação e inovação tecnológicas, ao longo do tempo. É isso que se observa em toda parte. Mas o desenvolvimento de competência tecnológica não se faz senão com longos tempos de maturação. Até porque, para fazer-se de maneira relativamente autônoma e entranhadamente ligada às peculiaridades nacionais, impõe-se que ela se baseie em criteriosos programas de pesquisas certamente alongados se se os deseja eficientes. Sem continuidade no esforço, não é possível lograr eficácia nem eficiência no uso dos meios que devem ser mobilizados. Entre outras razões, a capacitação tecnológica se assenta, embora dela não decorra necessária e automaticamente, na estrutura de educação e formação técnica e profissional e de pesquisa científica e tecnológica, pois aí radicam fatores que afetam sua aquisição. São exigências, enfim, que, nas mais variadas fases, não prescindem de recursos humanos habilitados — e aí chama-se a atenção para o siste-

ma educacional — tanto na assimilação das tecnologias e "know-how", quanto na sua produção, processamento e rapidez no encontro de respostas para problemas criados pela própria tecnologia.

Existe, portanto, a necessidade de formular, também, uma política de capacitação científica que não pode ser "subordinada" à política tecnológica, mas, também, não deve ser "independente" dela. Sua consecução implica, também, a intervenção do Estado, no fomento à pesquisa e na manutenção de uma ampla infra-estrutura, inclusive de serviços técnicos, exigindo próprio e complexo instrumental normativo, institucional etc. Nesse âmbito, a coerência e a continuidade da ação de governo são ainda mais críticas, para lograr resultados efetivos, até porque aí não são aplicáveis, nem em gênero, nem em grau, os princípios de ordenamento e programação utilizados no âmbito tecnológico. Por tudo isso, mais do que possível, é indispensável que se crie um amplo espaço de consenso e cooperação (entre o Executivo e o Legislativo, entre o Governo e a Oposição etc.), que assegure a compatibilidade e a estabilidade da ação do Estado, apesar da alternância ou variedade, que são próprias do sistema democrático, imprimidas à formulação política e estratégica da capacitação científica e tecnológica.

Foi por esse motivo, entendendo que esse ordenamento cabe ao Poder Legislativo, que em última análise tem por atribuição a estruturação desse ferramental, que propusemos, há pouco, a criação de uma Comissão de Ciência e Tecnologia nesta Casa, para permitir-nos aprofundar a compreensão da problemática em pauta e gerar os subsídios necessários às prescrições cabíveis.

Nas últimas três décadas houve, inegavelmente, grande progresso nessa área, no País. A criação do CNPq foi um marco; esse órgão, desde 1951, vem contribuindo permanentemente para a expansão de nossos quadros de pesquisadores e para o aprofundamento de seu trabalho. Na década dos 60, foi notável a contribuição do BNDES, através do FUNTEC, marcando o início de uma atuação focalizada na área tecnológica. Na década passada, a instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a criação da FINEP, a instituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a criação ou fortalecimento de agências setoriais como a STI, a EMBRAPA etc. e a própria reestruturação do CNPq, testemunharam o esforço para fortalecer os instrumentos legais, institucionais e financeiros indispensáveis.

O plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico, já agora em sua terceira proposição, teve sua sistemática de formulação e execução aperfeiçoada, ampliando-se a participação dos vários segmentos da sociedade no estabelecimento de critérios e no exercício de juízos que conformam a política nacional de C&T, cujas diretrizes básicas, de fortalecimento da capacitação científica e de aumento do grau de autonomia tecnológica, convêm afirmar, são, sem dúvida, apropriadas ao nosso estágio de desenvolvimento.

Mas, nesse mesmo período, a realidade nacional e internacional também se modificou substancialmente. Se a ciência e a tecnologia, em seu avanço espetacular, permitiram antever ou viabilizar novas oportunidades para a humanidade, é verdade também que aumentaram as carências, não apenas em termos do que se deve produzir materialmente, mas, também, em termos das condições ou circunstâncias em que isso se deve fazer. O grau de interdependência entre nações e regiões aumentou, evidenciando-se, ao mesmo tempo, a necessidade de preservar-se a diversidade cultural existente. Tudo isso se expressa em um quadro de crises frequentes, que revelam a necessidade de profundas reformulações políticas, sociais e econômicas.

A crise que o Brasil enfrenta não escapa a esse quadro. Tudo indica que teremos de fixar objetivos de muito maior autonomia; sem dúvida teremos que imprimir

muito maior seletividade a nossos critérios de decisão; os caminhos disponíveis, todos, são de sacrifício e austeridade. Tudo isso se aplica também, certamente, à tecnologia, instrumento que teremos que aprimorar e utilizar com determinação, para tentar resolver os problemas que nos afligem, muitos dos quais sabidamente radicam em nossa ainda débil capacitação tecnológica.

"Desenvolvimento científico e tecnológico", disse o Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, "é, essencialmente, um processo de mudança, traduzido pelo aumento da capacitação científica e do grau de autonomia tecnológica do País e pelas transformações decorrentes do programa técnico-científico no âmbito da economia e da sociedade".

Esse é, por isso mesmo, o momento de refletir sobre nossa experiência passada e de, criativamente, buscar a revitalização de nosso processo de desenvolvimento econômico e social, que passa, certamente, pela formulação e consecução de uma política de capacitação tecnológica e científica que dê muito maior vigor e autonomia à economia, e mais sentido social a seus resultados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O processo de desenvolvimento científico e tecnológico de um País, como o Brasil, que se encontra, no momento, às voltas com intensos problemas sociais e dificuldades econômicas internas e externas, mas que, ao lado disso, encerra tantas e tão variadas potencialidades, sugere, em conclusão, que se ofereça e proponha as seguintes medidas:

— Fortalecimento das atividades do setor, evitando-se, face a grave crise que estamos vivendo, que se comprometa o patrimônio científico e tecnológico brasileiro e a conseqüente dispersão de equipes e o desaparecimento de instituições tradicionais e com reputados trabalhos realizados.

— Conscientização e crescente engajamento da iniciativa privada — empresas e instituições da sociedade civil — no cumprimento dos objetivos governamentais relativos ao desenvolvimento da ciência, pesquisa e tecnologia.

Não é recomendável que o esforço nacional nesse terreno prossiga dependendo, em limites elevados, da alocação de recursos públicos. Os países mais avançados, altamente investidores em pesquisa e afins, conseguem equiparar, como é o caso dos Estados Unidos da América do Norte, a contribuição financeira do Governo com a dos recursos privados.

Definição de incentivos financeiros, creditícios e fiscais para o desenvolvimento da tecnologia nacional, bem como exame da viabilidade de outros mecanismos indutores específicos, à semelhança do que se tem feito para outras áreas — como capacitação de recursos humanos e alimentação do trabalhador — possibilitando, por exemplo, que os dispêndios comprovadamente realizados em pesquisa e tecnologia sejam considerados em dobro para os efeitos do Imposto de Renda. Estabelecimento, de igual sorte, de outras formas, de apoio, inclusive através de contratos governamentais, para desenvolvimento de produtos, técnicas e processos.

Preferência pela tecnologia nacional sempre que possível, e, na inexistência desta, impor-se sempre como corolário lógico, uma cuidadosa seletividade no processo de transferência. Na hipótese desse último caso, deve-se propender para utilização de tecnologias que venham a ser efetivamente absorvidas, garantindo-se, do mesmo modo, através de mecanismos institucionais, o controle da assimilação ou adaptação da tecnologia importada às peculiaridades nacionais.

O Sr. Alberto Silva — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer, ouço, mais uma vez, o nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Marco Maciel, nós gostaríamos de ouvir o resto do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, porque, além de tudo que já se disse aqui a respeito do talento e da seriedade com que V. Ex<sup>a</sup> trata dos problemas nacionais, como vem fazendo, este aspecto e estas propostas que V. Ex<sup>a</sup> faz nos prendem aqui, apesar desse vazio, porque entendemos que isso é da maior importância para este País. Mas, como eu sei que V. Ex<sup>a</sup>, além dessas proposições, é um homem que age, está agindo no sentido de que estas coisas aconteçam, quero colocar mais uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup>. No Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, existe um departamento, ou uma organização que se chama COPPE. Lá, desenvolvem-se as pesquisas mais fascinantes para o desenvolvimento de uma técnica nacional, por exemplo, no campo das membranas, que dessalinizam a água, que são capazes de acelerar o sistema de produção de açúcar, por exemplo, retirando duas fases no componente de despesas, e no entanto, eles me falaram uma vez que estão sem recursos e que os seus técnicos praticamente pedem demissão e vão para empresas privadas, geralmente estrangeiras, que pagam bem, estão desmontando um centro genuinamente nacional, dentro da proposição de V. Ex<sup>a</sup> de criar a nossa própria tecnologia. Os incentivos que V. Ex<sup>a</sup> propõe, que tanto nos convence agora, mas eu proporia a V. Ex<sup>a</sup>: vamos salvar a COPPE, porque é o que me veio à memória agora, porque lá já é um centro altamente avançado de pesquisa. Talvez, V. Ex<sup>a</sup> possa conseguir de algum órgão governamental que olhe aquele núcleo que é formado dentro desta perspectiva que V. Ex<sup>a</sup> vê para o País agora e para o futuro. Mais uma vez, meus parabéns. Nós ficamos aqui, porque estamos presos ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, meu caro Senador Alberto Silva. Desejo ressaltar que, entre as conclusões do meu discurso, coloco justamente esta, a de que, face à crise por que passamos, nós não releguemos à carência de apoio instituições reputadas, com serviços realizados no setor. Porque amanhã será muito mais difícil reagrupar equipes, organizar instituições, e retomarmos, como esperamos que isso ocorra, o mais rapidamente possível, o nosso processo de

crescimento e transformação social. Por isso é que, dentre as proposições que faço, dirigidas ao Executivo, mas dirigidas também a toda a sociedade brasileira, considero extremamente importante algumas de caráter conjuntural, como eu chamaria, que são aquelas que preconizam a manutenção das atividades de instituições que tanto contribuem para o nosso desenvolvimento. Por isso, acolho com muita alegria a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>. E devo dizer que, especificamente com relação à COPPE, conheço os seus trabalhos, nos mais variados campos da atividade. V. Ex<sup>a</sup> citou um, mas tenho ciência também de muitos outros, entre os quais muitos estudos de indissolúvel pioneirismo. Espero que o Governo Federal olhe, com carinho, para essa instituição, e, quem sabe, assegure os meios e instrumentos de que a COPPE carece para prosseguir nos seus trabalhos.

Mas, Sr. Presidente, uma outra sugestão que eu faria, seria com relação à adoção de providências que ampliem a participação de representantes dos mais distintos segmentos sociais na fixação dos rumos a serem percorridos na formulação e execução da política científica e tecnológica nacional. Essa postura deve decorrer do próprio processo de realização democrática, e convém prolongá-la também a esse relevante setor.

Realização de entendimentos entre empresas brasileiras e estrangeiras buscando acordos de transferência ou cooperação, para conseguir tecnologias consideradas imprescindíveis ao progresso do País.

— Coordenação de esforços entre Governo e Empresas Privadas, no sentido de um melhor conhecimento e divulgação dos acervos existentes, usufruindo-se, assim, maior proveito dos resultados já alcançados. A instalação, por exemplo, de Centros de Referência Tecnológicas e Unidades encarregadas de tornar mais acessível a informação sobre a disponibilidade de tecnologia nacional para o setor, certamente ajudará muito o progresso nesse campo.

Resultados, tome-se como paradigma, os já obtidos em setores de predominante presença nacional, como é o caso da Indústria Bélica e Aeronáutica, devem ser liberados para setores afins, desde que não comprometam, quando for o caso, o necessário sigilo ou sua finalidade

básica. Tudo isso ensinaria meios de desfrutar-se ganhos adicionais aos resultados já conseguidos.

— Ação concertada, face a existência de culturas e economias análogas à nacional, voltada para a disputa desses mercados, contribuindo, assim, para incrementar a receita cambial brasileira e robustecer atividades nesse setor. Escarmento dessa natureza são as recentes e vitoriosas experiências do País na utilização de biomassas na produção ou substituição dos derivados de petróleo e suas múltiplas aplicações.

— Simplificação dos processos burocráticos e descentralização de decisões, inclusive com a implantação de sistemas estaduais de ciência e tecnologia, visando a agilizar posturas e mecanismos e permitir um trabalho mais profícuo nesse terreno.

— Estímulos, finalmente, ao setor educacional e prioridade a cursos — quer nas universidades e entidades de pesquisa, quer nos estabelecimentos de nível intermediário —, que dêem ênfase às características da Nação e suas exigências fundamentais. O processo educacional, como se sabe, desempenha um papel extremamente saliente na formação e aprimoramento de quadros indispensáveis ao progresso da ciência, pesquisa e tecnologia. Esse é um esforço que os países desenvolvidos fizeram e continuam a fazer em todos os níveis, inclusive no ensino fundamental, pois como lembra o empresário Mário Garnero “por mais que se expanda a nossa industrialização e por maiores que sejam os esforços das empresas privadas e instituições públicas, nada poderá reprimir as lacunas de uma educação básica insuficiente e falha”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sei, como toda gente, que as boas intenções raramente andam de mãos dadas com a realidade.

Meu objetivo é uní-las, sobretudo porque creio que esta matéria que trago à análise e deliberação do Senado Federal, é fundamental para o atendimento de uma articulada política de desenvolvimento que esteja, portanto, atenta aos legítimos imperativos nacionais. E isso é indispensável, pois, enfim, podemos dizer contrafazendo Euclides da Cunha, “estamos condenados à civilização, ou progredimos ou desapareceremos”.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)